

ISSN 1983-2532

OMNIA HUMANAS

Revista Científica das Faculdades Adamantinenses Integradas

2008



Fique perto



ISE
Instituto Superior de Educação/FAI



Fique perto

FAI - FACULDADES ADAMANTINENSES INTEGRADAS

RUA 9 DE JULHO, 730/40 - FONE/FAX: (18) 3502-7010

ADAMANTINA - SP - BRASIL - 17800-000

site: www.fai.com.br/portal

e-mail: fai@fai.com.br

omnia@fai.com.br

2008

OMNIA HUMANAS - FAI - Faculdades Adamantinenses Integradas

Edições Omnia, v. 1, n. 2, 1-62, Julho/Dezembro 2008

Tiragem: 500 exemplares

ISSN: 1983-2532



Esta obra está protegida pela Lei. Não pode ser reproduzida, no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado, incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização dos autores. Qualquer transgressão à Lei dos Direitos de Autoria será passível de procedimento judicial.

OMNIA HUMANAS

Revista Científica das Faculdades Adamantinenses Integradas

2008

Diretor da FAI: Prof. Dr. Roldão Simione

Vice-Diretor da FAI: Prof. Dr. Jurandir Savi

Editor: Prof. Dr. Paulo Sérgio da Silva

Editor Assistente: Prof. Dr. Márcio Cardim

Editoração Eletrônica: Fabrício Lopes

Capa: Fabrício Lopes

CONSELHO EDITORIAL

MEMBROS

Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Stefani Butarelo

Prof. Dr. Fernando Perli

Prof. Dr. Francisco Carlos de Francisco

Prof. Dr. Geraldo Elvio Balestriero

Prof^ª. Dr^ª. Izabel Castanha Gil

Prof. Dr. Lindomar Teixeira Luiz

Prof^ª. Dr^ª. Luciana Cristina Caetano de Morais Silva

Prof. Dr. Marcos Martinelli

Prof. Dr. Olympio Correa de Mendonça

Prof. Dr. Orlando Antunes Batista

REVISÃO

Português

Prof^ª. Neusa Maria Pais

Sumário

Viabilidade econômica e financeira da utilização do excedente de energia elétrica co-gerada em uma usina de açúcar e álcool da Alta Paulista <i>Economic and financial viability from utilization of the exceeding of electric power co-generated in the plan of sugar and alcohol from Alta Paulista</i> Rogério Buchala; Luiz Roberto Almeida Gabriel	8
Quantificação econômica e energética em cultura de cana-de-açúcar na região da Alta Paulista - SP <i>Energetic and economical calculation in the culture of sugar cane in the region of Alta Paulista - SP</i> Reinaldo de Oliveira Nocchi; Rogério Buchala; Luiz Roberto Almeida Gabriel	18
Certificação Ambiental: Análise dos benefícios econômicos, sociais e ambientais gerados às empresas <i>Environmental Certification: Analysis of economical, social and environmental benefits generated to companies</i> Jurandir Savi	25
Gestão de Design no desenvolvimento de Micro Empresas do setor moveleiro <i>Design Management in the development of the Small companies of the woodwork sector</i> André Luiz Casteião; Paula da Cruz Landim	32
Espaços, tempos, materiais: organização do trabalho pedagógico a favor do letramento literário <i>Spaces, times, materials: organization of pedagogical activities in pro of literacy</i> Renata Junqueira de Souza; Cyntia Graziella Guizelim Simões Giroto; Marcela Coladello Ferro	37
Teclakid: uma nova proposta de teclado de computador centrado nas características do público infantil <i>Teclakid: a new propose of computer keyboard focused on child public characteristics</i> Daiane Dalbem; Rodrigo Martins de Oliveira Spinosa	48
Alterações nos relacionamentos sociais de indivíduos após assumirem a função de Agentes de Segurança Penitenciária <i>Changes on people social relationships after taking over the Agent of Security Prison function</i> José Márcio Francisco; Eneida Silveira Santiago	55
A cultura das mídias e as narrativas de convergência na América Latina <i>Media Culture and Narratives of Convergence in Latin America</i> Sebastião Guilherme Albano	62
A questão do alternativo no jornalismo e na comunicação <i>The question of the alternative in journalism and communication</i> Maria do Socorro Furtado Veloso	71
Machado de Assis: Teoria literária e leitor - modelo na demiurgia lingüística <i>Machado de Assis: Literary Theory and model - reader in linguistic demiurge</i> Orlando Antunes Batista	79

Editorial

Apresentamos o número inaugural da revista Omnia da área de Ciências Humanas da FAI - Faculdades Adamantinenses Integradas. Trata-se de um marco inicial de uma proposta que tem por objetivo apresentar ao público, trabalhos representativos elaborados por profissionais cultivadores do diálogo com a comunidade científica.

Esta edição da Omnia Humanas contém um conjunto de artigos englobando temas relacionados à cidadania, comunicação, desenvolvimento, direito, ensino, habitação, literatura e psicologia.

Por meio da publicação de artigos científicos, procuraremos a interlocução com especialistas, não só da FAI, mas com autores de outras Instituições.

Ademais, a cada novo número, esperamos descortinar novos caminhos para reflexões contribuidoras sobre problemas relacionados à área das Ciências Humanas.

Agradecemos a todos os professores, alunos e colaboradores envolvidos, de uma maneira ou de outra, na conclusão deste número da revista.

Prof. Dr. Paulo Sérgio da Silva

Viabilidade econômica e financeira da utilização do excedente de energia elétrica co-gerada em uma usina de açúcar e álcool da Alta Paulista

Economic and financial viability from utilization of the exceeding of electric power co-generated in the plan of sugar and alcohol from Alta Paulista

Rogério Buchala

Mestre em Agronomia – FCA – UNESP - Botucatu

Luiz Roberto Almeida Gabriel

Livre Docente e Professor da FCA – UNESP - Botucatu

Resumo

Neste trabalho procurou-se abordar a importância de novas alternativas para o desenvolvimento sócio-econômico regional. Foi elaborado um estudo de viabilidade econômico-financeira para a utilização do excedente de energia elétrica co-gerada, por uma usina de açúcar e álcool, na região da Alta Paulista, em processos produtivos de leveduras e polpa de frutas. Buscou-se abordar a industrialização desses produtos por serem estes, essencialmente regionais e que, hoje, escoam como insumos, sem valor agregado. O desenvolvimento regional deve ser amparado em vertentes sólidas e que promovam equilíbrio sócio econômico, buscando uma vantagem competitiva para região do estudo com sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: Energia. Desenvolvimento. Produção. Eficácia.

Abstract

This Project deals with the importance of new alternatives for the regional social- economic development. A research has been elaborated about the economical and financial viability in the application of the over co-produced energy, by a sugar and alcohol Plant, in Alta Paulista region, in productive processes of yeast sugar and fruit pulp. The industrialization of these products has been demonstrated, mainly because they are essentially regional ones and, nowadays, they are considered inputs without aggregate value. The regional development must be consolidate and must promote social-economic balance to obtain a competitive advantage based on environmental sustainability.

Keywords: Energy. Development. Production. Effectiveness.

1. Introdução

As sociedades enfrentam, atualmente o grande desafio de preservar a qualidade do meio ambiente por questões éticas envolvendo, principalmente, as condições de sobrevivência das gerações futuras. A preocupação com o meio ambiente deve constar em todas as estratégias de desenvolvimento, de uma forma natural, como algo que faz parte e está presente em todos os momentos da atividade humana.

Assim sendo, o grande problema ao se manter uma estrutura social baseada na utilização intensa de energia, não se concentra apenas nos altos investimentos necessários, nem no fato das reservas dos combustíveis fósseis serem finitas, mas também na degradação ambiental que os empreendimentos alternativos acarretam.

A ação do homem sobre o meio ambiente vem acontecendo numa escala muito acelerada a ponto de gerar grande apreensão em relação ao que virá a acontecer num futuro próximo, caso não sejam tomadas medidas severas e eficazes, que venham, ao menos, minimizar ou até reverter a destruição iminente e desnecessária de riquezas naturais indispensáveis à vida do homem sobre a terra.

A produção de energia, nos dias de hoje, consiste em uma das principais ameaças às condições de sobrevivência do homem no planeta. A emissão de gases provenientes dos processos de produção, principalmente industriais, acentua o denominado efeito estufa. A retenção excessiva de calor na atmosfera vem modificando os fluxos de energia

e alterando os processos complexos de interação oceano-atmosfera, desestabilizando o equilíbrio energético no planeta, originando eventos climáticos extremos, de amplitude global. Essas mudanças climáticas são ameaças à vida humana, além dos impactos previstos na economia em escala mundial.

No setor energético, a utilização de sistemas eficientes e a implantação de tecnologias, visando substituir o uso intensivo de recursos por uma racionalidade econômica e sócio-ambiental, podem propiciar a minimização desses impactos ambientais e estabelecer um novo patamar na conscientização em prol da conservação do planeta, com consequências positivas para a economia e o meio ambiente.

O aproveitamento energético pelo ser humano ainda não atingiu um nível satisfatório considerando-se que a maior parte da energia utilizada no planeta não é renovável. O ciclo atual é da "economia do carbono" e isso se deve a um período de grandes transformações estruturais que induziram uma sociedade tipicamente agrária a se tornar industrial e urbanizada – a revolução industrial.

No Brasil, em especial a elevação dramática da conta petróleo, após os dois choques do petróleo, viabilizou a utilização fontes locais de energia - hidroeletricidade, exploração dos recursos petrolíferos nacionais e, dentre elas, o desenvolvimento de formas derivadas da cana-de-açúcar. Nesta oportunidade, ressalta-se a geração de energia a partir da biomassa da cana-de-açúcar e a implantação de sistemas de cogeração de energia elétrica, que passaram a significar o aumento da eficiência energética e, por conseguinte, redução dos custos de produção e dos impactos ambientais através da obtenção de duas ou mais formas de energia, a partir da utilização de um único insumo energético.

Sendo assim, pode-se afirmar que a investigação relativa à viabilidade econômica e financeira da utilização do excedente de energia elétrica cogenerada na queima do bagaço de cana-de-açúcar - através desse estudo - oferece às usinas de açúcar e álcool e a toda sociedade industrial, uma grande oportunidade de reflexão sobre o assunto, já que energia e desenvolvimento sempre andaram juntos. Na Alta Paulista uma região a oeste do estado de São Paulo, com 33 municípios, é necessário um processo de reestruturação econômica que venha a oferecer uma oportunidade de reversão do atual quadro de estagnação sócio-econômica e de impactos ambientais generalizados.

A associação do processo de industrialização do açúcar e álcool, da cogeração de energia elétrica com outros processos produtivos, numa perspectiva de recuperação e preocupação ambiental, pode ser o ponto de partida de um novo ciclo econômico para essa região.

Pode-se imaginar que além do processo de transformação das usinas em 'centrais energéticas', com capacidade de disponibilizar energia para o abastecimento de parte da rede nacional de distribuição elétrica, passa-se a vê-las como núcleos agroindustriais para o desenvolvimento regional sustentável .

Pode parecer uma pretensão audaciosa, porém, tecnologicamente possível, economicamente viável e social e ambientalmente desejável. Além dos benefícios econômicos e financeiros o tema deste trabalho oferece mais uma opção no que se refere à vantagem competitiva para o desenvolvimento regional da Alta Paulista. Neste trabalho, partiu-se dos princípios utilizados pelo BNDES para análise da viabilidade econômica dos investimentos sugeridos.

A viabilidade econômica e financeira dessa fonte "nova" de energia, concomitante a processos produtivos regionalizados pode ser o início de um novo ciclo de consolidação de idéias visando mudanças na matriz energética do Brasil.

Decidiu-se abordar essa questão sob o enfoque econômico-financeiro, no sentido de aprimorar um estudo de viabilidade da utilização de excedentes de energia elétrica co-gerados em processos produtivos agroindustriais que pudessem ser associados às usinas existentes ou que venham a ser instaladas no futuro, possibilitando um novo ciclo sustentado de crescimento e desenvolvimento regional.

A região da Alta Paulista, com seus 33 municípios, apresenta certa insignificância econômica frente às demais regiões do estado. Além do agravamento dos problemas de infra-estrutura – estradas arruinadas, falta de tratamento dos esgotos urbanos e industriais e, na maioria das cidades, ainda persistem sérias deficiências na disposição final dos resíduos sólidos, entre outros problemas estruturais. Essa região, em estudo, é responsável por apenas 0,67% do PIB estadual, com uma população de 399.326 habitantes e uma área de 9.976 km². As características sócio-econômicas, apresentadas pela Alta Paulista, em média, são as mesmas encontradas em países de terceiro mundo. Não existem

processos industriais que garantam agregação de valor aos produtos regionais.

Como processo produtivo associado à cogeração, abordou-se a produção de levedura pelo fato de ser a cana-de-açúcar a maior cultura regional e a levedura um resíduo industrial, descartado na maioria das usinas brasileiras junto com a vinhaça, nas fertirrigações, pode ter a sua utilização otimizada. Por ter um mercado garantido, tanto no Brasil como no exterior, enfocou-se a produção desse insumo como forma de minimizar os impactos gerados na fertirrigação da vinhaça e o fato de agregar valor para um resíduo industrial.

As usinas de açúcar e álcool queimam o bagaço da cana-de-açúcar moída, algo que até pouco tempo atrás era um resíduo industrial indesejado, hoje gera energia elétrica. Investindo-se algumas dezenas de milhões de reais pode-se iniciar um processo de co-geração de energia elétrica, dada a necessidade de realização de pequenas adaptações às plantas industriais.

Os benefícios da cogeração são inúmeros. Dentre os mais importantes destacam-se: a geração de energia para uso e consumo próprio, além do excedente para exportação à rede elétrica de distribuição; não requer a utilização de nova extensão territorial, já que a implementação dos equipamentos se dá dentro da própria usina, sem a necessidade de espaços além dos requeridos pela planta já instalada; contribui para o desenvolvimento e a sustentabilidade do sistema elétrico nacional por se tratar de uma fonte alternativa à matriz energética nacional.

A geração de energia distribuída, descentralizada pode ainda oferecer:

- Redução das perdas na transmissão;
- Promover a integração regional através da conexão à rede;
- Diminuir a vulnerabilidade elétrica e a dependência de fontes específicas e limitadas de energia;

Neste contexto busca-se neste trabalho, a análise das seguintes hipóteses:

- 1 - A viabilidade econômica e financeira da utilização dos excedentes de energia elétrica cogerada pelas usinas de açúcar e álcool, em processos produtivos que possam ser associados às plantas industriais;
- 2 - Que a utilização desse excedente pode representar

uma vantagem competitiva na agregação de valor a produtos regionais, às empresas associadas, favorecendo o desenvolvimento regional;

3 - Que esse processo de aproveitamento dessa parcela energética excedente aplicada em processos produtivos associados às usinas de açúcar e álcool possa favorecer as perspectivas de sustentabilidade sócio econômica e ambiental, do novo ciclo da cana-de-açúcar, no que se refere ao desenvolvimento regional da Alta Paulista.

2. Material e Métodos

2.1 Material

Esse estudo foi elaborado com base na coleta de dados econômicos e financeiros em uma usina de açúcar e álcool no município de Lucélia, onde foi instalada uma indústria de levedura e numa indústria de polpa de frutas no município de Dracena. Ambas as cidades estão localizadas da região da Alta Paulista, oeste do estado de São Paulo.

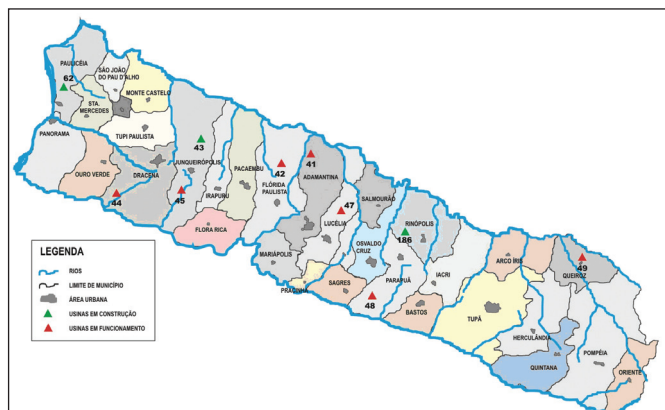
2.1.1 A Região de Enfoque

A Alta Paulista, localizada a oeste da capital de São Paulo, é composta por trinta e três municípios. Essa divisão é utilizada pela APTA - Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios.

Os trinta e três municípios que compõem a Alta Paulista são: Adamantina, Arco Íris, Bastos, Dracena, Flora Rica, Flórida Paulista, Herculândia, Iacri, Inúbia Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Oriente, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Parapuã, Paulicéia, Pompéia, Pracinha, Queiroz, Quintana, Rinópolis, Sagres, Salmourão, Santa Mercedes, São João do Pau d'Alho, Tupã e Tupi Paulista.



Figura 01 – Mapa da Alta Paulista - Estado de São Paulo
Fonte: APTA - Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios.



Mapa 01 - municípios da região da Alta Paulista
 Fonte: ÚNICA - União da Agroindústria Canavieira de São Paulo

A seguir, o quadro com o nome das usinas instaladas e em instalação localizadas na região da Alta Paulista. O número de referência, apresentado na primeira coluna do quadro, é utilizado como indicação no mapa acima.

Quadro 01 – Relação das Usinas da Alta Paulista		
NÚMERO DE REFERÊNCIA	NOME DA USINA	MUNICÍPIO
62	Futura	Paulicéia
44	Dracena	Dracena
43	Rio Vermelho	Junqueirópolis
45	Alta Paulista	Junqueirópolis
42	Floralco	Florípolis
41	Branco Peres	Adamantina
47	Bioenergia	Lucélia
186	Clealco III	Rinópolis
48	Califórnia	Parapuã
49	Clealco	Queiroz

Obs.: O "número de referência" é sinalizador para localização das usinas no mapa - utilizada pela ÚNICA - União da Agroindústria Canavieira de São Paulo

2.2 Métodos

A viabilidade econômica consiste na análise dos dados através de cálculos financeiros, que embasam uma tomada de decisão. A alternativa mais viável deve ser escolhida após a verificação do estudo de todas as variáveis que o compõem.

Nesse estudo de viabilidade foram utilizados dois métodos tradicionais de análise:

- O método do Valor Presente Líquido (VPL) e
- O método da Taxa Interna de Retorno (TIR).

Além destes dois, o critério de Payback (PB) também foi utilizado.

O PB é um método não exato, porém auxilia na decisão quando utilizado em conjunto com os métodos do VPL e TIR, indicando o tempo mínimo possível para o retorno

do investimento.

2.2.1 Método do Valor Presente Líquido (VPL)

O método do Valor Presente Líquido é considerado exato, e consiste em trazer para o tempo presente, após a definição prévia da taxa mínima de atratividade, os valores obtidos a partir de um determinado fluxo de caixa.

A Taxa Mínima de Atratividade (TMA) foi utilizada como parâmetro de retorno exigido do investimento, sinalizando ao investidor optar ou não pelo mesmo.

Sendo assim, a TMA deve ser no mínimo, a taxa de juros equivalente à rentabilidade das aplicações correntes de menor risco de investimento – aplicamos a taxa da caderneta de poupança.

Deste modo, pode-se observar que o VPL e a TMA são inversamente proporcionais, ou seja, à medida que a taxa mínima de atratividade se eleva, o valor presente líquido diminui.

Esta relação pode ser verificada pela expressão de cálculo do valor presente líquido:

$$VPL = \sum FC (1+i)^{-n}$$

Onde:

- FC* fluxo de caixa, em R\$;
- i* taxa de juros, em %;
- n* número de períodos, em meses.

O método do VPL possui critérios bastante simples para a tomada de decisão. Pode ser considerado aceito todo investimento que apresente um VPL maior ou igual a zero - quando igual a zero, deve-se analisar se os riscos são compensatórios.

No entanto, alternativas com VPL negativo, indicam que os valores referentes às entradas são menores que os das saídas, revelando ser economicamente inviável o investimento. Conseqüentemente, considerando que as alternativas de investimento são analisadas a partir de uma mesma TMA, a melhor opção será a que apresentar o maior valor presente líquido, ou seja, quanto maior o VPL mais atraente será o investimento.

2.2.2 Método da Taxa Interna de Retorno (TIR)

O método de análise pela taxa interna de retorno, também

é considerado um método exato, assim como o valor presente líquido. A TIR é obtida a partir da análise projetiva do fluxo de caixa, sendo definida como a taxa de juros que torna nulo o VPL da alternativa analisada, ou seja, a taxa de juros onde as receitas e as despesas se igualam.

Desta forma, esta relação de cálculo da taxa interna de retorno, pode ser verificada pela expressão:

$$TIR = \sum FC (1+i)^{-n} = 0$$

Onde:

FC = fluxo de caixa, em R\$;

i = taxa de juros, em %;

n = número de períodos, em meses.

No processo de tomada de decisão, após o cálculo da TIR, deve ser feita a comparação com a taxa mínima de atratividade, a fim de avaliar a aceitação ou não da alternativa. Os investimentos com TIR maior que a TMA são considerados rentáveis e são passíveis de análise.

Conseqüentemente, conclui-se que quanto maior for a taxa interna de retorno da alternativa em análise, maior será o retorno esperado do capital.

Deste modo, pode-se notar que a TMA modifica completamente as conclusões de viabilidade para um determinado investimento, pois segundo alguns autores como Hummel (1992), se a TIR for menor do que a TMA, a alternativa deve ser recusada.

No entanto, pequenos investimentos poderão ser aceitos se a TIR apresentar retorno não negativo de rentabilidade. Na prática, administradores financeiros e empresários preferem a TIR ao VPL, pois as taxas de juros são mais fáceis de ser analisadas quando comparadas com outra taxa (TIR) do que um valor monetário (VPL).

2.2.3 Método do Payback (PB)

Payback quer dizer retorno do investimento, ou seja, quanto tempo será necessário para que o capital investido inicialmente seja recuperado.

O Payback pode ser calculado conforme a expressão:

$$PB = \frac{Inv. Inicial}{\sum FC_{Ano}}$$

Onde:

Investimento Inicial = custo do investimento

inicial, em R\$;

FC = fluxo de caixa ao ano, em R\$;

Para o investidor, que leva em consideração apenas o tempo mínimo possível na recuperação do capital, este é um ótimo método. No entanto, como dito anteriormente, o PB será utilizado juntamente com os métodos do VPL e TIR no processo de tomada de decisão, pois o método não leva em consideração o valor do dinheiro no tempo e nem os juros envolvidos, fatores bastante relevantes ao problema proposto pelo trabalho.

2.3 A Pesquisa e Levantamento de Dados

Este tópico foi elaborado à luz de Richardson (2005) - entre outros - pelos explícitos esclarecimentos que o autor fornece (com base em vários autores pertinentes) sobre pesquisa qualitativa e pesquisa-ação, nas quais se baseia a metodologia aplicada para a realização deste trabalho.

3. Revisão de Literatura

Buscou-se a fundamentação sobre as vertentes desse trabalho – desenvolvimento, desenvolvimento regional e vantagem competitiva enfim, o embasamento teórico necessário ao início do entendimento das reais necessidades para a sua elaboração.

3.1 Desenvolvimento

De acordo com Veiga (2006), há muitas formas de se caracterizar desenvolvimento, mas a principal e coerente seria a que relaciona desenvolvimento a crescimento econômico.

Segundo esse autor, quando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a caracterização de crescimento econômico como forma de desenvolvimento começou a se modificar. Antes de 1960, não existia a necessidade de diferenciar desenvolvimento e crescimento econômico, havia poucas nações consideradas ricas tendo-se como fator a industrialização e os países subdesenvolvidos eram pobres, com seus sistemas industriais principiantes e fracos. Com o grande crescimento econômico dos países subdesenvolvidos na década de 1950, o mesmo não foi revertido em maior acesso das populações a bens materiais e culturais,

como aconteceu nos países desenvolvidos. Com esse indicativo, a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a divulgar um novo IDH que não se resume à renda per capita ou à renda por trabalhador. Antes do IDH, desenvolvimento, crescimento econômico e implantação de indústria mecânica eram apenas sinônimos.

De acordo com Arrighi (1997), a industrialização é geralmente buscada não como um fim em si mesmo, mas como um meio na busca de riqueza, ou de poder ou de bem-estar, ou de uma combinação disso. Por esse motivo, ser industrializado não significa ser desenvolvido, apenas significa o enriquecimento e a busca de poder de alguns. De acordo com Riviero (2002), os pretensos países em desenvolvimento nasceram do entusiasmo pela livre determinação, mas não da prosperidade burguesa e do progresso científico-tecnológico como aconteceu nos países desenvolvidos.

Para Veiga (2006), esse fator é decorrente da miséria científico-tecnológica que, quando se agrega à inviabilidade e explosão demográfica urbana, o não-desenvolvimento é inevitável, já que os recursos e a tecnologia não são capazes de satisfazer as demandas. Estimativamente, caso a natalidade não diminua nos países desenvolvidos e as exportações não se tornem mais modernizadas, a pobreza, que hoje atinge milhões de pessoas, atingirá alguns bilhões até 2020. Complementa o mesmo autor que a única chance que os países em desenvolvimento têm para mudar essa estimativa é reduzir as taxas de natalidade e modernizar a produção, fator que durará mais de duas décadas, mas que é o único ponto para se alcançar um equilíbrio econômico e tecnológico.

Georgescu-Roegen (1995) chegou à proposição de que a economia precisa ser absorvida pela ecologia por considerar que a termodinâmica é muito mais pertinente para a primeira do que a mecânica. Assimilar o processo econômico a um modelo mecânico é admitir o mito, segundo o qual, a economia é um carrossel que de nenhuma maneira pode afetar o ambiente composto de matérias e de energia.

Como não existem mercados para os recursos naturais, seus preços não podem ser valorados e há a necessidade da criação de mercados ambientais para os direitos de poluir ou de cotas de emissões. Se isto fosse possível, se gerassem preços relativos, não haveria a preocupação com o desenvolvimento sustentável, pois se alocariam eficientemente ao longo do tempo. Esse valor de mercado

é caracterizado na análise de custo-benefício na alteração do bem-estar humano, uma variável difícil para se valorar. Qual poderia, por exemplo, ser o preço do ozônio em rarefação ou o preço de uma função como a regulação térmica do planeta? (VEIGA, 2006).

A sustentabilidade adquiriu grande importância nos últimos 20 anos, mesmo não sendo um conceito científico, mas também não é uma noção de natureza precisa, discreta, analítica ou aritmética, mas será sempre contraditória e seu destino está estritamente ligado a todos os aspectos futuros da humanidade.

Segundo Sachs (2004), a sustentabilidade ambiental é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade com as gerações futuras. Ela compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço, o que desarruma a caixa de ferramentas do economista convencional. Ele impele ainda a buscar soluções triplamente vencedoras, eliminando o crescimento selvagem obtido ao custo de elevadas externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais. Outras estratégias, de curto prazo, levam ao crescimento ambientalmente destrutivo, mas socialmente benéfico, ou ao crescimento ambientalmente benéfico, mas socialmente destrutivo.

O Environmental Sustainability Index (ESI-2002) - Índice de Sustentabilidade Ambiental, elaborado por duas universidades americanas, possui 20 indicadores e 68 variáveis que pode ser usado para 142 países e considera: sistemas ambientais (ar, água, solo e ecossistemas); estresse (por poluição ou exploração dos recursos); vulnerabilidade humana (situação nutricional e doenças relacionadas ao ambiente); capacidade social e institucional (capacidade de lidar com problemas e desafios ambientais); e responsabilidade global (cooperação internacional representativa da responsabilidade global).

No desenvolvimento sustentável é de suma importância que os sistemas ambientais vitais estejam saudáveis, e não deteriorados. Uma outra medida seria a de especificar o uso da natureza por comunidades humanas, avaliando a área produtiva disponível para cada habitante do planeta, que não ultrapassa a marca de 2 hectares (1,86 ha.) e, nessa caracterização, os habitantes do EUA usam cerca de 9 ha., ao contrário do Brasil, que tem um superávit de 8,0 ha/hab.

Segundo Veiga (2006), a valoração do meio ambiente

tornando o desenvolvimento sustentável, ainda está longe de poder ser medida com clareza. Todos esses indicadores e variáveis são imprecisos, mas de grande importância para as relações de fiscalização e pressão que as entidades ambientalistas devem exercer sobre governos e organizações internacionais. Esses avanços fazem com que os cidadãos possam monitorar controlar e cobrar de seus líderes por sucessos, vacilações ou desastres, usando medidas objetivas e quantificáveis sobre as várias dimensões da sustentabilidade ambiental.

3.2 Desenvolvimento Regional

Este tópico foi elaborado à luz do entendimento de Figueiredo & Graf (2001, p.60-62) e Lopes (2006, p.2-5) interpretado e aqui sintetizado. Esses autores foram utilizados como referenciais pela amplitude dos seus conceitos de desenvolvimento regional.

O conceito mais evidenciado de desenvolvimento sempre esteve associado a coisas boas, necessárias, desejáveis e evolutivas. Por todas essas razões é que o desenvolvimento regional tem sido associado a um processo de implicações positivas nos fatores que compõem a qualidade de vida de uma população em um contexto regional. Assim sendo, o entendimento sobre desenvolvimento regional repousa na idéia de um processo inerentemente desejável.

Porém, recentemente o desenvolvimento ocorrido no mundo contemporâneo caminha em paralelo com todo tipo de poluição, afetando a natureza e conseqüentemente o homem.

Segundo FIGUEIREDO (2001) processos energo-intensivos, ambientalmente degradantes e de risco à saúde do trabalhador e da sociedade em geral migraram para os países do Terceiro Mundo, ou seja, mais especificamente países da América do Sul.

Desta forma, interpreta-se que o conceito de desenvolvimento tem sido apropriado por fatores sociais específicos, contemplando parâmetros também específicos, tornando-se compreensível, que o desenvolvimento econômico e industrial não implica, necessariamente, em desenvolvimento social. Destacam ainda, os mesmos autores, que a forma de desenvolvimento econômico e industrial nas últimas décadas no Brasil tem se caracterizado por pressões negativas à dinâmica ambiental e pelo agravamento das desigualdades sociais, geradas da injusta distribuição de renda no país, causadora da violência e suas conseqüências desastrosas

para a humanidade.

Conforme esse autor, o desenvolvimento tem de ser sustentável, sendo também a sustentabilidade inerente ao conceito, pois uma sociedade não pode considerar-se desenvolvida se o bem-estar de alguns é atingido à custa das privações dos outros, também não será desenvolvida a sociedade quando o bem-estar das gerações de hoje redundar em redução de oportunidades para as gerações futuras, ou seja, é preciso priorizar o desenvolvimento humano. O desenvolvimento tem de ser sustentável, do contrário, não é desenvolvimento.

Para a efetiva concretização desses objetivos faz-se necessário a definição de prioridades, sob um cenário de desenvolvimento sustentável (desenvolvimento econômico com a preservação ambiental).

Só assim o desenvolvimento regional, por sua vez, garantirá novos tempos áureos. É sob esse prisma que se propõe aqui a cogeração de energia através da queima do bagaço de cana-de-açúcar, cultura cujas características serão apresentadas no próximo tópico.

4. Resultados

Os resultados apurados demonstram os seguintes índices econômicos e financeiros, com a utilização de energia adquirida das concessionárias de energia elétrica e energia co-gerada em uma usina de açúcar e álcool. Foram elaboradas simulações referentes aos processos produtivos de levedura - *Saccharomyces cerevisiae* e polpas de frutas.

A tabela a seguir apresenta os índices referentes ao processo produtivo de Levedura.

Tabela 14 - Resumo dos Índices Econômicos e Financeiros dos Processos Produtivos de Levedura

Descrição/Energia	Adquirida	Co-gerada	Comparação
Investimento Total	R\$ 2.260.000,00	R\$ 2.260.000,00	
Custo Operacional Anual	R\$ 743.392,40	R\$ 455.936,00	Redução de 38,67%
Payback	6 anos e 9 meses	3 anos e 6 meses	Redução de 51,85%
Taxa Interna de Retorno TRI	3,02%	14,00%	Aumento de 363,58%
Valor Presente Líquido VPL	(R\$ 911.894,78)	R\$ 1.072.079,09	

A seguir, na tabela 15, figuram os índices econômicos referentes ao processo de produção de polpa de frutas, com energia adquirida da concessionária local e com energia co-gerada, proveniente de uma usina de açúcar e álcool.

Tabela 15 - Resumo dos Índices Econômicos e Financeiros dos Processos Produtivos de Polpas de Frutas

Descrição/Energia	Adquirida	Co-gerada	Comparação
Investimento Total	R\$ 8.698.692,72	R\$ 8.698.692,72	
Custo Operacional Anual	R\$ 1.896.138,31	R\$ 1.622.370,31	Redução de 14,40%
Payback	3 anos e 1 mês	2 anos e 10 meses	Redução de 8,1%
Taxa Interna de Retorno TRI	18%	20%	Aumento de 11,12%
Valor Presente Líquido VPL	R\$ 7.048.060,29	R\$ 8.921.105,76	

5. Discussão

Após apurados os índices econômicos e financeiros dos processos produtivos, aqui descritos, verificou-se que, quando a energia cogerada é utilizada no processo de agregação de valor, como o da Levedura, o resultado é, do ponto de vista econômico e financeiro, superior ao processo que utiliza energia adquirida das concessionárias.

Na análise dos processos de levedura, partiu-se do princípio de que toda a produção será exportada. Isso se deu pelo fato da oferta desse produto ser deficitária, atualmente, e a demanda externa ter aumentado demasiadamente nos últimos dois anos.

Nos processos produtivos de Levedura, que utilizam energia cogerada, pôde ser observada uma redução anual de 38,67% dos Custos Operacionais, além da redução em 51,85% no Payback, ou seja, uma redução no tempo de retorno do investimento de trinta e nove meses. A taxa interna de retorno teve uma diferenciação de 363,58% em favor deste processo. Essa redução é devido ao fato de que a energia elétrica é um dos maiores insumos nesse processo, representando 26,23% dos custos variáveis de produção.

O valor presente líquido deste processo se mostrou viável, foi positivo e bem superior a “um”, enquanto o processo que utiliza energia adquirida foi negativo, desqualificando-o como viável economicamente.

Foi utilizado como parâmetro de Taxa Mínima de Atratividade - TMA, o rendimento da poupança no ano de 2006 que alcançou o índice de 8,33% no ano. Com esse parâmetro podemos verificar que a taxa interna de retorno do processo que utilizou energia adquirida ficou abaixo dos índices mínimos de atratividade, resultando em 3,02% ao ano.

Entre os resultados apresentados pelas análises dos

processos de produção de polpa de frutas, ambos foram viáveis, do ponto de vista econômico-financeiro. Os resultados apresentados indicaram uma redução anual de 14,40 % ao ano, nos Custos Operacionais de Produção quando utilizada energia elétrica cogerada.

O Payback apresentou um pequeno diferencial entre os dois processos, uma redução de 8,1%, ou seja, três meses de diferença, em favor do processo com energia cogerada.

A Taxa Interna de Retorno também foi favorável a este processo, apresentando uma diferença superior em 11,12%.

Entre os dois processos de produção de polpa de frutas, ambos foram tecnicamente viáveis, porém, o que utilizou energia cogerada se mostrou mais atraente economicamente.

Todos os “diferenciais” econômicos e financeiros apresentados pelos processos produtivos que utilizaram energia cogerada foram mais atrativos e viáveis.

Esses processos produtivos podem ser usados como “diferencial competitivo” regional, na busca de novos investimentos para a Alta Paulista.

Com 10 usinas, entre as já instaladas e outras em fase de instalação, a região da Alta Paulista oferece um potencial energético apto a prover empreendimentos diversos. Levando-se em conta que além de oferecer uma redução nos custos de produção, a utilização da energia cogerada em processos produtivos é viável do ponto de vista ambiental, a partir de agora, com o último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas –IPCC- da ONU, com fortes evidências (90% de certeza nas previsões) sobre aquecimento global, os processos produtivos ambientalmente corretos vão agregar mais valor aos seus produtos. Isso seria mais uma vantagem a oferecer no intuito do desenvolvimento da região.

No cenário de 1997, por ocasião do lançamento do Protocolo de Kyoto, as certezas sobre as mudanças climáticas globais, eram poucas. Porém, o centro do relatório do referido evento já possuía tom alarmista, de ficção científica o que, hoje, infelizmente, são constatações reais.

Mudança nas fontes energéticas dentro dos processos produtivos industriais são necessidades iminentes. Esse

diferencial na fonte energética utilizada não demorará até que comece a afetar a lucratividade e, conseqüentemente, o preço das ações das empresas que utilizem combustíveis não sustentáveis.

Neste estudo procurou-se utilizar nas simulações, energia cogerada, em processos produtivos regionais, na busca da inserção da indústria sucroalcooleira como mola propulsora do desenvolvimento. Isso vai ao encontro da necessidade de sustentabilidade que “explode” na mídia e nos países de primeiro mundo.

A parcela de energia provinda da biomassa da cana, que já figura, de maneira significativa, no quadro de oferta bruta de energia do estado de São Paulo, poderá fomentar novos investimentos deflagrando o novo ciclo de desenvolvimento industrial, a um custo reduzido oferecendo diferenciais competitivos sustentáveis.

Enquanto a maioria dos países do terceiro mundo inseridos no mercado competitivo de produção, utilizam e exploração massiva da mão de obra operacional e da base de recursos naturais como vantagem competitiva, gerando passivos ambientais consideráveis e, na maioria das vezes irreversíveis, que reflitam nos preços finais dos produtos industrializados, a viabilidade econômica do uso da energia cogerada pela biomassa da cana-de-açúcar pode ser responsável por um diferencial mais técnico, com perspectivas de cunho sócioambiental.

Pode-se utilizar a biomassa da cana-de-açúcar, já na perspectiva de economia emergente, como a força motriz de uma sociedade sustentável que está por ser construída, com valorização do capital natural e humano e uma maior qualidade de vida na direção de um novo patamar civilizatório.

A exploração de todo potencial energético da cana-de-açúcar é um processo ainda novo. Existe a necessidade iminente de aperfeiçoamento de técnicas e métodos para que possam alcançar a utilização eficiente.

As usinas espalhadas por todo o estado de São Paulo formam uma malha no que se refere à logística, podendo desenvolver a co-geração distribuída de forma uniforme e regional.

Não haveria necessidade de novas linhas de transmissão. Seria um alívio as linhas já existentes e, cada usina poderia se tornar um distrito industrial,

gerando empregos e riquezas em cada região, agregando valor à produção agrícola local.

6. Conclusão

Conclui-se que a utilização dos excedentes de energia elétrica cogerada pelas usinas de açúcar e álcool, em processos produtivos, é viável economicamente. A utilização dessa energia é um diferencial competitivo na formação de preços dos setores da agroindústria analisados nesse trabalho.

Dentro da concepção desenvolvimentista almejada nos dias de hoje, de contexto sustentável, a utilização de uma energia com um diferencial de impacto ambiental, como é a energia cogerada nas usinas de açúcar e álcool, essa prática pode vir a ser uma plataforma para um novo ciclo de desenvolvimento da Alta Paulista.

Assim como o ciclo do café, do gado, a cana-de-açúcar ainda não atingiu o seu apogeu. O desenvolvimento de tecnologias cada vez mais aprimoradas, que aumentem de forma substancial o rendimento das áreas plantadas, será o desabrochar do novo ciclo desenvolvimentista regional. A cadeia produtiva da cana inclui, no seu leque energético, o suprimento de energia elétrica e isso será um diferencial importante, não só para a Alta Paulista, mas para todo estado de São Paulo, hoje o maior produtor de açúcar e álcool do país.

Referências Bibliográficas

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FURTADO, C. **Os desafios da nova geração**. In: Revista de Economia Política. v. 24, n.4 outubro-dezembro 2004, p.483.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**, 3. ed., revista pelo autor. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 89 pp. 1974

GEORGESCU-ROEGEN, N. **La Décroissance. Entropie, écologie, économie**. Paris: Éditions Sang de

la terre, 1995.

MELNICK, Júlio. **Manual de Projetos e Desenvolvimento Econômico** – Rio de Janeiro: Fórum Editora Ltda. 1972.

RIVIERO, O. **O mito do desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SHIMIZU, S.S.; DE-LEMOS, M.J.S. **Simulação de Sistemas de Cogeração**. São José dos Campos: ITA, 2006.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

Notas

¹ Desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das futuras gerações satisfazerem suas necessidades.

² Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

³ Vinhaça - subproduto advindo da produção do etanol - líquido poluente e corrosivo, sempre foi um problema nas destilarias de álcool, contudo dado a sua riqueza em potássio, matéria orgânica e teor de água, passou a ser aplicada na lavoura, com grande sucesso econômico.

⁴ Fertirrigação é o sistema de aplicação de fertilizantes líquidos ou solúveis em água, através do sistema de irrigação.

⁵ Externalidades são atividades que envolvem a imposição involuntária de custos ou de benefícios, isto é, que têm efeitos positivos ou negativos sobre terceiros sem que estes tenham oportunidade ou escolha de impedi-lo e sem que tenham a obrigação de os pagar ou o direito de ser indenizados.

Quantificação econômica e energética em cultura de cana-de-açúcar na região da Alta Paulista - SP

Energetic and economical calculation in the culture of sugar cane in the region of Alta Paulista - SP

Reinaldo de Oliveira Nocchi

Mestre em Agronomia, pela UNESP –
Campus de Botucatu. Proprietário da Oeste Consultoria. Professor da FAI

Rogério Buchala

Mestre em Agronomia, pela UNESP – Campus de Botucatu. Professor da FAI.

Luiz Roberto Almeida Gabriel

Docente em Matemática – Professor da FCA - Unesp de Botucatu

Resumo

A cultura de cana-de-açúcar exige, para a sua produção (pré-plantio, plantio, colheita e transporte), a utilização de insumos agrícolas que geram um alto consumo energético e econômico. O objetivo do presente trabalho consistiu na quantificação energética (consumo e produção da energia) e econômica (receitas, custos e resultado bruto). Objetivou também a demonstração da viabilidade para substituição da colheita manual, pela colheita mecânica, permitindo o melhor uso da biomassa. Para tal demonstração, foram utilizadas equações algébricas e matrizes, instrumentos que permitiram o cálculo dos quantitativos energéticos e econômicos referentes às duas colheitas de cana-de-açúcar. Foram identificadas quantificações energéticas negativas para ambos os tipos de colheita, na manual (consumo da energia de 22.964.098,44 kcal/ha, produção da energia de 1.407.282,87 kcal/ha), e na mecânica (consumo da energia de 25.336.723,03 kcal/ha, produção da energia de 1.343.781,30 kcal/ha). Os resultados econômicos mostraram-se positivos: colheita manual com receitas de R\$ 61.079,92, custo de produção de R\$ 39.637,82 e resultado bruto de R\$ 21.442,10; colheita mecânica com receitas de R\$ 69.250,63, custo de produção de R\$ 43.157,70 e resultado bruto de R\$ 26.092,93, para ambas as colheitas de cana-de-açúcar. Além disso, verificou-se a evidência clara da superioridade da colheita mecânica, tanto no aspecto energético, quanto no aspecto econômico.

Palavras-chave: Cana-de-açúcar. Quantificações energéticas. Resultados econômicos.

Abstract

The culture of sugar cane demands a production (pre

plantation, plantation, harvest and transport), which uses agricultural products that generate one high energetic and economical consumption. This work estimates energetic quantity (consumption and production of energy) and economical quantity (earnings, costs and brut result). It also intends to show that manual harvest can be substituted by mechanic harvest, permitting the best use of the biomass. For this demonstration, it makes use of algebras and matrix equations, instruments which permit the calculus of the energetic and economic quantitative concerned to the two harvests of the sugar cane. It identifies negative energetic quantitative for both kinds of harvest; in manual harvest (energetic consumption of 22.964.098,44 Kcal/ha, energetic production of 1.407.282,87 Kcal/ha), and in mechanic harvest (energetic consumption of 25.336.723,03 Kcal/ha, energetic production of 1.343.781,30 Kcal/ha). The economical results were positive: manual harvest with revenues about R\$ 61.079,92; expense of production about R\$ 39.637,82 and gross income about R\$ 21.442,10; mechanical harvest with revenues about R\$ 69.250,63 ; expense of production about R\$ 43.157,70 and gross income about R\$ 26.092,93. There where positive results for both harvests of sugar cane, however, it was found evidence of superiority in mechanic harvest, as much for energetic as for economic aspect.

Keywords: Sugar cane. Energetic quantitive. Economical results.

Introdução

Atualmente, a cana-de-açúcar é uma das maiores opções dentre as fontes de energia renováveis, apresentando grande importância no cenário agrícola brasileiro e um futuro promissor no cenário mundial.

À medida que a expectativa de escassez de energia aumentar e as jazidas de petróleo se esgotarem, o preço da energia tenderá a subir. Este fato favorece a demanda para implantação de tecnologias alternativas, que deverão apresentar menores impactos ecológicos na produção agrícola, equilíbrio na relação produção de alimentos versus produção de energia e maior eficiência energética nos processos de produção.

Os fatores que interferem na produção e maturação da cultura da cana-de-açúcar estão sendo constantemente estudados sob diferentes aspectos. Embora se reconheça a influência de fatores básicos de produtividade como o clima, o solo e variedades, a produção agrícola é seguramente dependente da energia investida na cultura, a qual, notadamente, depende de certas fontes que em sua maioria, dependem do petróleo.

Sabe-se que a cultura da cana-de-açúcar apresenta uma grande quantidade de biomassa. O bagaço é aproveitado como combustível para as caldeiras e ainda existe o material remanescente, que de maneira geral são queimados. A sobra dessa queima fica depositada no solo, apodrecendo e criando certas dificuldades para as operações mecanizadas que normalmente são realizadas visando o próximo plantio ou para a rebrota.

Os impactos sobre o meio ambiente e os efeitos negativos à saúde das populações circunvizinhas às áreas de cultivo de cana-de-açúcar são originários, entre outras razões, quando da queima dos canaviais, da emissão de gases à atmosfera como o eteno e outros hidrocarbonetos, que são precursores da formação de ozônio troposférico, principal substância responsável por aumentos na frequência de problemas respiratórios em seres humanos.

A emissão de ácidos e compostos que uma vez depositados na água e no solo tendem a aumentar a acidez do meio, apresentando consequências como declínio florestal, mortandade de peixes, corrosão de metais e desintegração de revestimento de superfícies metálicas e de materiais minerais de construção. Ainda a emissão de compostos tóxicos que atingem fauna e população humana, por meio de respiração de ar com concentrações eventualmente elevadas.

O aproveitamento da palha da cana-de-açúcar depende fundamentalmente da mecanização da colheita, que vem se ampliando de modo mais lento que se poderia esperar, e que tem metas legais muito modestas de expansão nos

próximos anos, de acordo com a lei 11241/02, que prevê a total eliminação da queima de cana pré-colheita, no estado de São Paulo, somente para o ano de 2.030.

O aproveitamento da palha da cana-de-açúcar depende fundamentalmente da mecanização da colheita, que vem se ampliando de modo mais lento que se poderia esperar, e que tem metas legais muito modestas de expansão nos próximos anos, de acordo com a lei 11241/02, que prevê a total eliminação da queima de cana pré-colheita, no estado de São Paulo, somente para o ano de 2.030.

Visando um melhor aproveitamento energético desse material, seria razoável que a cultura deixasse de ser queimada, propiciando condições mais favoráveis para a colheita mecanizada, sendo que a colheita dessa cana crua de forma manual traria uma diminuição de sua produtividade.

Em função dos aspectos analisados anteriormente, verifica-se uma forte tendência no sentido do empreendedor da área de agronegócios do segmento sucroalcooleiro vir a se deparar, num futuro próximo, com maiores dificuldades energéticas e econômicas, em suas operações agrícolas, motivo pelo qual deverá existir uma atenção especial, quanto à adoção de mudanças nos sistemas de produção, que venham a privilegiar a conservação de energia, a minimização dos custos de produção, a recuperação e o adequado aproveitamento da biomassa.

Para a realização do presente trabalho foram realizados levantamentos de dados, junto a um talhão em uma propriedade, em sistema de arrendamento e para uma variedade de cana-de-açúcar, em uma usina, situada na região da Alta Paulista, oeste do estado de São Paulo, pertinentes aos inputs e outputs selecionados para dois ciclos de produção da cana-de-açúcar, assim como sua conversão energética e econômica, que serviram de parâmetro para a análise de resultados e conclusões sobre sua viabilidade.

Material e Métodos

O experimento sobre a cultura de cana-de-açúcar foi realizado na Fazenda Araganey da Usina Central de Alcool Lucélia Ltda., localizada no município de Lucélia, estado de São Paulo, situada a latitude 21° 29' 47" S e longitude 50° 55' 44" O, a uma altitude de 394 m. A cultura utilizada ocupava uma área de 188,28 ha em 2003

e 187,15 ha em 2004.

O solo da área experimental é caracterizado como LVA, apresentando uma declividade de aproximadamente 5 %. A variedade cultivada foi a RB 867515, plantada em março de 2.003, com espaçamento de 1,5 m.

Os dados foram coletados durante duas safras, em 2.003/2004 e 2.004/2005, sendo selecionado para efeito de análise apenas um talhão¹, pois o mesmo apresentava todos os dados necessários para o desenvolvimento da pesquisa.

A metodologia utilizada para o experimento considerou as variáveis selecionadas para a produção de cana-de-açúcar, e levando-se em conta os resultados e observações realizadas por diversos autores sobre avaliação energética e suas implicações. Foram selecionados dados quantitativos do poder calórico, o valor econômico e os quantitativos para produção da cultura e materiais provenientes das colheitas feitas de forma manual e mecanizada da cana-de-açúcar, coletados na Usina Central de Álcool Lucélia.

Utilizando-se conversões energéticas, foram obtidas equações que, escritas algebricamente ou em forma matricial, permitiram o cálculo do consumo energético e econômico, levando-se em conta também a intenção do reaproveitamento dos materiais da colheita.

As variáveis selecionadas, assim como seus parâmetros para a produção da cultura de cana-de-açúcar foram: a mão-de-obra, quantificada em função das horas trabalhadas; as máquinas, cuja quantificação foi realizada levando-se em conta a quantidade, peso e horas trabalhadas; os combustíveis consumidos, mensurados pela quantidade de litros por hora e os defensivos, os fertilizantes e as mudas, mensuradas em função da quantidade, em kilogramas-força por hectare.

Os dados selecionados dos materiais para colheita manual e mecanizada da cultura de cana-de-açúcar, foram os seguintes: rendimento, em função da quantidade colhida em tonelada por hora; material remanescente consistindo no ponteiro, palhas, folhas verdes e frações de colmos; perdas de campo retratadas pela s canas inteiras; impurezas representadas pelo palhicho; material industrializável representado pela produção de colmos e o bagaço, material obtido através da moagem da cana-de-açúcar.

Tabela 1. Conversão energética para produção de cana-de-açúcar, colheita manual e mecanizada, safras 2003/2004.

Variáveis	Total de energia para colheita manual (Kcal/ha)	Total de energia para colheita mecanizada (Kcal/ha)
Temo	85.737,25	10.957,41
Tema	68.538,49	104.090,14
Tec	3.899.399,09	6.311.251,87
Ted	1.600.581,79	1.600.581,79
Tef	3.399.841,82	3.399.841,82
Temu	13.910.000,00	13.910.000,00
Consumo total	22.964.098,44	25.336.723,03

Fonte: Dados fornecidos pela Usina Central de Álcool Lucélia - 2^{os} semestres de 2.004/2.005.

A Tabela 2 traz informações relevantes dos cálculos, quanto à conversão energética dos materiais resultantes da colheita de cana-de-açúcar, envolvendo os dois tipos de colheita, manual e mecanizada, e as duas safras analisadas, 2003/2004 e 2004/2005.

Tabela 2. Conversão energética dos materiais da colheita de cana-de-açúcar, safras 2003/2004 e 2004/2005.

Variáveis	Total em kcal/ha para a colheita	
	Manual (cana queimada)	Mecanizada (cana crua)
Temr	309.928,02	281.755,89
TEp	6.347,47	15.866,90
Temi	947.956,49	896.862,96
TEi	25.212,26	37.809,28
Teba	117.838,63	111.486,27
Total reaproveitável	124.186,10	446.918,34
Produção total	1.407.282,87	1.343.781,30

Fonte: Dados fornecidos pela Usina Central de Álcool Lucélia - 2^{os} semestres de 2.004 e 2.005.

Na tabela 3, estão representados os custos, em reais, de cada variável para produção de cana-de-açúcar.

Tabela 3. Total dos custos para a produção de cana-de-açúcar, safras 2003/2004 e 2004/2005.

Variáveis	Custos (R\$)	
	Manual	Mecanizada
Mão-de-obra	2.552,86	530,37
Combustíveis	555,15	1.465,04
Defensivos	2.304,45	2.304,45
Mudas	-	-
Fertilizantes	2.077,84	2.077,84
Máquinas	3.205,54	5.694,05
Custo total para produção	10.695,84	12.071,75

Fonte: Dados fornecidos pela Usina Central de Álcool Lucélia - 1^o semestre 2.006

Na tabela 4, estão representadas as receitas em reais (R\$) auferidas, pela Usina Central de Álcool de Lucélia., frente à comercialização dos materiais produzidos, em função dos dois tipos de colheita utilizados, manual e mecanizada, nas safras 2003/2004 e 2004/2005.

Tabela 4. Receitas na comercialização dos materiais produzidos nos dois tipos de colheita, safras 2003/2004 e 2004/2005.

Variáveis	Receitas (R\$)	
	Manual	Mecanizada
Material remanescente	-	8.167,05
Perdas (cana-de-açúcar)	1.332,97	3.332,08
Material industrializado (cana-de-açúcar)	52.536,03	49.704,42
Impurezas	-	1.224,90
Bagaço	7.210,92	6.822,18
Total	61.079,92	69.250,63

Fonte: Dados fornecidos pela Usina Central de Álcool Lucélia - 1º semestre 2.006

Os resultados brutos em reais, fruto da comercialização nas colheitas manual e mecanizada, foram apurados subtraindo-se das receitas apenas os valores referentes aos custos de produção, sem levar em conta os impostos, de acordo com a Tabela 5.

Tabela 5. Resultados econômicos brutos na comercialização dos materiais produzidos nos dois tipos de colheita, safras 2003/2004 e 2004/2005, em reais (R\$).

Itens	Safrá 2003/2004		Safrá 2004/2005	
	Manual	Mecanizada	Manual	Mecanizada
Receitas	30.418,44	34.487,60	30.661,48	34.763,03
Custos de Produção	28.941,98	31.085,95	10.695,84	12.071,75
Resultados brutos	1.476,46	3.401,65	19.965,64	22.691,28

Fonte: Dados fornecidos pela Usina Central de Álcool Lucélia - 1ºs semestres de 2.005 e 2.006.

Resultados

Verificou-se que, para a cultura de cana-de-açúcar, a produção de energia, independentemente do tipo de colheita utilizado, é menor que seu consumo. Nas duas primeiras safras, 2003/2004 e 2004/2005, a colheita manual apresenta os seguintes quantitativos: 1.407.282,87 Kcal/ha de produção de energia, contra 22.964.098,44 Kcal/ha de consumo energético. Já para a colheita mecanizada, 1.343.781,30 Kcal/ha de produção de energia, contra 25.336.723,03 Kcal/ha de consumo energético.

Identificou-se, de forma isolada, como maior consumidor de energia a muda que representa 60,57% do total de energia consumida, para a colheita manual, e 54,90% do total de energia consumida, para a colheita mecanizada. Os demais itens consumidores de energia são: combustíveis, com 16,98%, fertilizantes, com 14,80% e defensivos com 6,97% na colheita manual e combustíveis, com 24,91%, fertilizantes, com 13,42% e defensivos, com 6,32%, para

a colheita mecanizada. O consumo energético de mão-de-obra e das máquinas não é significativo, representando respectivamente 0,37% e 0,30% para a colheita manual e 0,43% e 0,41% para a colheita mecanizada.

Identificou-se a necessidade de direcionamento de estudos mais aprofundados no que se refere à produção das mudas, buscando a minimização de gastos energéticos para tal, além de buscar-se também a minimização dos consumos de energia relacionados aos combustíveis, fertilizantes e defensivos, quer pela redução dos quantitativos utilizados, através da adoção de técnicas mais específicas ou pela utilização fontes alternativas de energia.

Deve-se salientar ainda que, com relação ao material passível de reaproveitamento, excluindo-se o produto principal (cana-de-açúcar), considerando-se as duas safras 2003/2004 e 2004/2005, o sistema mecanizado reaproveita 446.918,34 kcal/ha, enquanto que para o sistema manual o reaproveitamento é de 124.186,10 Kcal/ha.

No que se refere aos custos de produção a cultura de cana-de-açúcar, nas safras de 2003/2004 e 2004/2005, apresentou respectivamente os seguintes valores: para a colheita manual R\$ 28.941,98 e R\$ 10.695,84, para a colheita mecanizada 31.085,95 e 12.071,75, totalizando R\$ 39.637,82 e 43.157,70, para ambas as safras.

No que se refere às receitas na comercialização da cana-de-açúcar, nas safras de 2003/2004 e 2004/2005, apresentaram respectivamente os seguintes valores: para a colheita manual R\$ 30.418,44 e R\$ 30.661,48, para a colheita mecanizada R\$ 34.487,60 e R\$ 34.763,03, totalizando R\$ 61.079,92 e 69.250,63, para ambas as safras.

Verificou-se ainda que o sistema de colheita mecanizada apresenta os melhores resultados econômicos ou até mesmo em termos de consumo energético, se for considerado em cálculos futuros um número maior de safras.

Conclusão

Frente ao cenário sócio-econômico, ambiental e energético apresentado pela região da Alta Paulista, no oeste do estado de São Paulo, quer seja, a predominância da agroindústria canavieira, proprietária de grandes extensões territoriais, arrendatária de pequenas propriedades rurais, cogeneradora de energia elétrica com

geração de excedentes para a rede integrada de energia elétrica e empregadora de boa parte da mão-de-obra não qualificada da região, destacam - se as conclusões:

Concluiu-se que deverá existir uma maior preocupação, por parte do empresariado do segmento sucroalcooleiro, quanto às questões sociais que permeiam o contingente de mão-de-obra engajada no setor. Os três níveis de governo devem trabalhar para a inclusão da agricultura familiar na produção dos biocombustíveis, por meio de incentivo à produção integrada e diversificada nas pequenas propriedades e promover a organização dessas famílias em cooperativas produtoras de etanol em microdestilarias.

Concluiu-se como viável economicamente o arrendamento de terras dessas propriedades, pelos seus proprietários, para as empresas do setor sucroalcooleiro, frente à possibilidade de geração adicional de renda. Porém, não se pode deixar de citar a apreensão causada pela escalada territorial do segmento, avançando sobre regiões de cultivos de culturas anuais e outras atividades rurais menos rentáveis no atual cenário econômico-financeiro, podendo vir a comprometer, no médio prazo, a produção de alimentos considerados como gêneros de primeira necessidade para a população.

No que se refere ao empresariado do setor sucroalcooleiro da região, concluiu-se como viável a cultura de cana-de-açúcar, frente aos resultados econômicos apresentados pelo empreendimento.

No que tange ao caráter energético, concluiu-se que deve-se priorizar a utilização racional de insumos de produção que venham a consumir o menor quantitativo de energia para a cultura.

No que se refere à questão ambiental, conclui-se que as emissões provenientes das queimadas de canaviais na região sudeste do Brasil, área de maior concentração de cultivo de cana-de-açúcar, e mais especificamente no oeste do Estado de São Paulo, região da Alta Paulista, são fortemente negativos ao ambiente e às populações. Entende-se como fator decisivo para minimização desses efeitos, a aceleração da utilização de processos de mecanização na etapa de colheita de cana-de-açúcar, não esquecendo, porém, de medidas capazes de atenuar os problemas sociais advindos de um intenso aumento de desemprego no setor. Aliado a esse fato, a produção do etanol de cana-de-açúcar, ao substituir outros tipos

de combustíveis fósseis, trará reduções significativas quanto à emissão de gases e a conseqüente minimização do efeito estufa.

Referências Bibliográficas

AHMAD, B. Energetics of Major Crops in Mixed Cropping System. **Agricultural mechanization in Asia, Africa and Latin America**, v.25, p.52-4, 1994.

ANGELELI, W. A .; DUARTE, F.A . M. & OLIVEIRA, J.E.D. Estudo nutricional, alimentação e capacidade física de trabalhadores volantes rurais ou “bóias frias”. In: “Bóias Frias”. **Academia de Ciências do Estado de São Paulo**, ACIESP n° 30, p.7-85, 1981.

BALANÇO ENERGÉTICO NACIONAL, Ministério de Minas e Energia. Brasília, 2003

BANSAL, R.K.; KSHIRSAGAR, K.G.; SANGLE, R.D. Efficient utilization of energy with an improved farming system for selected semi-arid tropics. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, Amsterdam, v.24, n.4, p.381-394, 1988.

BINI, A .& SOUZA, L.G. A economia nos custos energéticos decorrente do aproveitamento da biomassa. In: XXIV Congresso brasileiro de engenharia agrícola, Viçosa, p. 145, 1995.

BOLLER, W.; GAMERO, C.A. Estimativas dos custos econômicos e energéticos de sistemas de preparo e de manejo do solo para a cultura do feijão. **Energia na Agricultura**, Botucatu, v.12, n.2, p.26-38, 1997.

BONNY, S. Is agriculture using more and more energy? A French case study. **Agricultural Systems**, Essex, UK, v.43, n.1, p.51-66, 1993.

BOYELDIEU, J. Rendement énergétique de la production agricole: les bilans d'énergie. **Agriculture**, Paris, v.386, p.124-128, 1975.

BRIDGES, T. C. & SMITH, E. M. A Method for Determining the Total Energy Input for Agricultural Practices. **American Society of Agricultural Engineers**, St. Joseph p.781-4, 1979.

CAMPOS, A . T., CAMPOS A .T. Balanços energéticos

- agropecuários: uma importante ferramenta como indicativo de sustentabilidade de agroecossistemas. *Ciência Rural*, nov/dez 2004, vol. 34, nº6, p.1977-1985.
- CARMO, M.S.; COMITRE, V.; DULLEY, R.D. Balanço energético de sistemas de produção na agricultura alternativa. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.35, n.1, p.87-97, 1988.
- CARVALHO, A.; GONÇALVES, G.G.; RIBEIRO, J.J.C. **Necessidades energéticas de trabalhadores rurais e agricultores na sub-região vitícola de Torres**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.
- CASTANHO FILHO, E.P.; CHABARIBERY, D. Perfil energético da agricultura paulista. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.30, tomos 1 e 2, p. 63-115, 1983.
- CLEVELAND, C.J. The direct and indirect use of fossil fuels and electricity in USA agriculture, 1910-1990. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, Amsterdam, v.55, n.2, p.111-121, 1995.
- COMITRE, V. A questão energética e o padrão tecnológico da agricultura brasileira. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.25, n.12, p.29-35, 1995.
- COSTA BEBER, J.A. **Eficiência energética e processos de produção em pequenas propriedades rurais, Agudo, RS**. 1989. 295f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria.
- COSTANZA, R. Embodied energy and economic valuation. **Science**, N.Y. (USA), v.210, p.1219-1224, 1980.
- DELEAGE, J.P. et al. Eco-energetics analysis of an agricultural system: the French case in 1970. **Agro-ecosystems**, Amsterdam, v.5, p.345-365, 1979.
- DOERING, O.C. & PEART, R.N. Evaluating alternative energy technologies in agriculture. *Agr. Exp. Sta.*, Purdue University, Indiana, 1977.
- DOERING III, O.C. Accounting for energy in farm machinery and buildings. In: PIMENTEL, D. (Ed.). **Handbook of energy utilization in agriculture**. Boca Raton : CRC, 1980. p.9-14.
- DOVRING, F. Energy use in Unites States agriculture: a critique of recent research. **Energy in Agriculture**, v.4, p.79-86, 1985.
- FERNANDES, A . J. .Manual da cana-de-açúcar. Piracicaba, p.145, 1984
- FERREIRA, W.A.; ULBANERE, R.C. Análise do balanço econômico para a produção de milho no estado de São Paulo. **Energia na Agricultura**, Botucatu, v.4, n.2, p.8-18, 1989.
- FLUCK, R.C. Energy productivity: a measure of energy utilization in agricultural systems. **Agricultural Systems**, Essex, UK, v.4, n.1, p.29-37, 1979.
- FLUCK, R.C. Net energy sequestered in agricultural labor. **Transactions of the ASAE**, St. Joseph, Michigan, v.24, n.6, p.1449-1455, 1981.
- GABRIEL, L. R. A . et al. Estimativa do cálculo da energia direta embutida no processo de refinação do óleo de amendoim. In: Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola, 1993. Ilhéus – BA. Sociedade Brasileira de Engenharia agrícola, 1.993, v.2, p. 738-749.
- GABRIEL, L. R. A . et al. Estimativa do cálculo da energia indireta embutida no processo de refinação do óleo de amendoim. In: Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola, 1993. Ilhéus – BA. Sociedade Brasileira de Engenharia agrícola, 1.993, v.2, p. 722-736.
- GOLDEMBERG, J. Etanol de madeira – balanço energético. **Revista de ciência e cultura** p.1183-91, 1984.
- GUERRERO, J.S.J. Dimensão teórica da energia, economia e sociedade: integração no desenvolvimento da humanidade. **Revista de Economia Rural**, v.25, n.3, p.293-301, 1987.
- JUNQUEIRA, A.A.B.; CRISCUOLO, P.D.; PINO, F.A. O uso da energia na agricultura paulista. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.29, tomos I e II, p.55-100, 1982.
- MACEDÔNIO, A. C. & PICCHIONI, S. A. Metodologia para o cálculo do consumo de energia fóssil no processo de produção agropecuário. Seminário USP São Paulo, 1984.
- MELLO, R. **Análise energética de agroecossistemas: o caso de Santa Catarina**. 1986. 139f. Dissertação (Mestrado em Engenharia/Engenharia de Produção) –

Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MOLINA Jr, W.F., RIPOLI, T.C., COELHO, J.L.D. Energia potencial da biomassa não industrializável de canaviais para emprego como combustível. In: XXIV Congresso brasileiro de engenharia agrícola, Viçosa, p.142, 1995.

MOLTALVO, M.F.M. Conservação da energia no uso de máquinas agrícolas. **Revista de mecanização rural**, s.d.

ORLANDO, J., SILVA, G.M.A., LEME, E.J.A. Utilização agrícola dos resíduos da agroindústria canavieira. In: **Nutrição e adubação da cana-de-açúcar no Brasil. Piracicaba, SP. Maio, p.229-30, 1983.**

PIMENTEL, D. (Ed) **Handbook of energy utilization in agriculture**. Boca Raton: CRC, 1980. 475p.

PIMENTEL, D. et al. Food production and the energy crises. **Science**, N.Y. (USA), v.182, p.443-449, 1973.

PIMENTEL, D.; BERARDI, G.; FAST, S. Energy efficiency of farming systems: organic and conventional agriculture. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, Amsterdam, v.9, n.4, p.359-372, 1983.

RIPOLI, T.C.C. et al. Equivalente energético do palhicho de cana-de-açúcar. In: Congresso brasileiro de engenharia agrícola, Piracicaba p.26, 1990.

RIPOLI, T.C.C. Utilização do material remanescente da colheita da cana-de-açúcar – Equacionamento dos balanços energético e econômico. Piracicaba, Julho 1991.

RIVALDO, O.F. Energia na agricultura. In: LEVON, Y.(Org.). **Pesquisa agropecuária, questionamentos, consolidação e perspectivas**. Brasília : EMBRAPA, 1988. p.267-268.

ROVERE, E.L. Conservação de energia. In: ROVERE, E.L. ; ROSA, L.P. & RODRIGUES, A . P. (Orgs.). **Economia e tecnologia na energia**. Rio de Janeiro: Março zero/FINEP, p. 1-230, 1985.

SANTOS, H.P. et al. Conversão e balanço energético de sistemas de sucessão e de rotação de culturas. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.31, n.2, p.191-198, 2001.

SEIXAS, J.; MARCHETTI, D. **Produção e consumo de energia na agricultura**. Planaltina: EMBRAPA - Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados, 1982. 15p. (EMBRAPA-CPAC. Documentos, 3).

SILVA, J.G.; GRAZIANO, J.R. A crise de energia: repensar também a pesquisa agrônômica. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.29, n.10, p.1110-1116, 1977.

SIQUEIRA, R.; GAMERO, C.A.; BOLLER, W. Balanço de energia na implantação e manejo de plantas de cobertura do solo. **Engenharia Agrícola**, Jaboticabal, v.19, n.1, p.80-89, 1999.

TSATSARELIS, C.A. Energy inputs and outputs for soft winter wheat production in Greece. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, Amsterdam, v.43, n.2, p.109-118, 1993.

ULBANERE, R.C.; FERREIRA, W.A. Análise do balanço energético para a produção de milho no estado de São Paulo. **Energia na Agricultura**, Botucatu, v.4, n.1, p.35-42, 1989.

WAGSTAFF, H. Husbandry methods and farm systems in industrialized countries which use lower levels of external inputs: a review. **Agric. Ecosystems Environment**, Amsterdam, v.19, n.1, p.1-27, 1987.

ZUCCHETTO, J.; JANSSON, A-M. Total energy analysis of Gotland's agriculture: a northern temperature zone case study. **Ag**

Certificação Ambiental: Análise dos benefícios econômicos, sociais e ambientais gerados às empresas

Environmental Certification: Analysis of economical, social and environmental benefits generated to companies

Jurandir Savi

Graduado em Ciências Contábeis - CEALPA – Lucélia
Mestre em Contabilidade Avançada – UNIMAR – Marília
Doutor em Geografia – UNESP – Presidente Prudente
Vice-Diretor Geral - FAI

Resumo

A preocupação com o meio ambiente, nos últimos anos, vem crescendo tanto nas sociedades desenvolvidas quanto nas em desenvolvimento. Esta preocupação com a qualidade ambiental pode manifestar-se principalmente pelo repúdio dos consumidores em adquirir bens que ao longo de seu ciclo de vida causem degradação ambiental. Nesse sentido, o presente artigo visa apresentar uma discussão acerca dos benefícios econômicos, sociais e ambientais que a implantação de um sistema de gestão ambiental poderá proporcionar às empresas.

Palavras-chave: Certificação. Gerenciamento Ambiental. ISO 14000.

Abstract

In the past years the concern with environment has grown in both, developed and developing cultures. This concern with environmental quality may take place through consumers' despise when purchasing products which will cause environmental degradation throughout their lifetime. For that reason, this paper aims to present a discussion on economical, social and environmental benefits that the implementation of environmental management can provide companies with.

Keywords: Certification. Environmental Management. ISO 14000.

Introdução

A apresentação de indicadores de desempenho ambiental

é importante no processo de fornecer informações ao público externo, à medida que o processo de transparência passa pela padronização e utilização deste tipo de indicador, os quais permitem sintetizar as informações quantitativas e qualitativas relativas a seu desempenho ambiental. (TINOCO; KRAEMER, 2004, p.271)

Atualmente, vive - se em uma sociedade descartável, totalmente voltada ao consumo. Os prejuízos ambientais são bastante grandes, e a degradação ambiental decorrente de algumas atividades ainda caminha sem a percepção da sociedade. A tomada de medidas remediativas, principalmente, preventivas em prol do meio ambiente é imprescindível.

O atual cenário tem sua origem nos primórdios da civilização humana, quando o homem deixa a vida nômade, na qual vivia apenas da caça, pesca e de frutos de cada estação, e passa a viver em locais fixos. A partir daí, o homem deixa aquele relacionamento relativamente harmonioso com o meio natural e passa a gerar resíduos decorrentes da alteração de seu modo de vida.. Com o estabelecimento das aglomerações urbanas e o aumento populacional, os problemas ocasionados pelos resíduos são potencializados. (SAVI, 2005).

Neste sentido, Tinoco; Kraemer (2004) ressaltam que a crescente concorrência que o mundo vivencia, face às expectativas dos clientes, cada vez mais exigentes, não se restringe à procura de determinado nível de qualidade ao menor custo. A informação consciência ambiental tem feito com que estejam predispostos a consumir produtos que respeitem o meio ambiente. Atentos a isso, várias empresas têm, cada vez mais, se preocupado em atingir e demonstrar um desempenho satisfatório em relação ao

meio ambiente.

Para tratar destas questões, diversas conferências e organizações internacionais vêm promovendo a conscientização ambiental e buscando soluções. Esses movimentos surgiram por volta da década de 60, sendo que os de maior enfoque ao tema, ocorreram na década de 90, conforme destaca-se abaixo:

■ Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92) - 1992 - Rio de Janeiro: Criação da Agenda 21 - plano de ação que abrange diversos setores da sociedade distribuídos em seus quatro 4 capítulos: 1. Dimensões econômicas e sociais (cooperação internacional, combate à pobreza, mudança nos padrões de consumo, dinâmica populacional, integração meio-ambiente e desenvolvimento, etc.); 2. Conservação e gerenciamento dos recursos para o desenvolvimento (proteção dos recursos naturais e gestão ecologicamente apropriada dos resíduos das atividades humanas); 3. Fortalecimento do papel dos principais grupos sociais (mulheres, crianças e jovens, povos nativos, ONGs, trabalhadores, empresários, comunidades científica, agricultores, etc.); 4. Meios de implementação (recursos financeiros, tecnologia, educação, capacitação, informação e arranjo institucional internacional, etc.);

■ Conferência Mundial sobre Direitos Humanos - 1993 – Viena: desenvolvimento deve ser realizado de modo a satisfazer equitativamente as necessidades ambientais e de desenvolvimento de gerações presentes e futuras;

■ Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento - 1994 – Cairo: A maior parte das iniciativas foi dedicada à promoção da educação, à luta contra a aids e à conscientização a respeito dos direitos humanos e o equilíbrio entre população e meio ambiente, sendo o de maior relevância, o direito de todos à água potável;

■ Encontro Mundial sobre Desenvolvimento Social - 1995 – Copenhagen: criação de um ambiente econômico-político-social-cultural e jurídico que permita o desenvolvimento social;

■ Conferência sobre os Assentamentos Humanos (Habitat II) - 1996 - Istambul: Elaboração da Agenda do Habitat, seu conteúdo é o seguinte: 1. Habitação adequada para todos; 2. Desenvolvimento

sustentável dos assentamentos humanos em um mundo em processo de urbanização; 3. Capacitação e desenvolvimento institucional; 4. Cooperação e coordenação internacionais. 5. Implementação da Agenda do Habitat (aplicação nos níveis nacionais, internacionais; autoridades locais e sociedade civil e avaliação dos resultados);

■ Conferência sobre Educação Ambiental – 1997 – Nova Delhi, Índia;

■ Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade – 1998 – Thessaloniki, Grécia: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade.

Dando sequência à tendência em prol do meio ambiente, a Organização Internacional de Normalização (ISO) publicou uma série de documentos chamada ISO 14000. (HARRINGTON, 2001). A Série ISO 14000, que compreende um conjunto de normas ambientais, não obrigatórias e de âmbito internacional, possibilita a obtenção da certificação ambiental, e só pode ser obtida por uma determinada empresa se a mesma implementar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

O SGA, por sua vez, constitui-se num instrumento de gestão que possibilita qualquer dimensão ou tipo de controle do impacto das atividades de uma organização no meio ambiente, beneficiando a organização na medida em que promove o melhoramento do desempenho ambiental, bem como o seu funcionamento interno, principalmente quanto à padronização, comunicação e relacionamento interno e externo.

Baur (1999, apud Oliveira, 1999), apresenta como benefícios do sistema de gerenciamento ambiental a garantia para o cliente de um gerenciamento ambiental consistente, a minimização da possibilidade de acidentes e riscos ambientais, taxa de seguro mais favoráveis, maior conscientização ecológica entre os colaboradores, fortalecimento da imagem da empresa e cumprimento de leis e diretrizes corporativas (política e princípios).

Com a formalização do SGA, a organização tem possibilidade de obter resultados econômicos, principalmente pela redução na geração de resíduos e eliminação de desperdícios em seus processos. A possibilidade da análise de resultados ambientais em conjunto com resultados financeiros permite que a

empresa estabeleça metas e planos que vislumbrem a melhoria no seu desempenho global.

Portanto, o presente artigo visa apresentar algumas considerações acerca das vantagens econômicas, sociais e ambientais decorrentes da obtenção da certificação ISO 14000 pelas empresas, bem como destacam-se algumas desvantagens enfrentadas pelas empresas que não dão a devida importância aos aspectos ambientais em seus processos produtivos.

ISO 14000

Os padrões de qualidade surgiram para ajustar a crescente produção, tomando como base os parâmetros das necessidades dos clientes e dando origem à ISO 9000, que trata dos padrões de qualidade de produtos e serviços em nível internacional. Dos exportadores, passou-se a exigir a implementação de tais padrões de qualidade. Posteriormente, surgiu a ISO 14000, estendendo as exigências do nível de qualidade para o processo de produção, impactos gerados antes, durante e depois do processo produtivo, interna e externamente, tendo como foco principal a qualidade do meio ambiente. (RIBEIRO, 1998, p.14-15)

A ISO 14000 é uma norma elaborada pela International Organization for Standardization, com sede em Genebra, na Suíça, que reúne vários países com a finalidade de criar normas internacionais. Cada país possui um órgão responsável por elaborar suas normas.

A norma ISO 14000 é uma série de normas e diretrizes que certifica que a empresa possui um sistema de gestão ambiental, o qual contempla os procedimentos de controle ambiental, seu registro e divulgação aos órgãos de controle ambiental, ao mercado e à sociedade.

Sua elaboração, por membros representantes de, aproximadamente, 70 países, teve início em 1991, sendo que sua publicação, de fato, ocorreu em 1996. Pode-se dizer que a ISO 14000 foi o motivador de maior ênfase no interesse pelo controle do impacto ambiental, criando uma nova onda de atividades dirigidas à melhoria de sistemas de gestão ambiental em todo o mundo.

De acordo com Harrington; Knight (2001, p.31), “a ISO 14000 define os elementos de um SGA, a auditoria de um SGA, a avaliação de desempenho ambiental, a rotulagem ambiental e a análise do ciclo de vida”, sendo distribuídas nas seguintes ISO’s primariamente

publicadas, as quais, hodiernamente, apresentam vários desdobramentos:

- ISO 14001 – Sistemas de Gestão Ambiental – Especificações e diretrizes para uso;

- ISO 14004 – Sistemas de Gestão Ambiental – Diretrizes Gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio;

- ISO 14010 – Diretrizes para auditoria ambiental – Princípios Gerais;

- ISO 14011 – Diretrizes para auditoria ambiental – Procedimentos de auditoria – Auditoria de sistemas de gestão ambiental;

- ISO 14012 – Diretrizes para auditoria ambiental – Critérios de qualificação para auditores ambientais.

A adoção das normas da série ISO 14000 vem, cada vez mais, se tornando instrumento de competitividade entre as empresas, sobretudo no comércio internacional. Empresas que possuem SGAs tendem a apresentar maiores chances de conquistar mercados onde as questões ambientais são relevantes.

No mesmo sentido, no Brasil é crescente o número de empresas interessadas nas normas da série ISO 14000. Mais de 240 empresas instaladas no País já contam com a certificação, justificada por motivos diversos, que vão desde legítimas preocupações com a proteção ambiental até o uso como ferramenta de propaganda local e internacional.

O controle, no Brasil, é efetuado pelo Inmetro, responsável também por fiscalizar as empresas certificadoras atuantes no território nacional e também por realizar auditorias testemunhas por área de competência. Em que pese o caráter de não obrigatoriedade da norma, uma vez definida a adesão às suas diretrizes, o não cumprimento dos requisitos da ISO 14000 pode determinar o descrédito da organização acarretando desgastes na imagem e prejuízos institucionais que podem reverter em perdas econômicas.

Os benefícios que uma empresa pode atingir através da implantação da ISO 14000 é o que será demonstrado através do presente estudo, levando em consideração os aspectos econômicos, ambientais e sociais.

Aspectos Econômicos

Não há conflito entre lucratividade e a gestão ambiental com responsabilidade social; ambas podem harmonizar-se na prática. (TACHIZAWA, 2002, p.19)

Nos últimos anos, as atividades econômicas desenvolveram-se sem grandes preocupações com fatores externos. Hodiernamente, de acordo com Valle; Lage (2003, p.189), “empresários, autoridades, comunidade, enfim, todo mundo está buscando a mesma coisa, ou seja, empresas e produtos seguros e ambientalmente corretos.”

Ribeiro (1998, p.3) afirma que “os investidores estão cada vez mais cientes de que a má postura das empresas, em relação às questões ambientais, pode colocar em risco o retorno das aplicações de recursos.” Consequentemente, Tachizawa (2002, p.23) destaca que, “o novo contexto econômico caracteriza-se por uma rígida postura de clientes, voltada à expectativa de interagir com organizações que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado, e que atuem de forma ecologicamente responsável.”

Adaptar-se a todas as mudanças relacionadas a sustentabilidade dos recursos naturais, implementar qualidade ambiental, melhorar o processo produtivo não basta; é necessário demonstrar o que está sendo feito. Agir certo e demonstrar que está agindo certo é uma questão fundamental.

Exige-se, então, a necessidade de investimento para capacitação de mão-de-obra nos vários níveis envolvidos e também para eventuais aquisições de tecnologias adequadas. Em se tratando de fluxo de caixa ou rentabilidade, qualquer investimento de ordem relevante deve merecer cuidados rigorosos e estudos muito bem analisados, devido ao fato de afetar a continuidade da organização empresarial.

Em face da inevitável necessidade de investimento, dispêndio de custos, é imprescindível que se adote uma metodologia estratégica para o gerenciamento de custos, visando à otimização dos recursos consumidos e à identificação de estratégias competitivas.

O custeamento das atividades realizadas para o controle, preservação e recuperação ambiental evidencia-se como a metodologia mais apropriada para identificar e apurar

os custos ambientais, em função do nível de detalhamento do consumo de recursos. (RIBEIRO, 1998)

A necessidade do dispêndio de recursos financeiros agasalha-se nos ganhos sócio-ambientais, Para Castro (1996), além de promover a redução dos custos internos das organizações, a implementação de um sistema de gestão ambiental aumenta a competitividade e facilita o acesso aos mercados consumidores. Ademais, pesquisa recente da Confederação Nacional da indústria (CNI) e do Ibope demonstrou que 68% dos consumidores brasileiros estariam dispostos a pagar mais por um produto que não agrida o meio ambiente. (TACHIZAWA, 2002)

As organizações que tomarem decisões estratégicas integradas à questão ambiental e ecológica conseguirão significativas vantagens competitivas. E essa realidade já é de conhecimento de várias empresas brasileiras.

Entre as vantagens para a empresa, tem-se também, a criação de uma imagem “verde”; acesso a novos mercados; redução e/ou eliminação de acidentes ambientais, evitando, com isso, custos de remediação; incentivo ao uso racional de energia e dos recursos naturais; redução do risco de sanções do Poder Público (multas) e facilidade ao acesso a algumas linhas de crédito. (DENARDIM; VINTER, 1999)

As desvantagens em não implantar um sistema de gestão ambiental estão diretamente ligadas as barreiras não tarifárias, impostas por países mais desenvolvidos, pois um sistema de normatização ambiental como a série ISO 14000 pode abrigar em suas entrelinhas mecanismos de proteção de mercado.

Os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, indicam os investimentos em controle ambiental das empresas industriais brasileiras, vem aumentando significativamente. Em 1997, apenas 3.823 empresas efetuaram investimentos em controle ambiental. Esse número subiu para 6.691 empresas em 2002, o que representou um aumento de 75,0%, marca bem superior ao crescimento do número de empresas no mesmo período (26,4%). (IBGE, 2007).

Portanto, para continuar concorrendo em mercados cada vez mais competitivos, as empresas devem tomar conhecimento e resolver os problemas ambientais decorrentes de seus processos produtivos, caso contrário, perderão gradativamente seu espaço entre

os consumidores mais exigentes e preocupados com o meio ambiente.

Aspectos ambientais

Os acidentes ambientais estão na mira da sociedade, e seus efeitos já são passíveis de mensuração. Por meio da implantação do SGA visa-se amenizar, quiçá eliminar, os impactos ambientais oriundos dos processos produtivos. Portanto, o conjunto de ações desenvolvidas pelas empresas durante a implantação do SGA trazem melhorias ao meio ambiente.

Ademais, para a implantação do SGA faz-se necessário uma abordagem sistemática para identificar aspectos e impactos ambientais e para criar objetivos e metas o que resultará em uma melhoria na eficiência do processo de produção, gerando uma redução no desperdício de energia e matéria-prima.

A ISO também exige um comprometimento com a prevenção da poluição o que provavelmente possibilitará a reavaliação do processo e das tecnologias empregadas na produção.

Ainda, de acordo com Harrington; Knight (2001, p.39), “sob a perspectiva de política pública, um SGA eficiente é um passo no caminho para o desenvolvimento sustentável”.

Portanto, pode-se afirmar que as ações ambientais das empresas, manifestadas através da implantação da gestão ambiental, buscam racionalizar o uso dos recursos naturais e reduzir a quantidade e a maneira que os resíduos são devolvidos ao meio ambiente, contribuindo, com isso, para o desenvolvimento sustentável.

Aspectos Sociais

Um SGA visa corrigir problemas ambientais, decorrentes da produção e consumo desenfreado de bens que geram impactos no meio ambiente, como degradações ambientais e até a escassez de matérias-primas, conseqüentemente a sociedade passa a perceber os benefícios, por isso, pode-se dizer que os aspectos sociais decorrem dos ambientais.

Como resultado da implantação de um SGA,

dependendo do setor, pode-se, também obter a melhoria das condições de trabalho, como por exemplo, a redução de materiais particulados e de mau cheiro. Ações, essas que podem beneficiar inclusive famílias que residem próximo às empresas, pois passam a usufruir de um ambiente mais agradável.

Considerações Finais

O processo de certificação pela ISO 14000 tem demarcado passos importantes para as empresas prosseguirem no caminho do desenvolvimento sustentável. (COLTRO, 2005)

Através deste estudo concluiu-se que a certificação ambiental beneficia a empresa de diversas formas. A maior delas está relacionada à imagem que o público tem da empresa, tornando-se um diferencial de competitividade, por ampliar as oportunidades de negócio, através da imagem verde/limpa que o cliente cria dela.

Além da auferição de lucros obtidos com essas ações, a certificação pode vir a evitar o enfrentamento de problemas na exportação de seus produtos – pois, a conjectura de que a certificação tornar-se-á um diferencial na seleção de novos fornecedores e contratantes.

O Brasil já despertou para essa realidade. Tanto é verdade que, de acordo com o Inmetro, 766 empresas já se certificaram e esse número não para de crescer.

Enfim, sabe-se que o SGA é um grande passo em direção à diminuição dos impactos ambientais, decorrentes de seu processo de produção, mas, salienta-se, porém que procedimentos isolados, dispersos de um SGA, contribuem, para que se atinja um desenvolvimento sustentável, mas não garantem a obtenção da certificação ambiental.

Referência Bibliográfica

BELLO, C.V.V. Zeri – **uma proposta para o desenvolvimento sustentável, com enfoque na qualidade ambiental voltada ao setor industrial**. 1998. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em

Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/disserta98/bello/>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

CALLADO, A.L.C. **A Importância da Gestão dos Custos Ambientais**. Universo Ambiental, Brasil, abr. 2008. Disponível em: <http://www.universoambiental.com.br/novo/artigos_1er.php?canal=4&canallocal=4&canalsub2=10&id=224>. Acesso em 15 abr. 2008

COLTRO, A. **Sistemas de Certificação ISO 14000: ganhos competitivos**. In: SEMEAD - Seminários em Administração da FEA/USP, VIII, 2005, São Paulo. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/8semead/resultado/trabalhosPDF/73.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

DENARDIM, V.; VINTER, G. Algumas considerações acerca dos benefícios econômicos, sociais e ambientais advindos da certificação ISO 14.000 no Brasil. In: **III Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, Recife: SBEE, nov 1999. JEL: Q28

Empresas Certificadas ISO 14001. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro, 2008. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/gestao14001/>>. Acesso em: 01 abr. 2008

FAIRBANKS, M. **ISO 14000**. Cresce ritmo de certificações de Gestão Ambiental: Procura pelo certificado aumenta no Brasil e em todo o mundo, enquanto a norma busca integrar-se à série ISO 9000 e aos sistemas de gestão de saúde e segurança ocupacional. Revista Química e Derivados, São Paulo, ed. 388, nov. 2000. Disponível em: <http://www.quimica.com.br/revista/qd388/iso14000_1.htm>. Acesso em: 19 fev. 2008.

HARRINGTON, H. J. **A implementação da ISO 14000: como atualizar o sistema de gestão ambiental com eficácia**. São Paulo: Atlas, 2001.

INVESTIMENTO EM CONTROLE AMBIENTAL DAS INDÚSTRIAS NO BRASIL 1997/2002. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e

Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2007.

MOURA, L.A.A. **Qualidade & gestão ambiental**. Sugestões para implantação das normas ISO 14000 nas empresas. São Paulo, Juarez de Oliveira, 2000. _____. **Economia Ambiental**. Gestão de custos e investimentos. 2. ed. rev. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

MOURA, L.A.R. **O que é ISO 14000?** . Professor Luiz Rolim Web Site, Foz do Iguaçu-PR, 07 jul. 2004. Disponível em: <http://www.rolim.net/index.php?option=com_content&task=view&id=9&Itemid=2>. Acesso em: 19 fev. 2008.

OLIVEIRA, E.C. Ensaio Teórico sobre a variável ambiental como fator de forte influência nas estratégias empresariais. In: **SEMAD – SEMANA DO ADMINISTRADOR/UEM, XXVII**, 2007, Maringá. Dad Publicações: Maringá, PR, 2007.

OLIVEIRA FILHO, M.L. **A Auditoria Ambiental como ferramenta de apoio para o desempenho empresarial e a preservação do meio ambiente: uma abordagem contábil e gerencial em Indústrias Químicas**. 2002. 182 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, F.B. **Implantação e prática da gestão ambiental: discussão e estudo de caso**. 1999. f. 145. Dissertação. (Mestrado em Engenharia de Produção) – Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

RIBEIRO, M.S. **Contabilidade e Meio Ambiente**. 1992. 141 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Custeios das Atividades de Natureza Ambiental**. 1998. 241 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração

e Contabilidade da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RISSONI, E.P.; SILVA, E.P.M. **A contabilidade ambiental como instrumento de efetivação de direitos.** Universia, São Paulo, out. 2005. Disponível em: <http://www.universia.com.br/html/materia/materia_ijea.html>. Acesso em: 10 fev. 2008

SAVI, J. **Gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos em Adamantina – SP: análise de viabilidade da usina de triagem de RSU com coleta seletiva.** 2005, 239 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP.

TACHIZAWA, T. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa.** São Paulo: Atlas, 2002.

TINOCO, J.E.P.; KRAEMER, M.E.P. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** São Paulo: Atlas, 2004.

VALLE, C.E.; LAGE, H. **Meio Ambiente.** Acidentes, Lições, Soluções. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

VIANA, E.C. et al./ análise técnico-jurídica do licenciamento ambiental e sua interface com a certificação ambiental. **Sociedade de Investigações Florestais**, Viçosa, MG, v.27, n.4, p.587-595, 2003.

Gestão de Design no desenvolvimento de Micro Empresas do setor moveleiro

Design Management in the development of the Small companies of the woodwork sector

André Luiz Casteião

Mestre em Design, UNESP - Bauru

Paula da Cruz Landim

Doutora, FAAC/UNESP – Bauru

Resumo

O presente artigo faz uma reflexão sobre o papel da Gestão de Design no desenvolvimento de produtos nas Micro Empresas do setor moveleiro. Monografia apresentada na Universidade Estadual de Londrina, no curso de Especialização em Gestão de Design em 2004. Faz uma reflexão histórica e cultural do design neste setor.

Palavras-chave: Gestão de Design. Marcenarias. Mimetismo.

Abstract

The present article makes a reflection on the paper of Design Management in the development of products in small companies of the woodwork sector. Monograph presented in the State University of Londrina, in the course of Design Management Specialization, in 2004. It makes a historical and cultural reflection of this sector design.

Keywords: Design management. Woodworks. Mimicry.

Introdução

Por julgar de crucial importância compreender qual a função e atribuição que o design desempenha na indústria moveleira e entender como são desenvolvidos seus produtos, já que é perceptível a presença do mimetismo de produtos na indústria moveleira nacional, buscou-se responder o seguinte questionamento:

“Qual o papel da Gestão de Design no desenvolvimento de produtos nas Microempresas do setor moveleiro?”.

O design não tem sido devidamente estimulado nas empresas, muitas vezes, pelo fato de seus benefícios não estarem sendo corretamente avaliados. Lidar com

a ausência de design próprio nas Pequenas empresas do setor moveleiro parece ser o maior desafio, pois, envolve mudanças que a priori, dizem respeito à aceitação do design como fator diferenciador. As empresas, de um modo geral, adotam diversas posturas: encaram o design como um fator cosmético, evocado no último instante; acham que é um gasto a mais que onera o produto final e com retorno demorado; acham ainda que o design se presta mais para produtos “Top’s” e de alto padrão ou, simplesmente, ignoram o significado de design.

Segundo BONSIEPE (1997), para muitos, design é “um modismo questionável (...) associado à idéia de caro, complicado, de curta duração e individualmente rebuscado, com a promessa do glamour instantâneo”. Ao abordar-se a indústria moveleira no Brasil, é preciso considerar alguns fatores que contribuíram significativamente para essa direção. É necessário estabelecer certo recuo no tempo e considerar aspectos específicos da cultura que antecederam e impulsionaram a produção do móvel no país: o patrimônio artesanal da madeira; a interrupção das importações motivadas pelas duas guerras; a modernização cultural e econômica, que abriu definitivamente o Brasil para o século XX.

Herança cultural e industrial

Antes de tudo é fundamental considerar o patrimônio artesanal dos trabalhos em madeira, herança lusitana que marcou a evolução da mobília e dos interiores da casa brasileira. Ao lado do móvel importado diretamente da metrópole e, mais tarde, da Inglaterra, da França, dos Estados Unidos, da Alemanha e da Áustria, a produção de móveis foi se intensificando pelas mãos habilidosas de artistas e artesãos brasileiros e europeus que aqui se radicaram.

Em geral, a produção desses artistas seguiu os princípios

clássicos, quase nada havendo de criação local, destacando-se sobremaneira as insistentes cópias de modelos europeus, que se distinguíam dos congêneres apenas pelo uso de nossas madeiras.

Portanto, a partir da segunda metade do século XIX, a evolução do móvel no Brasil ganhou maior complexidade. Já havia um número expressivo de marcenarias e fábricas que produziam móveis em todos os estilos.

Foi nesse contexto que se destacaram as atividades dos Liceus de Artes e Ofícios, de cujas “oficinas de arte em madeira” saíram encomendas de vulto, para mobiliar residências finas, e equipamentos para edifícios públicos. Além da produção de mobília, os liceus exerceram importante papel como centro de formação de artesãos qualificados.

Mas já naquele final de século vinha ocorrendo o desaparecimento gradativo da produção artesanal de móveis, com a mecanização que ganhava terreno, facilitando os processos de fabricação. Entretanto, a riqueza deste patrimônio acumulado por mais de quatrocentos anos e o esmero da mão-de-obra, associados à generosidade de nossa flora, estabeleceu uma verdadeira tradição do móvel em madeira na Brasil, que voltará a emergir, com muita força, na obra de alguns designers do século XX, particularmente, com a produção de Carlos Motta, Joaquim Tenreiro, Maurício Azeredo e Sérgio Rodrigues.

Pode-se dividir a história do móvel no Brasil em duas fases bastante distintas: antes e depois de 1930. Antes de 1930, seguindo a tradição colonial, o que imperou foi a cópia dos velhos estilos, a cartilha foi eclética, misturaram-se aos Luíses e Marias o nosso colonial, o barroco, o inglês e, até mesmo, o árabe, que aqui chegou de segunda mão, via Portugal.

Apartir de 1930, com a emergência da arquitetura moderna, com a ressonância e o assentamento das principais idéias e polêmicas levantadas pelo Modernismo e com o desejo de modernização geral do país, configurou-se um

conjunto de fatores que desempenhou importante papel no processo de modernização da mobília brasileira.

Perfil das empresas analisadas

O estudo foi realizado na cidade de Presidente Prudente-SP, onde foram selecionadas pequenas marcenarias, que tem como particularidade à produção de móveis sob encomenda destinada ao segmento residencial.

No segmento de móveis sob encomenda, existe uma multiplicidade de micro e pequenas empresas, em geral marcenarias, cuja matéria-prima básica é a madeira compensada conjugada com madeiras nativas. Seus equipamentos e suas instalações são quase sempre deficientes e ultrapassados, o que gera muitas imprecisões nas medidas, e o trabalho ainda é bastante artesanal. Seu produto final destina-se predominantemente ao mercado doméstico (Gorini, 1998).

Para compor a amostra, foram considerados os seguintes critérios:

- Cidade de Presidente Prudente, por possuir um grande número de microempresas do setor moveleiro e pelo potencial empreendedor do município, pois atua como centro formador de mão-de-obra, por meio do sistema “S” (Senai, Senac e Sesi);
- Números de funcionários, que de acordo com LIMA (1998), caracterizam-se como microempresas, empresas que possuem até 15 empregados;
- Ramo de atividade, as marcenarias estudadas resumem-se na fabricação de móveis e esquadrias e na reforma de móveis usados;
- Faturamento, as marcenarias estudadas faturam em média, vinte e cinco mil reais por mês.

Inicialmente, é apresentado um quadro, (Quadro - A) com a síntese do perfil das empresas da amostra.

Quadro A - Panorama Geral das Empresas Pesquisadas

	FUNDAÇÃO	N.º DE FUNCIONÁRIOS	TIPO DE PRODUÇÃO	MATÉRIA-PRIMA	MERCADO NACIONAL	EXPORTA
MICRO EMPRESA	AMADORIA TEM EM MÉDIA 10 ANOS.	ENTRE 2 A 15 FUNCIONÁRIOS	MÓVEIS SOB MEDIDA ESQUADRIAS E REFORMAS	COMPENSADOS M.D.F. ENMAÇADOS	PREDOMINÂNCIA MUNICIPAL COM POUCAS INDÚSTRIAS REGIONAIS	NÃO EXPORTA

Fonte: Própria

Posteriormente as empresas foram classificadas de acordo com o faturamento e número de funcionários. (Quadro - B)

grupo estudado adota uma postura Reativa de caráter Imitativo, manifestado por projetos desenvolvidos por

Quadro B - Classificação das Empresas da Amostra

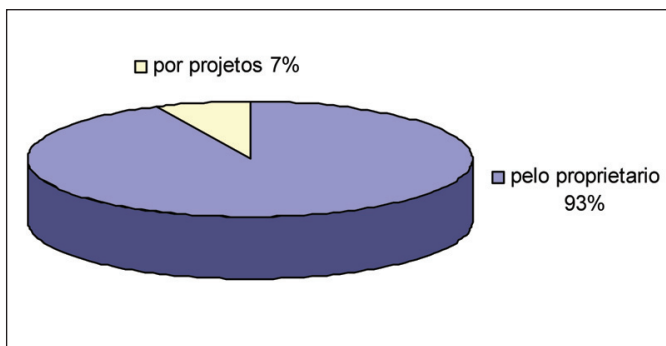
CLASSIFICAÇÃO	Nº DE FUNCIONÁRIOS	FATURAMENTO/MÊS
TIPO 1	7 A 15	ACIMA DE R\$ 30.000
TIPO 2	3 A 7	DE R\$ 10.000 A R\$ 29.000
TIPO 3	1 A 2	ABAIXO DE R\$ 10.000

Fonte: Própria (Pesquisa realizada em Outubro de 2004)

As empresas analisadas foram classificadas com o intuito de facilitar a interpretação e análise dos dados, todas as empresas atuam no mesmo seguimento: móveis sob medida, esquadrias e reformas em geral, o que as difere são o faturamento e o número de funcionários.

profissionais afins, arquitetos e decoradores, e até mesmos produtos extraídos de revistas especializadas a pedido dos clientes, que solicitam a cópia perfeita do produto.

O primeiro tópico abordado diz respeito ao gerenciamento das empresas, com a seguinte questão: Como sua empresa é gerenciada?

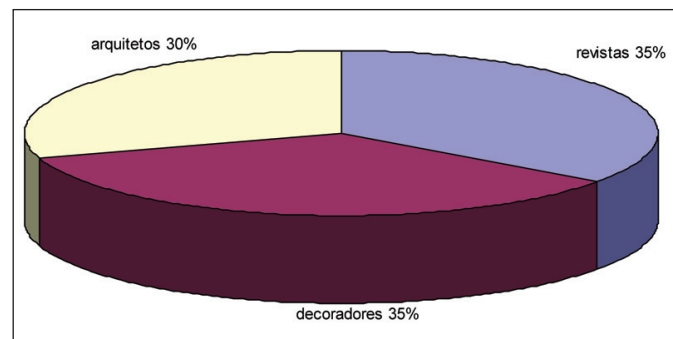


Fonte: Resultado da pesquisa de campo

O gráfico 1, mostra que 93% das empresas são administradas pelos proprietários, e estes são também os marceneiros que tem os filhos como ajudantes, e se enquadram nas marcenarias TIPO 2 e 3. Apenas 7% das empresas, (TIPO1) são gerenciadas por departamentos, entre eles, um setor administrativo, setor de vendas, setor de produção e o setor de manutenção e limpeza.

No que diz respeito à prestação de serviços, todas as empresas trabalham basicamente com a mesma linha de produção, móveis sob encomenda, esquadrias e reformas, sendo que o “carro-chefe” da produção é, móvel sob encomenda. Nenhuma das empresas estudadas utilizam o design como diferencial, ou possuem produtos com design exclusivo.

No que se refere ao desenvolvimento de produtos, esse



Fonte: Resultado da pesquisa de campo

O item qualidade obteve o maior percentual, 73%, quando indagadas, a respeito da competitividade. Em segundo lugar com 13%, o item matéria-prima, o item design, também relacionado não obteve percentual relevante, o que comprova o fato de que o design ainda é algo distante da realidade destas empresas, tornando-as vulneráveis no mercado, que se apresenta tão competitivo.

Quando indagadas, a respeito do treinamento oferecido aos funcionários, 60% das empresas se manifestaram a favor, e demonstraram grande satisfação por proporcionarem este “benefício” aos funcionários, mas na grande maioria dos cursos e treinamentos realizados são patrocinados pelos fabricantes, de acordo com o volume de compras destas empresas. Este item revela a característica extremamente operacional que estas empresas analisadas possuem, e é conseqüentemente um dos seus pontos fracos.

Finalizando a pesquisa, as empresas responderam diversas perguntas a respeito do Design como ferramenta:

- 73% das empresas dizem conhecer o design;
- 40% consideram o design fundamental;

- 60% acreditam que o design aumenta o custo de produção;
- 66% dizem que o design aumenta a competitividade e a lucratividade.

Apesar dos resultados serem satisfatórios do ponto de vista da Gestão do Design, há uma dificuldade a ser vencida, o paradigma de que o design aumenta os custos operacionais e de produção.

Nas respostas acima vê-se uma contradição, 60% das empresas acreditam que o design aumenta o custo de produção, mas sem experimentarem na prática tal afirmação, e 66% acreditam que o design aumenta a competitividade e a lucratividade. O quadro é bem claro, as empresas analisadas são extremamente operacionais, não possuem nenhuma visão estratégica e por isso tem o aumento do custo como paradigma. Por outro lado tem o anseio de se tornar competitiva e lucrativa utilizando-se do design como ferramenta.

Considerações finais

As empresas analisadas apresentaram características comuns, herdadas do início do século XX com a chegada de imigrantes europeus, uma cultura industrial baseada na economia familiar, mão-de-obra não especializada e equipamentos artesanais.

A característica familiar deixou como legado, uma cultura semi-artesanal que não utiliza o design como ferramenta competitiva, ficando desta forma vulnerável frente aos concorrentes estrangeiros.

A produção destas empresas é extremamente verticalizada, (realiza todas as etapas de produção) o que dificulta a produtividade e onera os custos de produção.

Ainda como herança cultural deste período, as empresas são administradas, na sua maioria, pelos proprietários que são também os compradores, os prospectores de novos clientes e os executores dos serviços prestados.

Quanto à metodologia de desenvolvimento de novos produtos, estas empresas têm uma postura Reativa de caráter Imitativo limitando-se ao mimetismo (extraído geralmente de revistas especializadas) e a execução de projetos oriundos de profissionais como: arquitetos e designers de interiores.

Uma das principais dificuldades deste grupo de empresas é

a competição acirrada com os grandes centros produtores de mobiliário, e, sobretudo, a limitação financeira que impossibilita investimentos em tecnologia (equipamentos e mão-de-obra).

Por outro lado, a Gestão do Design como processo, pode potencializar estas empresas por meio do design, utilizando a tecnologia disponível, treinando e capacitando a mão-de-obra, gerando produtos de baixo custo e acessível a camadas de população de baixa renda.

Segundo WOLF (1998), Gestão do Design é a organização e coordenação de todas as atividades de design, baseada nos objetivos definidos da empresa.

Conclusão

Com o estudo pode-se evidenciar que nas Microempresas do setor, o design ainda é algo obscuro e os produtos são desenvolvidos de forma quase autodidata por seus proprietários.

Foi observado nas empresas que o desenvolvimento de produtos está baseado na cópia, devido à falta de informação e recursos tecnológicos. Pode-se então dizer, que estas empresas utilizam o design, pois do ponto de vista estratégico, o mimetismo é uma forma de se manter competitivo no mercado.

O papel da Gestão do Design, neste setor, é potencializar as tecnologias disponíveis para o desenvolvimento de novos produtos. Contudo, incorporar a Gestão do Design na indústria significa tornar a empresa mais competitiva frente aos concorrentes, pois, por meio dela pode lançar novos produtos que correspondam às necessidades do seu público consumidor, além de poder acrescentar um valor agregado ao produto e até mesmo criar toda uma identidade que permita a identificação e fidelização da marca. No mais, o design é a resposta para pequenos investidores conseguirem sobreviver no mercado perante as grandes empresas.

Referência Bibliográfica

ABIMÓVEL. Associação Brasileira da Indústria do Mobiliário. Disponível em <<http://www.abimovel.org.br/panorama/bndes/introducao.htm>>. Acesso em janeiro de 2004.

BONSIEPE, G. Design, do material ao digital. Florianópolis, SC. FIESC, IEL, 1997.

FIESP. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, São Paulo, 2003. Programa SP Design. Disponível em <<http://www.fiesp.org.br>>. Acesso em 10/2004.

GORINI, A.P.F. A Indústria de Móveis no Brasil. Curitiba: Alternativa Editorial, 2000.

KOTLER, P. Administração de Marketing: Análise, Planejamento, Implementação e Controle. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAGRANHA, H. Regulamentação da profissão de Design no Brasil. Projeto de lei nº 1.965, de 1996.

MALDONADO, T. Desenho Industrial. Portugal: Edições 70, 1991.

MANUAL DE GESTÃO DE DESIGN, Centro Português de Design. Portugal, 1997.

SANTOS, M.C. L. Móvel Moderno no Brasil. São Paulo: Edusp, Estúdio Nobel, 1995.

WOLF, B. O Design Management como fator de sucesso comercial. Florianópolis: FIESC/IEL, ABIPTI, Programa Catarinense de Design, SEBRAE, CNPq, 1998.

Espaços, tempos, materiais: organização do trabalho pedagógico a favor do letramento literário

Spaces, times, materials: organization of pedagogical activities in pro of literacy

Renata Junqueira de Souza

Professora Assistente Doutora junto ao Departamento de Educação – FCT – UNESP – Presidente Prudente

Cyntia Graziella Guizelim Simões Girotto

Professora Assistente junto ao Departamento de Didática – F.F.C. - UNESP – Marília

Marcela Coladello Ferro

Graduanda de Pedagogia pela UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Resumo

Ao lutar-se pela busca de soluções para um trabalho pedagógico voltado ao letramento literário nas escolas públicas brasileiras, tem-se que refletir, em primeiro lugar, sobre o que ocorre antes do ato de leitura, propriamente dito, e sobre o lugar e a relevância dada à atividade literária nos ambientes escolares - o que remete a pensar sobre os espaços, tempos e materiais na organização do fazer didático dirigido ao desenvolvimento da competência leitora. Além disso, retoma-se para tanto, a partir de dados coletados em pesquisa realizada desde 2006, o próprio conceito de leitura, oculto nas falas de professores parceiros da investigação. Os dados apontam para a necessidade da (re)significação desses elementos, como prioritários para a implementação de atividades produtivas de leitura literária, ou seja, para o redimensionamento dos espaços, tempos e materiais; para a organização de um trabalho pedagógico a favor do letramento literário.

Palavras-chave: Ensino e aprendizagem da leitura e da literatura. Trabalho pedagógico. Leitura da literatura.

Abstract

When fighting for finding solutions to a work focused on teaching literacy in Brazilian public schools, we must reflect, first, about what happens before the act of reading, and about the place and relevance given to literary activities in school environments - which make us think about spaces, times and materials in the organization of teaching led to the development of independent readers. For that, we search from

data collected in the survey since 2006, the concept of reading, hidden in the words of primary teachers, partners in this research. The data point to the need of (re) meaning those elements, as priorities for the implementation of productive activities with literary reading, or for the resizing of spaces, times and materials, for the organization of activities in pro of teaching literacy with literature.

Keywords: Teaching and learning reading and literature. Pedagogical work. Reading of literature.

Primeiras palavras e a pesquisa: os dados, a análise e os resultados em discussão.

A reflexão sobre a quantidade e a variedade de materiais didáticos especializados que o mercado é capaz de pôr à disposição, mesmo no caso do Brasil, em que as opções são em menor número, obriga a constatar a pobreza de nossas escolas públicas. Quantas dispõem de globos terrestres, laboratórios equipados, pranchas de anatomia, material dourado etc.? Quantas têm bibliotecas bem aparelhadas? Em quantas é possível acessar, em sala de aula, “sites” de interesse pedagógico, usar apresentações de multimídia, ou mesmo passar um vídeo? Apesar desse quadro de evidente escassez, em muitos casos depara-se com um excesso, por mais paradoxal que isso pareça. Em muitas escolas, livros didáticos não utilizados lotam o almoxarifado, programas e vídeos da TV Escola passam despercebidos ou, gravados em fitas, continuam intactos, minidicionários distribuídos pelo PNLD (Plano Nacional do Livro Didático) permanecem ou sem dono ou sem qualquer uso efetivo em sala de aula, coleções do PNBE (Plano Nacional da Biblioteca

Escolar) estão trancadas em estantes, dentre outros aspectos (RANGEL, 1994 e 2002).

No caso dos livros, já é frequente ouvir, em cursos de formação de professores, que “a escola está cheia de livros”, “não falta o que ler”, talvez com a justificativa de que basta ofertar, dar acesso e/ou enfatizar a importância da leitura, como condição para formar leitores. Em recente pesquisa, financiada pela FAPESP (Fundação para a Pesquisa do Estado de São Paulo) feitas no Oeste Paulista, nas cidades de Presidente Prudente, Assis e Marília, pode-se observar, nas escolas pesquisadas, em sua grande maioria, tais situações. Além disso, muitos professores parceiros da pesquisa, em andamento em sua segunda fase, apresentam subliminarmente, em suas falas, um conceito de leitura restritivo e, ainda, suas dificuldades para ensinar a ler. LUC enfatiza parte dessas questões:

Eles, eles... bom a gente tem... eu acredito assim muito material para ler e a gente tem que estar trabalhando sempre a leitura, incentivando a estar lendo... sempre eu falo muito da importância de ler, da importância de ler... às vezes eu sento do lado da criança, a criança está lendo eu falo lê pra mim, eles lêem às vezes enrosca (um pouquinho eu vou lá e ajudo) na leitura, eu falo que é importante ler, ler bastante... Só que as vezes não sei como fazer isso direito... sabe, a ensinar a ler. (LUC)

Evidentemente, há explicações possíveis para cada um dos casos citados no parágrafo introdutório. Algumas vezes, a subutilização de um recurso se deve à falta de outro, como acontece com escolas que recebem coleções de vídeos, por exemplo, e a aparelhagem necessária não existe ou não está em condições de uso. Em outros casos, o desperdício do material disponível se deve às dificuldades inerentes ao uso coletivo, tais como: articular os diferentes programas em andamento, as turmas a serem beneficiadas, os horários possíveis etc. Em outros, há falta de preparo da equipe docente e/ou responsáveis, por exemplo, para o trabalho de mediação na biblioteca escolar, ou em colocar em prática a orientação dos programas de formação dos alunos, a formação da competência leitora. Seja como for, existe um quadro em que, muitas vezes, a escassez convive com o desperdício. O que agrava as já precárias condições de trabalho do professor e penaliza o aluno.

BER traduz parte dessas situações:

Isso... só que na escola tem muito [livros], então o que eu fiz depois desse momento que eles liam só aqueles lá [os fininhos, mais simples...], eu separei alguns que eu achava assim que eles iriam se interessar e deixei numa outra estante e eu falo pra eles – Olha estes aqui são da estante tal, então eu acabo selecionando um pouco, já do que tem na biblioteca, (mas eu acho que não, ou eles podem emprestar ou não)...(um que eles não podem) é o Harry Potter eu acho que eles não podem ou por que acham que eles vão perder ou... igual o Senhor dos Anéis - Não é muito grande pra essa menina da 6a série ((como se fosse a bibliotecária falando)) eu falo – Não, empresta pra ela ((como se tivesse falando com a bibliotecária))... eu já fui na biblioteca, já fui com aluno – Não, mas ele disse que quer ler, ele não vai perder ((como se falasse com a bibliotecária)), sabe aluno que nunca aconteceu nada. (BER)

Comentários, dessa natureza, apareceram também em momentos informais, durante a coleta de dados nas escolas, como por exemplo no recreio, crianças lamentando que podiam apenas ir uma vez por semana, durante quarenta minutos, à biblioteca. Outros de uma outra unidade escolar diziam da punição recebida, neste ano letivo, em relação à retirada de livros da biblioteca, porque, no ano anterior, muitos livros haviam desaparecido ou voltavam em condições precárias. Observe isso em SAN:

Eu... essa sala de 5a série, a 6a eu acho que eles tinham mais o hábito, né, não falo o hábito, mais o gosto, mas eu acho que precisa de mais incentivo dos pais... Muitos livros, quando a gente manda pra casa, que eles levam eles voltam rasgados, eles voltam amassados, sujos e assim eu queria que eles lessem, mas que fosse assim sabe que livro... que eles tivessem carinho pelo livro, né, e é uma coisa assim que eu acho que a gente que trabalhar com esta 5a série desde o tratamento com o livro, com o cuidar do livro até chegar na leitura mesmo.(SAN)

É certo que boa parte dessas dificuldades extrapola o âmbito de cada escola, e só pode ser solucionada a médio e longo prazo, no contexto de políticas públicas adequadas e continuadas. Entretanto, um dos motivos dessa situação adversa é de responsabilidade da própria instituição escolar. E está na ausência de um planejamento didático efetivo, tanto de cada disciplina em particular, quanto do conjunto da escola, voltado ao letramento. Afinal, os recursos didáticos, os materiais diversos, os livros, assim como os espaços, e mesmo

os horários a serem mobilizados para seu uso, precisam ser combinados e partilhados entre os interessados.

É no contexto do planejamento, que os professores e demais educadores que participam da equipe escolar podem integrar ao trabalho pedagógico uma reflexão sobre o material didático e o seu papel no processo de ensino e aprendizagem do letramento.

Ao que tudo indica, o desperdício mais frequente, no momento, é o de diferentes tipos de impressos. Até porque são eles os mais visados pelas políticas públicas voltadas para recursos didáticos e, por conseguinte, são eles os mais presentes em nossas escolas.

Materiais estratégicos para a diversificação e o desenvolvimento do letramento do aluno, como revistas e jornais doados por editoras, além dos próprios livros do PNBE e dos minidicionários distribuídos pelo PNLD, são, muitas vezes, subutilizados. E mesmo o livro didático chega a ser descartado. Nesse último caso, o desuso parece dever-se, quase sempre, a escolhas mal sucedidas, seja porque o livro recebido não era o da primeira opção, seja porque, mesmo correspondendo ao título solicitado, revelou-se em desacordo com a realidade da escola ou as expectativas dos professores. Há, ainda, o caso das escolas que dispensam o livro didático porque preferem elaborar impressos alternativos, mas, ainda assim, receberam obras que não chegaram a solicitar.

Considerando-se esta situação particular, o livro didático, se considerado no contexto do planejamento escolar, é uma peça central tanto para a reflexão sobre o lugar dos materiais didáticos no processo de ensino e de aprendizagem quanto para evitar o desperdício em meio à escassez. A escolha qualificada do livro didático – ou seja, organizada, envolvendo toda a equipe escolar e orientada por critérios explícitos – pode, então, constituir-se numa referência e, em alguns aspectos, num modelo da discussão a ser feita sobre os demais materiais (RANGEL, 1994 e 2002).

Em qualquer disciplina, o livro didático é o material didático mais orientado pela e para a escrita. A proposta de ensino que ele apresenta é global (para toda uma série, ciclo ou segmento do Ensino Fundamental), com objetivos, conteúdos, textos e atividades formuladas num discurso escrito. Seja qual for o uso que dele se faça em sala de aula, é preciso que professores e alunos

interajam na execução total ou parcial dessa proposta pedagógica, por meio da leitura (as lições ou unidades) e da escrita (exercícios e atividades).

Para Rangel (1994 e 2002), nesse sentido, o livro didático é um poderoso recurso de letramento, talvez o principal e, muitas vezes, um dos únicos, dentre os disponíveis na escola pública brasileira. Na medida em que recorra a esse recurso como o principal instrumento didático, a equipe docente pode estabelecer metas comuns de letramento e de desenvolvimento da competência leitora dos alunos. Trata-se de uma excelente oportunidade, portanto, para se programarem atividades de leitura como objetos efetivos de ensino e de aprendizagem, constitutivos de todas e de cada uma das disciplinas. Evidentemente, sabe-se que nesses livros os saberes já foram escolarizados, o que é inevitável, todavia, cabe saber da adequada utilização desses materiais, bem como do tratamento também dado aos livros de literatura infantil e juvenil recebidos pelo PNBE e adquiridos pelas escolas.

Choppin (1992) ao situar e delinear o perfil do livro didático em suas relações com os outros impressos e veículos de textos que estão presentes na escola contemporânea, traz outras dimensões a esse respeito. A partir daí, discute o livro didático como suporte de textos ou como discurso de autor em gênero didático, abordando três modos muito frequentes de usar o livro em sala de aula: o livro como arquivo de textos e propostas; o livro “de fio a pavio”; e, a escolha consciente e criteriosa, seja do livro, seja de partes e textos de livros e de outros impressos, para compor, de maneira harmônica, um projeto de ensino situado. São também sugeridos dois conjuntos de critérios de escolha e seleção para uso de textos impressos: o das necessidades de ensino e o das possibilidades de aprendizagem.

LUC traz o uso do livro didático como auxiliar ao seu trabalho, ao que parece, para um momento de leitura mais dirigida e para um trabalho mais específico. E MAR o apresenta também como apoio às atividades com a leitura e a escrita no segundo ciclo do ensino fundamental.

É... eu... nesse momento eles lêem:: sozinhos né... o momento da leitura por prazer é a leitura que terminou a atividade... eu tenho uma caixa de livrinhos na sala e eu estou sempre renovando né, são livros meus que eu trago (que eu trago

de casa e deixo na caixa)... tem o momento de leitura que é por prazer que é (um momento que) terminou a atividade pega um livrinho vai ler, né e tem também um momento da leitura já mais... por que eu também utilizo o livro didático, também como auxiliar. No momento da leitura todos lêem o mesmo texto(...) (LUC)

olha geralmente eu separo na semana, eu assim geralmente no final de semana eu tenho muito livro em casa didático não sigo sempre só um livro porque você sabe que na escola eu empresto um livro de português para eles levarem pra casa... eu uso mais esse livro que eles levam pra casa como apoio pra dar um trabalhinho um texto pra eles lerem e interpretar em casa e a gente corrigir na sala sabe... eu até dei alguns trabalhos pra eles fazerem assim... agora cada vez eu procuro em lugar diferente... eu tiro texto da Internet eu trago assim as vezes livros diversos... eu preparo para a semana ...quinta série mais narrativa... narrativo e agora a pouco tempo eu trabalhei descritivo... mas a quinta série é mais descritivo. (MAR)

Entretanto, uma grande parcela dos professores, sem dúvida, utiliza a pior forma de uso do livro didático: aquela em que perde autonomia e abandona seu próprio projeto de ensino em favor de determinado livro, executando com seus alunos as instruções do autor, de “fio a pavio” para atingir metas determinadas. E deve-se perguntar (para a clientela que a escola pública atende, considerando-se o contexto, a localidade, os regionalismos) quais metas de ensino são eleitas? E, a partir delas, quais conteúdos são importantes para atingir essas metas? Que tipos e níveis de letramento são necessários para que os alunos se tornem leitores autônomos? Que textos devem, então, ser selecionados e trazidos para os alunos? Determinada obra contempla esses conteúdos e textos? Como complementá-la, a partir de outros impressos?

Na ótica das possibilidades de aprendizagem do alunado, algumas questões já mencionadas são também importantes: Que conhecimentos, valores, atitudes e tipos e níveis de letramento esses alunos já trazem? Quais são importantes no projeto de ensino do professor? O que será preciso ensinar e aprender nessa coletividade? Como se organizam os materiais, o tempo e o espaço escolar de que se dispõe (número e tempo de aulas, número e tipo de alunos por sala, disposição da sala, existência de biblioteca, etc.) voltados ao aprendizado e desenvolvimento do letramento literário?

Com que recursos tecnológicos é possível contar

(retroprojeter, xérox, vídeo, computador, Internet etc.)? É possível contar com professores de outras disciplinas para atingir essas metas? Que obra/trechos de obras interessantes podem ser selecionadas para atingir essas metas, em face dessas restrições? Como é possível complementar essa obra a partir de outros impressos e recursos?

Para essa discussão é preciso lembrar, ainda, de uma meta geral na formação cidadã do alunado no Brasil de hoje – que envolve, de maneira crucial, os textos, impressos e livros que circulam em sala de aula e, correspondentemente, os tipos e níveis de letramento que espera-se que os alunos construam –, que é o fato de que, no mundo altamente ‘semiotizado’ da globalização (BORBA, 2006 e PCNs, 1998), saber situar os discursos expostos e recuperar seu situacionismo social (quem escreveu, com que propósito e ideologia, onde foi publicado, quando, quem era o interlocutor projetado etc.). Isso é importante para fornecer artifícios para os alunos aprenderem, na prática escolar, a fazer escolhas entre os discursos que circulam à sua volta – o que possibilita aprender a problematizar o discurso hegemônico da globalização e os significados antiéticos que, nele, desrespeitem a diferença, o pluralismo e a democracia.

Pesquisas acadêmicas, há muito denunciam também livros didáticos com conteúdos indevidos, até mesmo errados, favorecendo assim a disseminação de preconceitos de diversas formas como, por exemplo, o privilégio da cultura da classe dominante, única aceita como correta, bem como a hierarquização das culturas entre si. Livros didáticos mostram o homem e a mulher de forma estereotipada, sem nenhuma relativização. Neles predominam homens e mulheres segregados em mundos diferentes. Muitos livros não refletem a realidade, uma vez que não atentam para nossa pluralidade cultural. Se não refletem a realidade, muito menos a questionam. Apresentam a realidade como algo pronto, acabado, inquestionável e sem possibilidade de interferência humana. Assim, a escola contribui para a retificação do “status quo”, o que não deve ser o seu papel (BORBA, 2006 e PCNs, 1998).

Estudiosos e críticos da ilustração de livros didáticos ou de literatura infantil e juvenil também, há algum tempo, têm apontado para esta questão. Preconceitos também são passados sutilmente, mas, além disso,

outros elementos devem ser considerados, como a questão da qualidade dos textos apresentados nos livros didáticos e a sua interrelação com o letramento literário das crianças.

Assumindo com Soares (1999) a posição de que não há como ter escola sem ter escolarização de conhecimentos, saberes, artes e, mais, que o surgimento da escola está indissociavelmente ligado à constituição de “saberes escolares”, é fundamental desde o início da escolarização, incorporar à prática de formação de leitores duas perspectivas de análise, quando abordasse as relações entre o processo de escolarização e a Literatura Infantil.

Numa primeira perspectiva, pode-se interpretar as relações entre escolarização, de um lado, e Literatura Infantil, de outro, como sendo a apropriação, pela escola, dessa última. Neste caso, faz-se uma análise do processo pelo qual a escola toma para si a Literatura Infantil e escolariza, ‘didatiza’ e ‘pedagogiza’ os livros de literatura para crianças, para atender a seus próprios fins, ou seja, “faz dela uma literatura escolarizada”.

Uma segunda perspectiva sobre a qual podem ser consideradas as relações entre escolarização, de um lado, e Literatura Infantil, de outro, é interpretar essas relações a partir do ponto de vista de que existe a produção, para a escola, de uma literatura destinada a crianças. Aqui, analisa-se o processo pelo qual uma literatura é produzida para a escola, para os objetivos da escola, para ser consumida na escola e pela clientela escolar, buscando-se literatizar a escolarização infantil.

Estas duas perspectivas reforçam a questão polêmica (e não resolvida) em torno do conceito de Literatura Infantil. Por outro lado, e mais importante que isto, obriga a refletir sobre a seguinte questão: quer se pense em uma Literatura Infantil escolarizada, quer se pense em uma literatização da escolarização infantil, ou seja, quer se considere a referida literatura como produzida independentemente da escola, que dela se apropria, quer se considere a Literatura Infantil como uma literatura produzida para a escola, as escolhas feitas dos livros ditos de Literatura Infantil a serem apresentados às crianças é que vão determinar a contribuição desse tipo de texto para o processo de alfabetização e iniciação do alunado à leitura literária, com chances de durar para além do processo de escolarização.

Caberia, em função deste primeiro questionamento, a

pergunta: se a Literatura Infantil se apresenta polêmica e se o processo de leitura desse tipo de texto requer especificidades, por que é necessário trabalhar com a leitura literária nas séries iniciais? Uma resposta possível é a de que, desde o início da escolarização, a criança tem contato com o texto literário por meio, especialmente, de materiais didáticos, mas nem sempre esse contato ocorre através de uma adequada mediação. E apresenta uma mediação que coaduna com essa perspectiva.

[...]eu procuro fazer assim eles fazem uma leitura silenciosa aí eu...às vezes eu peço para uma criança ler o texto, outras vezes cada um lê um parágrafo, um pedaço, outras vezes eu leio para eles, [...] depois respondem às questões do livro didático .(AND)

ION por sua vez, procura permitir o acesso à literatura, no entanto, considera como momento de leitura ‘verdadeira’ as atividades relacionadas ao livro didático ‘leitura mesmo é dentro do texto trabalhado...do livro didático’.

Tem, eles têm lido, eles levam livrinho pra casa toda semana, tem livrinho e eles pegam e fazem a leitura sozinho e tem a leitura que eles trabalham em sala de aula, leitura mesmo é dentro do texto trabalhado...do livro didático. (ION)

Um dos principais motivos dessas e de outras problemáticas decorrentes é que as atividades propostas não possibilitam uma aproximação literária dos alunos com os textos. Outro motivo é a fragmentação dos textos literários, que são apresentados aos alunos como ‘pseudotextos’, às vezes começando pela metade, outras com seu final alterado ou ignorado, ainda com recortes feitos no corpo do texto apenas para adequá-lo ao espaço do livro didático, aproximando o começo do fim. Além disso, muitas vezes, quando é transferido para o livro didático, o texto literário acaba por não se configurar, pois perde a programação visual e as ilustrações do livro originalmente concebido e publicado.

Daí a importância da busca, desde as séries iniciais, de uma relação literária com textos que transcendam suas limitações e inadequadas escolarizações e os ler literariamente, desde o início do processo de escolarização. Lê-los nessa dimensão significa recuperar aquela configuração que foi perdida na ‘didatização’ da literatura, recuperando propostas adequadas de textos produzidos para o público infantil que não se limitem

à condição de mais um apêndice para a aquisição da leitura e da escrita.

Nessa direção, vale situar os comentários da professora DIV, que mesmo promovendo a hora da leitura, parece ainda escolarizar inadequadamente suas propostas de atividades literárias, ou como ION: ao ler o ‘livrinho’ quase sempre propõe na seqüência uma produção de texto, que, ao que nos parece, nem explora a questão da situação discursiva – do destinatário, enunciador, finalidade – da escrita.

... e os das crianças sempre tô lendo com eles... nos temos o hábito...nos fazemos...Esse ano nós adotamos de tá recomendando o livro...todas as crianças o mesmo livro, pra tá fazendo a “avaliaçãozinha” depois...tá cobrando alguma coisa deles... então eu tenho () o livro todo pra depois tá recomendando pra eles né... e sem contar que todos os dias nos temos no início da aula eu faço a hora de leitura... primeira coisa que se faz então ao entrar na sala de aula é a leitura. (DIV)

(Isso daí é mais ainda) na produção de texto, quase sempre depois da leitura né (daí eu vou explicando) a gente lê, geralmente eu leio um livrinho e pergunto pra eles como que começou a história (), como ficou o começo e o que aconteceu como ficou o meio da história e o final... então eu trabalho muito a modificar o final, modificar até mesmo deixo a história sem o começo, como será que iniciou essa historinha...(ION)

Na continuidade afirma e admite que uma didática da leitura literária ainda precisa ser construída e aprendida pelos professores.

que funciona muito e é prazeroso pra eles a literatura de livre:: livros infantil também e eu falo assim... e eu não tenho muita facilidade em trabalhar essa diversidade poesia, notícia, sabe fazer essa diferença... tentar apresentar bastante pra eles essa diferença de textos, texto literário, então... mas eu acho que ainda falta pra mim um pouco... tenho muita dificuldade assim de:: não sei se é por que eu também não gostava.(ION)

Situadas, ainda que panoramicamente, a produção cultural para criança, em especial, e a produção literária para o público infantil e a sua conseqüente escolarização, fica evidente a necessidade da presença do professor/ leitor como mediador do processo de iniciação do

leitor/criança – é o que pode - se visualizar na fala de CAR, que cria situações de mediação, oportunizando o desejo da criança pela leitura, fazendo com que ‘peçam muita leitura e amem a literatura’.

Então, assim, a turma pede muita leitura. Eles amam, adoram ler. Essa turma aqui, nossa, ama. Então eu deixo assim, eu realizo desde a leitura por prazer, por fruição deles, cada um vai na biblioteca assim, né, lê o que quer até assim, eu escolher o livro, eu realizar leitura, algumas vezes leitura dramatizada, algumas vezes leitura não só do livro mesmo, porque a leitura não fica só nisso. Uma vez também já dei atividade assim, eu li o livro da Ruth Rocha e depois passei um filminho também sobre o livro. Atividade assim em grupo também pra apresentação do livro, das partes que mais gostaram, que chamou mais atenção. Assim, eles gostam de atividades assim também.(CAR)

Quanto mais evidente ficar para a criança a importância da leitura literária como poderosa fonte de formação de sensibilidades e de ampliação da visão de mundo, que tem nesta linguagem artística um componente essencial de formação, culturalmente valorizado, embora pouco demandado e pouco ofertado socialmente, mais significativas se tornarão as práticas de letramento literário propostas. Isto tudo se, primeiro, o professor se conhecer como sujeito leitor e souber dimensionar suas práticas de leitura, especialmente a literária. Sendo assim, o seu repertório de leituras, sua capacidade de análise crítica dos textos e suas escolhas adequadas à idade e aos interesses de seus alunos já representarão um sólido e definitivo ponto de partida.

A professora PRI, como mediadora, no processo de formação individual dos leitores-alunos, referindo-se ao seu gosto de leitura, de cultivar a prática de ler para os alunos, de comentar sobre qual livro está lendo, parece considerar relevante o fato de os alunos saberem que seus professores são sujeitos-leitores, para também lerem e se sentirem seguros e à vontade para compartilhar leituras.

Então é com relação à leitura nós temos um projeto de leitura dos quartos anos que entra dentro deste projeto maior a hora do conto e isso acaba ampliando com a escola integral e esse a hora do conto é até uma outra professora que trabalha e dentro deste projeto tem a troca dos livros toda semana eles levam um livro pra casa no início eles faziam um relatório mas não um relatório pra saber como foi o livro mas que

pelo menos eles aprendam a ler o título a editora o autor e aí se eles quisessem colocar o que eles acharam da história eles podiam colocar depois nós cortamos este relatório porque a princípio a gente acha que a leitura tem que ser por prazer e em sala eu costumo todos os dias fazer uma leitura fruição então eu começo uma leitura e às vezes essa leitura instiga que passe a eles pedirem mais ou senão eu pego um livro um pouco mais longo e começo a leitura e falo a aí... e amanhã continuo deixando todos curiosos pra despertar mesmo esse prazer pela leitura e o interessante é às vezes eles fazem questão de ver o livro que eu estou lendo e vão na biblioteca e pegam o mesmo livro pra ler em casa então essa questão da leitura pelo fato de eu já fazer essa leitura diária eu percebo que::: eu sou o exemplo...o livro que eu estou lendo eles querem ler a forma que eu estou lendo eles querem ler porque na quarta-feira as primeiras três aulas é só pra leitura, então são eles que lêem então eu percebo que eles tentam imitar os meus gestos a forma que eu ando eu abro o livro e mostro os desenho e eles querem mostrar então você percebe que eles querem seguir os seus passos então eu procuro trazer livros diversificados revistas como comprar especiais de contos e dramaturgia assim e muitas vezes nós já fizemos esse ano a leitura de um livro e fazer que eles com aquele livro monte uma peça de teatro então são varias formas que a gente vem trabalhando isso dentro de um projeto.(PRI)

Continuando a defender o gosto e a preferência dos alunos, como estímulo para a prática individual da leitura, também acredita no desafio de levar o aluno a descobrir os modos de ler e as artimanhas dos textos.

Essa leitura de formação de leitor tem por objetivo desenvolver no aluno a familiaridade com a língua escrita através da leitura de todo o tipo de texto e de livro, numa quantidade tal que o faça gostar de ler e de perceber a importância da leitura para sua vida pessoal e social, transformando-a num hábito capaz de satisfazer esse gosto e essa necessidade.

E como os professores trabalhariam com esses livros e textos? Ensinando a ler sob o prisma da “leitura para os ouvidos ou da leitura para os olhos”?

Às vezes no trabalho da... como que... no trabalho com texto, (todos lêem), às vezes uma criança lê um pedaço a outra lê outro pedaço, um parágrafo... às vezes eu vou intercalando...é:: quem quer ler ...hoje... ah eu quero, hoje essa criança lê, noutro dia outra criança lê, aí se tem... se eu

vejo que tem vários querendo ler aí eu divido, né, e assim eles vão... E assim (eu digo mais em) língua portuguesa mas também tem os outros conteúdos que TAMBÉM tem leitura, que são textos mais informativos, que TAMBÉM eles lêem, é uma leitura compartilhada, né. (LUC)

[...]olha eu faço de várias formas, cada vez eu tento avaliar de forma diferente então eu avalio essa leitura do livro que eles fazem dessas diversas formas que eu te falei eh... costumo por exemplo é de quinta serie né eles tem aquela coisa de vergonha de ler então eu peço pra ler um parágrafo... tem aqueles que lêem muito bem e se matam quando a gente pergunta quem quer ler sempre os mesmos e ai a gente não pode trabalhar sempre com os mesmos né então eu peço pra ler um parágrafo tem aluno que eu chamo e tenho que chegar do lado porque lê bem baixinho então só eu ouço pro amigo dele não tira o sarro então eu tenho feito assim... lendo trechos de livros. (MAR)

[...] essa hora da leitura...eu faço...eu leio pra eles...só leitura sem cobranças nenhuma depois... só um momento de leitura mesmo...e::: agora semana passada nós terminamos com um livrinho que nós estávamos lendo (bimestralmente)... ai eles fizeram a leitura em partes do livro...então nesse momento da hora da leitura ao invés de eu fazer a leitura...cada um lê uma parte até completarmos o livro todo (continuando) cada dia um capítulo. (AND)

Parece, nessas falas, de MAR e AND não haver clareza da distinção entre modos de ler e modos de ‘dizer’ , bem como do próprio conceito de ler. É em Bajard (1999 e 2002), Chatier (1998 e 2000) e Manguel(1997) que apóiam-se para tais análises.

Tradicionalmente se fala de leitura em voz alta e de leitura silenciosa sem efetuar crítica a essa nomenclatura. Os historiadores da leitura tentam precisar a terminologia. Roger Chatier (1998) usa o termo ‘leitura para o outro’, que reintroduz a presença de um público. Manguel (1997, p.131-147) por sua vez, prefere falar de ‘leitura ouvida’.

Bajard (1999 e 2002) fundamentado em Paul Zumthor (2000) fala da coexistência de duas atividades diferentes: o tratamento visual do texto, a ‘leitura solitária e puramente visual’, identificada como leitura no sentido estrito; e a ‘transmissão vocal do texto escrito’, que se opõe de maneira mais forte, irredutível, à leitura de tipo solitário e silencioso.

A relevância dessa distinção, segundo Bajard (1999 e 2002), reside nas próprias diferenças entre essas duas modalidades. A partir de seus apontamentos é possível construir o seguinte quadro:

orientar o aluno a ‘ler’ ou a ‘dizer’ o texto escrito? Como bem Zumthor (2000) se a ‘voz alta’ implica uma performance, ato distinto da leitura silenciosa, isso explica que a competência de leitor é também diversa

CARACTERÍSTICAS	MODO DE LER	MODO DE ‘DIZER’
Diferenças	leitura silenciosa	tratamento vocal do texto escrito
Plano da comunicação	implica numa instância única diante do texto, um interlocutor separado do outro, reduzido à solidão	o corpo de um mediador se interpõe entre texto e o interlocutor, instaurando-se um ato único de participação com co-presença
Plano da matéria textual	diz respeito a um texto gráfico, disposto em um espaço, com unidades, as palavras, distintas e concatenadas em uma linha	trata-se de um texto sonoro, com palavras encaixadas, organizadas em seqüência
Plano das linguagens	opera sobre a língua e, às vezes, sobre uma outra linguagem visual de acompanhamento – a imagem	opera sobre a língua e várias linguagens de acompanhamento, tais como gesto, olhar, espaço, figurino
Plano do funcionamento do texto	a enunciação é contida no texto: o sistema de dêiticos funciona de determinada maneira na leitura; a palavra “eu” do texto gráfico, por exemplo, tem como referência um instância precisa – personagem ou narrador	uma segunda enunciação (a de um locutor) se superpõe à do texto: o sistema de dêiticos funciona na transmissão do texto de maneira distinta; a mesma palavra “eu” refere-se, além das instâncias textuais mencionadas, à pessoa que profere a palavra; aparece nessa situação um sistema duplo de referência, um em relação ao texto, outro vinculado à nova situação de enunciação criada pela transmissão
Plano estético	constitui uma prática literária	constitui uma prática que comporta um determinado grau de representação, portanto de teatralidade
Plano da implicação pessoal	solitário diante do texto, o leitor pode, em seu foro íntimo, sem testemunhas, identificar-se ou não com os personagens	na performance, o ‘transmissor’ mobiliza o seu próprio corpo através da voz, levando o ouvinte a reconhecer e a ocupar ‘um espaço de ficção’ criado

Quadro I – Diferenças entre leitura silenciosa e tratamento vocal do texto escrito

Diante desse quadro, como o professor não-consciente desse funcionamento particular e distinções entre leitura silenciosa e tratamento vocal do texto escrito poderia

da competência de ‘transmissor’. Uma pessoa pode ter sucesso com uma delas e ter mais dificuldade com a outra, o que acarreta a necessidade de abordagens

diferenciadas por parte do docente ou mediador. Segundo o autor, a didática da ‘transmissão do texto pela voz’ ainda está por ser construída.

Para Bajard (2002) considerar as duas práticas do texto – silenciosa e em voz alta – como duas modalidades da leitura, equivale a considerar a emissão de som como a única variável, o que acaba criando uma série de conseqüências teóricas e pedagógicas duvidosas; dentre tantas, cumpre destacar que, por exemplo, (1) leva a confundir a transmissão vocal do texto com a antiga maneira de ler que exigia vocalização pelos romanos de ‘ruminatio’, que corresponde estritamente à expressão leitura em voz alta; (2) leva a confundir a transmissão vocal do texto com a emissão sonora realizada durante a identificação das palavras desconhecidas, a chamada decifração; (3) perde-se a especificidade do papel do mediador, que acaba reduzido à uma transposição vocal envolvendo somente signos paralingüísticos, tais como – o tom de voz e dicção, planejando pausas e entonações.

SAN tenta oportunizar o contato com boa literatura, todavia por uma escolha pedagógica inadequada a sua própria meta – levar os alunos a ser tornarem leitores autônomos –, há uma incongruência entre seu conceito de ler e sua meta, entre intenções e procedimento metodológico. Se ‘ler para todo mundo ouvir’ é modo de ‘dizer’, o que demandaria o preparo para a apresentação da transmissão vocal do texto, não é possível por essa via ensinar um modo de ler, nem tão pouco levar ao aprendizado do gosto pela leitura.

A 5ª série assim, a minha preocupação principalmente quando eles chegam, primeiro dia de aula eles – professora eu não gosto de ler pra todo mundo ouvir, e eu queria assim encontrar uma maneira pra que eles lessem assim sem que fosse aquela coisa assim de – aí a professora que está mandando, ela vai me avaliar, né... então quando a gente vai pra sala de leitura então a gente, geralmente, a gente faz um trabalho assim quem gostaria de ler, começo assim pelos contos, geralmente os contos de fadas depois a gente... aí eu comecei a trabalhar com outros contos, a poesia SEMPRE... poesia... e os livros assim nós fizemos um... nós desenvolvemos um projeto na escola do Monteiro Lobato, que aí eles liam uma historinha e depois eles contavam no grupo pra gente poder montar um livro, a gente montou um livrinho com as histórias do Monteiro Lobato, mas escolhidas por eles...(SAN)

Entre ler em voz alta e ler em silêncio “[...] aptidões espantosas que adquiri-se por meios incertos”(Manguel, 1997, p.85), talvez haja essa outra aptidão, com a qual a escola poderia trabalhar – a de prover condições de produção da leitura literária, que sobrepujam aquelas de uma mera decodificação do sentido do texto, pois essa decodificação e o “reconhecimento das relações lógicas que estruturam as frases não são suficientes para possibilitar a compreensão do texto ou de partes dele”(Fonseca, 2000, p.30). É preciso ir além buscando os vários sentidos.

por exemplo, igual eu falei do Bife e pipoca não é uma leitura que eu vou fazer pra ver como eles estão lendo... eu leio pra eles... por exemplo a linguagem (interessante), se tem dois personagem às vezes a gente faz, né aí eles pedem pra ler, eles sempre levantam a mão e aí eu acabo escolhendo um ou outro que vai ler naquele momento, mas sem que eles percebam que eu escolhi por que ele é melhor... Mas na aula se for pra ele ler assim pra eu... pra ele ler (verificar como) ele está lendo geralmente é do livro da () que a gente faz, então por parágrafo (...)(BER)

(...) todos lêem... sempre tem um ou outro, hoje mesmo aconteceu, a gente estava corrigindo uma atividade do livro até... e::: a pergunta um lia aí depois eles levantavam a mão pra responder, e queria responder, né, aí (ia por carteira), aí depois atrás da outra carteira... o de trás ia ler a próxima pergunta, se não for assim eles brigam pra ler, então cada um vai lendo um momento depois... tem o ajudante do dia cada um tem sua tarefa, mas mesmo assim tem aluno que não quer ler que são aqueles que têm mais dificuldade....eu falei pra eles, se eles têm vergonha de ler lá pega aqueles livros na biblioteca que eles acham mais fácil pra treinar a leitura, lê em voz alta, lê pra mãe, lê... eu falei pra eles... Por que aí é um momento que eles... ninguém tá vendo, eles não vão passar vergonha... eu já falei isso e é também... eu falei se a gente... por que um lê mais rápido que o outro, por que um entende mais que o outro...(o que eu falei), eu falei então é por que ele lê mais, por que ele tem mais () (...)(BER)

Ensinar verdadeiramente a ler, requer, então, outras particularidades, diferentes do modo de ‘dizer’, por exemplo, começando por

- colocar os alunos na mais adequada postura para ler: sentados em silêncio, administrando a escolha dos livros,
- conversando com o aluno que solicitar uma

orientação a respeito do assunto do livro,

- levando-o a perceber e ensinando diferentes estratégias utilizadas durante a leitura, como inferência, predição, conexão (com o leitor, com o mundo, com outros textos) etc.,

- fornecendo-lhe indicações bibliográficas nas quais poderia procurar mais informações a respeito de um assunto que lhe despertou um interesse mais forte, estimulando esse interesse,

- incentivando-o a falar aos colegas a respeito do que está lendo, a trocar impressões com amigos a respeito de leituras comuns,

- dentre outras tantas possibilidades.

Últimas palavras: as considerações finais

Os dados, coletados até o momento, apontam para a necessidade da (re)significação desses elementos apresentados anteriormente, como prioritários para a implementação de atividades produtivas de leitura literária, ou seja, para o redimensionamento dos espaços, tempos e materiais; para a organização de um trabalho pedagógico a favor do letramento literário. Nesse sentido, para que isso ocorra, é primordial repensar as políticas de formação de professores, quer seja a inicial ou continuada, a fim de que concepções e práticas sobre o ler e a leitura literária possam ser contempladas.

Considera-se que, se a leitura literária for eleita como atividade prioritária na formação de nossas crianças e jovens, pressupondo a adequada mediação do professor, em que seja também ele leitor e, sobretudo, que domine os pressupostos teórico-metodológicos para realmente efetivar um processo exitoso de formação de leitores da literatura, haverá a contribuição, em última instância, para a formação de leitores cidadãos, críticos e participativos do crescimento cultural do país.

Na condição de país em desenvolvimento, é preciso que profissionais da área da educação participem de um esforço nacional em benefício da transformação do Brasil em uma nação letrada, estimulando agentes que atuem em diferentes segmentos da sociedade a familiarizarem a população com a leitura e a assumirem o ato de ler como sustentação de suas práticas individuais e sociais.

Esse esforço pressupõe uma mudança cultural no

processo de capacitação do professor e da prática docente: da mera transmissão de conhecimentos ao trabalho investigativo, da mera sujeição aos tempos, espaços e materiais da tradição escolar ao seu repensar, do trabalho com a leitura ao gosto pela leitura.

Referências Bibliográficas

BAJARD, E. **Caminhos da escrita: espaços de aprendizagem.** São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Ler e dizer: compreensão e comunicação do texto escrito.** São Paulo Cortez, 1999.

BORBA, M. Literatura e pluralidade cultural. In: CARVALHO, M.A.; MENDONÇA, R.H. **Práticas de Leitura e escrita.** Brasília. MEC, 2006. p.108-112.

CHARTIER, R. **Práticas de leitura.** São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

_____. Educação e história rompendo fronteiras. **Presença Pedagógica.** v. 06 n. 31, jan./fev., 2000, pp. 5-15.

CHOPPIN, A. **Les manuels scolaires: historie et actualité.** Paris: Hachete Éducation, 1992.

FONSECA, M.N.S. Condições de produção da leitura literária. **Presença Pedagógica**, v.6, n.34,jul./ ago., 2000, p.26-35.

MANGUEL, A. **Uma história da leitura.** SP: Companhia das Letras, 1997.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, Brasília, MEC/Secretaria da Educação Fundamental, 1998.

RANGEL, E. de O. O livro: condições de produção e efeitos de sentido. São Paulo, Litteris, 1994.

RANGEL, E. de O. **Para não esquecer: de que se lembrar, na hora de escolher um livro do Guia?** Brasília, Comdipe/SEF/MEC, 2002.

SOARES, M. B. A escolarização da Literatura Infantil e Juvenil. In: EVANGELISTA, A, BRINA, H.;

MACHADO, M. Z (orgs.). **A escolarização da Leitura Literária: O Jogo do Livro Infantil e Juvenil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, pp 17-48.

ZUMTHOR, P. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo, Educ, 2000, p.81

Notas

⁴Trata-se do projeto ‘A Literatura na escola: espaços e contextos - a realidade brasileira e portuguesa’. Financiado pela FAPESP e CNPq, em sua fase diagnóstica, o projeto, em sua frente realizada no Brasil, observou o perfil e procedimentos de leitura, entre professores (cerca de 900), alunos (cerca de 6 mil estudantes de 3^a a 6^a séries do Ensino Fundamental) e bibliotecários (110) de escolas públicas municipais e estaduais da região Oeste do Estado de São Paulo, representada pelas cidades de Presidente Prudente, Marília e Assis. Há uma equipe de trabalho formada por professores-pesquisadores de três unidades da UNESP correspondentes aos municípios citados, respectivamente: Ana Maria dos Santos da Costa Menin e Renata Junqueira de Souza; Cyntia Graziella Guizelim Simões Giroto e Dagoberto Buim Arena; Rony Farto Pereira, Juvenal Zancheta, Odilon Helou Fleury Curado e João Luís Ceccantini.

Teclakid: uma nova proposta de teclado de computador centrado nas características do público infantil

Teclakid: a new propose of computer keyboard focused on child public characteristics

Daiane Dalbem

Graduada em Desenho Industrial / Faculdades Adamantinenses Integradas – Adamantina, São Paulo
Email: daiadalbem@yahoo.com.br

Rodrigo Martins de Oliveira Spinosa

Mestre em Desenho Industrial / Docente das Faculdades Adamantinenses Integradas – Adamantina, São Paulo
Email: spinosa.rodirgo@ig.com.br

Resumo

O presente trabalho traz uma análise sobre os aspectos de uso do computador, mais precisamente sobre o uso do teclado pelo público infantil. A maioria dos exemplares disponíveis tem quase sempre o mesmo padrão em relação a formas e tamanhos. Eles se distinguem em poucos aspectos, visto que as opções destinadas a grupos de usuários que não correspondem à população adulta são escassas. O objetivo deste estudo consiste na proposta de desenvolvimento de um dispositivo que possa facilitar a utilização desses hardwares, adequando-os às características fisiológicas do público infantil alfabetizado ou em pré-alfabetização. Seguindo sempre os conceitos e recomendações advindas da ergonomia, na tentativa de minimizar o desconforto dos usuários durante o uso, acrescentando ainda características estéticas e simbólicas que condizem com seus interesses.

Palavras-chave: Normas. Formatação. ABERGO 2008.

Abstract

This paper provides a discussion and analysis on all aspects of use of the computer, especially the use of the keyboard and mouse by the child public. It is remarkable that they have almost always the same pattern about shapes and sizes; they differ in a few ways, visa, that the options for other ages, than adults are scarce. The objective of this study is to develop a device that can unite the function of such hardware together, following the concepts and recommendations stemming from ergonomics for the literate or in pre-literacy child public.

Keywords: Children. Ergonomics. Keyboard.

1. Introdução

O uso do computador e das ferramentas digitais de uma forma geral tem se tornado gradativamente um fator presente e caracterizador da sociedade moderna. A introdução dessas novas tecnologias afeta consideravelmente os hábitos, costumes e formas com que as pessoas realizam as atividades diárias tanto dentro do meio residencial, como no acadêmico ou empresarial.

Consequentemente as novas gerações têm contato e utilizam esses sistemas cada vez mais cedo, incorporando hardwares e softwares ao seu cotidiano. Segundo CYSNEIROS (2003) as aplicações da informática na educação têm crescido gradativamente no Brasil, tanto nas escolas particulares quanto nas públicas e nas próprias residências. Mas ainda não se tem uma preocupação e atenção dos pais ou educadores em providenciar adequações nestes equipamentos para privilegiar as características de suas crianças.

Quando existe uma carga excessiva de utilização de computadores sem a preocupação com critérios ergonômicos, constrangimentos à saúde humana tanto do ponto de vista físico como psicológico podem ocorrer.

Observa-se que em sua grande maioria, os equipamentos de informática disponíveis no mercado são destinados à parcela adulta da população, talvez por realmente permanecerem mais tempo utilizando computadores e periféricos durante a atividade profissional. Porém uma especial atenção deve ser dada ao público infantil, que

atualmente já crescem interagindo e exercendo tarefas em computadores e similares, ficando grande parte do tempo realizando atividades de aprendizado, entretenimento e comunicação social cada vez mais cedo.

Desta forma considera-se de fundamental importância analisar, segundo os critérios da ergonomia, quais seriam as adequações necessárias e os pontos críticos a serem abordados para o projeto de equipamentos e periféricos de informática destinados ao público infantil, estabelecendo uma relação harmônica entre a interface de utilização, a estética e as estruturas simbólicas assimiladas por esses usuários.

O presente trabalho ateu-se especificamente à análise do uso do teclado, considerando as características dos indivíduos pertencentes a faixa de 5 a 8 anos estando esses em idade de pré-alfabetização, tentando assim, gerar uma nova estrutura para que as crianças possam realizar atividades com o computador de forma segura, evitando desconfortos e problemas posturais. Melhorando mesmo que minimamente a interação entre o usuário, teclado, diversão e aprendizagem.

2. Revisão Bibliográfica

2.1. Antropometria e dimensionamento de produtos para o público infantil

Segundo SPINOSA et al (2005), durante o desenvolvimento de qualquer projeto é de fundamental importância a utilização de princípios do design e da ergonomia, os quais objetivam minimizar os problemas surgidos da interface entre os produtos e seus usuários, através da amigabilidade, segurança e usabilidade destes dispositivos.

Dentre os vários critérios da ergonomia quando se precisa de informações relacionadas ao dimensionamento de estruturas inevitavelmente se recorre ao uso da antropometria.

Segundo PHEASANT (1996, p.6), a antropometria “é uma ramificação das ciências humanas que trata das medidas do corpo humano: particularmente com medidas de tamanho, forma, força e capacidade ocupacional”, sendo uma importante ramificação da ergonomia.

A antropometria está ligada diretamente à ergonomia, pois

sem as referências antropométricas o dimensionamento de objetos ou postos de trabalho não se concretiza.

Para IIDA (1990) parâmetros antropométricos devem basear-se nas diferenças biológicas e sócio-culturais das populações estudadas que podem ser: biótipo, gênero, idade e etnia.

Quanto à idade, verifica-se que a adequação dimensional dos produtos destinados à população infantil é de real importância para os aspectos de conforto e segurança desses usuários, uma vez que, segundo PANERO & ZELINK (1989), existe um nexo causal entre mobiliário inadequado e acidentes com estes indivíduos.

No Brasil ainda são poucos os bancos de dados com referências antropométricas do público infantil, isto muitas vezes dificulta o dimensionamento adequado de estruturas destinadas à esses usuários.

O presente trabalho utilizou um banco de dados fornecido de forma digital nos trabalhos de SPINOSA, PASCHOARELLI & SILVA (2006), apresentando parâmetros antropométricos da população infantil brasileira, levantados em pesquisas realizadas com o público da pré-escola e do ensino fundamental da cidade de Bauru – SP.

Deste modo foi possível definir parâmetros mínimos para o dimensionamento das estruturas do projeto baseado no alcance, distâncias lineares e limites de extensão de movimentos.

2.2. Problemas ergonômicos do teclado e sua relação com o público infantil

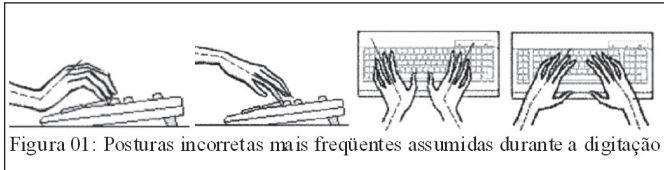
Segundo FOGLIATTO et al (2000) os maiores problemas relacionam-se às posturas assumidas durante a digitação e uso de computadores de uma forma geral. Os usuários na maioria das vezes se posicionam em determinadas posturas inadequadas e desconfortáveis para facilitar a interação com o objeto ou mobiliários.

Nos teclados os maiores agravantes são a falta de apoio para os antebraços nas cadeiras e a configuração plana e linear do teclado, presente até hoje na grande maioria dos exemplares

Esta configuração linear tradicional foi determinada pelas soluções mecânicas de época anteriores, geralmente

presente em máquinas de escrever.

Segundo IIDA (1990) neste sistema, os antebraços assumem uma posição forçada, ficam voltados para dentro e os punhos fazem ângulos de 30o a 40° com o próprio antebraço, provocando desvio ulnar. As palmas das mãos ficam voltadas para baixo. Todos esses movimentos não são naturais e provocam estresse muscular, que resultam em desconforto físico, dores nos braços, ombros e pescoço e, em alguns casos, inflamam tendões.



Conforme GRANDJEAN (1998) para aliviar esse estresse, os digitadores tendem a mover os cotovelos para cima e para fora, isso provoca posturas ainda mais desconfortáveis das mãos, ombros, cabeça e tronco, aumentando a incidência de dores musculares e fadiga.

Apesar de não existirem mais as restrições mecânicas, a configuração plana e linear dos teclados foi conservada, ao longo dos tempos, o que contribuiu para o aparecimento de traumas músculos-esqueléticos derivados de esforços exagerados e de posturas incorretas assumidas durante a atividade de digitação.

Quando se volta ao público infantil, alvo principal deste trabalho, percebe - se que questões como os hábitos posturais incorretos, são motivos de preocupação ainda maior, pelo fato de serem crianças e, não adultos, o que significa estar com o esqueleto em fase de formação, sendo mais susceptível às deformações, além da estrutura músculo-esquelética possuir menor resistência à carga (KNOPLICH, 1985).

A interferência preventiva na criança tende a retardar o aparecimento de “problemas” em adultos jovens, além de ser muito mais favorável do ponto de vista financeiro e emocional. (OLIVEIRA, 1996).

3. Objetivos

O objetivo principal deste trabalho, é a adequação dos equipamentos de controle dos computadores, nesta primeira etapa do teclado, às características físicas e cognitivas das crianças pertencentes a faixa etária de 5 a 8 anos, encontrando estas em fase de pré-alfabetização.

Uma vez que os dispositivos e ferramentas computacionais já são parte integrante do cotidiano da maioria das crianças, é imprescindível que seu uso seja consciente e auxiliado por estruturas que minimizem os traumas e desconfortos adquiridos devido à má postura e esforços desnecessários para realização de alcances e movimentos.

4. Metodologia do Projeto

A metodologia utilizada para orientar o desenvolvimento do trabalho foi apresentada por LÖBACH (2001) denominada como processo de design. O autor apresenta uma linha de raciocínio dividida em quatro fases distintas, embora estas fases nunca sejam separáveis realmente. Elas se entrelaçam uma às outras com avanços e retrocessos, exatamente como se desenvolveu o projeto com constantes feedbacks.

4.1. Fase de preparação: análise do problema

- Conhecimento do problema
- Coleta de informações
- Revisão do estado da arte
- Análise das informações
- Definição de objetivos, clarificação do

Problema. Estabelecer critérios para a solução

4.2. Fase de Geração: Alternativas de Solução

- Escolha do Método de solução
- Utilização de técnicas para estímulo do pensamento criativo.
- Produção de idéias
- Concretização das alternativas incorporando as informações levantadas na fase de preparação

4.3. Fase de Avaliação: Escolha da alternativa que melhor atenda o problema

- Exame das alternativas
- Processo de seleção segundo critérios estabelecidos como meta para solução
- Verificação e definição das características do novo produto.

4.4. Fase de Realização: concretizando a proposta

- Configuração dos detalhes

- Definir as especificações técnicas
- Verificação e definição das características do novo produto.
- Construção de modelos
- Verificação final

5. Desenvolvimento

5.1. Realizando a Preparação

As primeiras atividades realizadas na fase de preparação tinham como princípio levantar e entender a forma de interface entre os usuários e os produtos, identificando assim as atividades, posturas e movimentos realizados, assim como as variáveis antropométricas envolvidas e as áreas de contato utilizadas para manipulação dos objetos.

Simultaneamente com as revisões bibliográficas, foram realizadas observações em escolas e residências para registro das posturas assumidas mais freqüentemente, conforme figura 02.

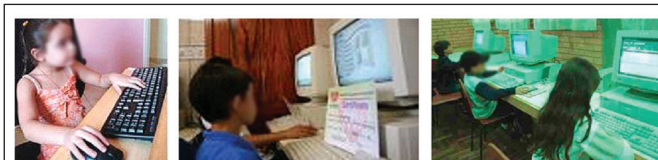


Figura 02: Indivíduos da faixa etária abordada utilizando computadores

É importante destacar que em conversa informal realizada com crianças estudante de escolas municipais da cidade de Adamantina – SP, registrou-se que a maioria dos indivíduos não apresentava queixas de dores musculares ou desconforto durante ou após o uso de computadores. Porém, esses sintomas podem ocorrer e se apresentar de forma mais intensa quando estas chegarem na fase adulta conforme descreve ZAPATER et all (2006).

A coleta dessas informações serviu como base para a análise das tabelas antropométricas e posterior comparação com a configuração dimensional dos equipamentos similares disponíveis.

As figuras 03 e 04 demonstram as tabelas antropométricas das variáveis: cotovelo-extremo da mão aberta, cotovelo punho e acrômio extremo da mão aberta. (SPINOSA, PASCHOARELLI & SILVA, 2007). Estas informações foram utilizadas para a definição dos parâmetros dimensionais do projeto.

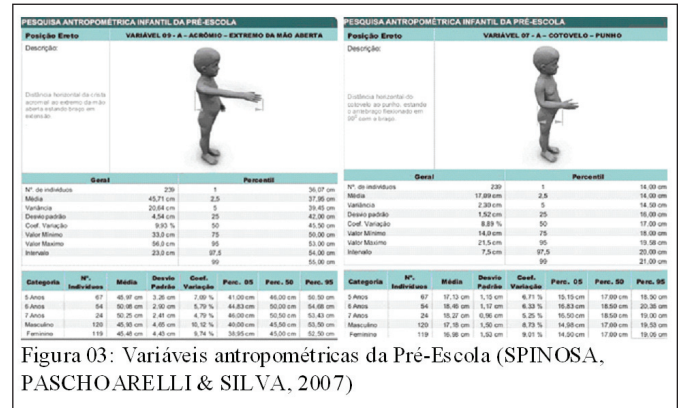


Figura 03: Variáveis antropométricas da Prê-Escola (SPINOSA, PASCHOARELLI & SILVA, 2007)

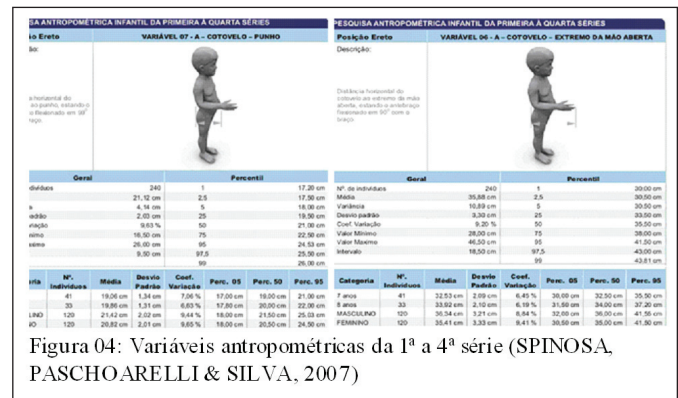


Figura 04: Variáveis antropométricas da 1ª a 4ª série (SPINOSA, PASCHOARELLI & SILVA, 2007)

Os similares encontrados possuíam poucas diferenças em relação a características dimensionais sendo estas registradas na tabela 01.

Variação dimensional dos similares analisados		
	Menor exemplar	Maior Exemplar
Largura do Teclado	290 mm	480 mm
Comprimento do Teclado	110 mm	210 mm
Altura do Teclado	27 mm	53 mm

Tabela 01: Variação dimensional dos teclados

Outros critérios levantados durante a fase de preparação como, a utilização de formatos sem quinas ou elementos com pontas, como também um visual divertido, onde possa atrair a atenção das crianças foram considerados e incluídos em uma lista de requisitos, fornecendo assim a base para a geração de alternativas da solução.

5.2. Realizando a Geração de Alternativas

Para a criação das propostas de solução foi utilizada a técnica de brainstorming ou tempestade cerebral, auxiliado em determinados momentos pela técnica de

criatividade denominada analogia direta apresentada por BAXTER (1998).

Imagens que traziam referências de objetos e sistemas do universo do público infantil, assim como representações de sua realidade foram utilizadas para configurar a estrutura estética e simbólica das alternativas. Reforçando assim a carga emocional de mensagens no produto, conforme demonstra as 05 e 06.



Figura 05: Exemplos de brinquedos utilizados por crianças da faixa etária abordada



Figura 06: Desenho e representações criadas por crianças

A figuras 07 ilustra as alternativas geradas, com o auxílio das técnicas de criatividade, que melhor se destacaram.

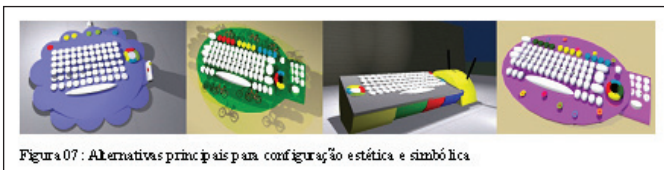


Figura 07: Alternativas principais para configuração estética e simbólica

5.3. Realizando a Avaliação de Alternativas

As alternativas passaram por um processo de avaliação sendo aplicada uma matriz de votação inclusive com crianças representantes do público abordado para escolha da configuração simbólica. Mesmo após a apuração dos votos a alternativa escolhida ainda sofreu alterações para melhor se adequar às características do público infantil.

6. Resultado

Com a proposta estético-formal definida foram incorporados à alternativa escolhida os parâmetros

ergonômicos e dimensionais definidos anteriormente nas pesquisas e revisão da literatura.

O projeto foi dimensionado em 03 tamanhos para atender os percentis 05, 50 e 95 da população das crianças de 5 a 8 anos de idade. As medidas externas do teclado, o diâmetro das teclas, a distância entre teclas dentre outros parâmetros foram definidos seguindo as variáveis fornecidas pelo levantamento antropométrico da referência de SPINOSA, PASCHOARELLI & SILVA (2006). Porém a construção física do modelo de verificação nesta primeira etapa foi realizada apenas com o tamanho do percentil 50.

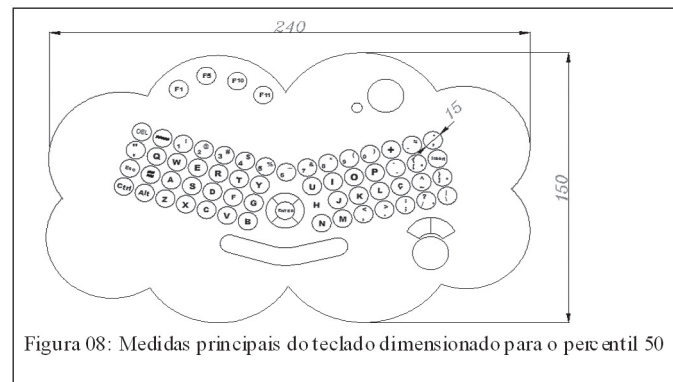


Figura 08: Medidas principais do teclado dimensionado para o percentil 50

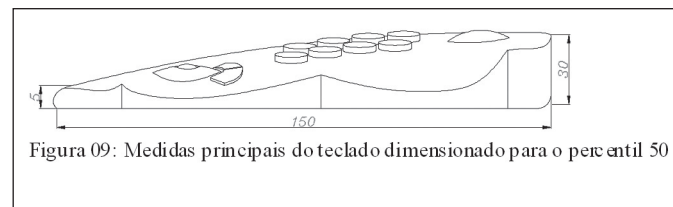


Figura 09: Medidas principais do teclado dimensionado para o percentil 50

Uma leve inclinação de 10º foi adicionado do centro para as extremidades do teclado para minimizar a torção exercida pelos antebraços e punho durante a digitação em teclados planos, conforme IIDA (1990).

As figuras 10 e 11 ilustram a proposta final já com as alterações sofridas.



Figura 10: Alternativa escolhida



Figura 11: Alternativas escolhida em conjunto com monitor

7. Discussão e Considerações Finais

A presença do computador na vida das pessoas apresenta desafios para todos aqueles que estão envolvidos com o planejamento e projeto dos espaços, instalações de trabalho e com a saúde da população.

Segundo OLIVEIRA (1996), grande parte dos problemas relacionados à postura e movimento humano podem ser evitados por meio de programas de intervenção adequadamente planejados, o que demonstra a necessidade de novas formas de abordar tais problemas com medidas preventivas direcionadas.

Desta forma é possível perceber que seria de extrema importância a realização de ações que evitem ou minimizem os possíveis traumas, lesões e desconforto causados pela utilização inadequada e demasiada do computador pelas crianças.

Conforme afirma ZAPATER et al (2006) são nos primeiros anos de vida, quando a criança ainda se encontra em fase de crescimento, o momento ideal de iniciar um trabalho de prevenção de problemas músculo-esqueléticos, tornando-os mais eficientes.

Após o término do trabalho foi possível verificar que alguns critérios principalmente quanto ao dimensionamento e características estéticas foram melhorados. Porém é necessário ressaltar que este projeto trata-se de um trabalho acadêmico e uma série de avaliações deve ser

implementada para garantir a eficácia do produto para os futuros usuários.

Contudo conclui-se que quando bem utilizado os conceitos de design e da ergonomia podem contribuir de forma exemplar para a configuração de projetos e sistema adequados e condizentes com as necessidades e expectativas do público de destino.

8. Bibliografia

AMANTINI, S. N. R. et alii **Apresentação gráfica dos manequins remodelados**. Programa de Pós-graduação “Desenho Industrial” da FAAC UNESP. Bauru, 2001.

BAXTER, Mike. **Projeto de Produto**. São Paulo: Edgard Blücher, 1998.

BOUERI FILHO. J.J. **Antropometria aplicada à arquitetura, urbanismo e desenho industrial**. Edição revisada. São Paulo: FAU-USP. 1999.

CAILLIET, R. **Lombalgias: síndromes dolorosas**. Manole. São Paulo, 1988.

CYSNEIROS, P. G. **Fenomenologia das Novas Tecnologias na Educação**. Revista da FACED. Salvador, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia., n.7, pp.89-107. (2003)

DUL & WEERDMEESTER. **Ergonomia prática**. São Paulo: Edgard Blücher. 1995.

FOGLIATTO, F. S.; GUIMARÃES, L. B. M. & VAN DER LINDEN, J. C. S. **Identificação de demanda ergonômica de usuários de escritórios informatizados**. Anais P&D Design 2000 [CD-ROM]. Nova Hamburgo – RS, p. 559-566. 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Computador expõe criança a lesão muscular**. Folha de São Paulo, 02 de nov. de 2003. Caderno Cotidiano. p.1.

GRANDJEAN, E. **Manual de Ergonomia: adaptando o trabalho ao homem**. Porto Alegre: Artes médicas.1998.

IIDA, I. **Ergonomia: projeto e produção**. São Paulo: Edgard Blücher, 1990.

KNOPLICH, J. **A coluna vertebral da criança e do**

adolescente. São Paulo: Panamed, 1985.

LÖBACH, B. **Design Industrial: Bases para configuração de produtos industriais.** São Paulo: Edgard Blücher, 2001.

MORAES, Anamaria de MONTALVÃO, Claudia. **Ergonomia Conceitos e Aplicações.**Rio de Janeiro: 2AB, 1997.

OLIVEIRA, R. J. P. **Postura de crianças em sala de aula: um estudo diagnóstico.** São Carlos, 1996. Dissertação (Mestrado) Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, 1996.

PANERO, J. & ZELNIK, M. **Las dimensiones humanas em los espacios interiores: estándares antropométricos.** México: Gustavo Gili, 1989.

PHEASANT, S. **Bodyspace. Anthropometry, Ergonomics and the Design of Work.** London: Taylor & Francis, 1997.

SPINOSA, R. M. O.; PASCHOARELLI, L.C. ; SILVA, J. C. P. **Antropometria infantil e as novas ferramentas computacionais para o dimensionamento da interface tecnológica: uma revisão.** In: V Ergodesign. Anais V Ergodesign 2006, Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2005.

SPINOSA, R. M. O.; PASCHOARELLI, L.C. ; SILVA, J. C. P. **Interface Antropométrica Digital: Público Infantil; Pré-escola ao Ensino Fundamental.** LEI-DDI-PPGDI-FAAC. Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2006, CD-Rom.

ZAPATER, A. R. ; PASCHOARELLI, L. C. ; De Vitta, A ; SILVA, J. C. P. . **Conseqüências físicas da utilização de computadores pelo público infantil: uma revisão.** In: Anais do 6 ERGODESIGN:. Bauru, SP : LEI-DDI-PPGDI-FAAC. Universidade Estadual Paulista, 2006. p. 1-5.

Alterações nos relacionamentos sociais de indivíduos após assumirem a função de Agentes de Segurança Penitenciária

Changes on people social relationships after taking over the Agent of Security Prison function

José Márcio Francisco

Bacharel em Psicologia – FAI

Rua Santo Salesse, nº 152 - Valdivino S. Pacheco – Valparaíso/SP – CEP 16.880-000

Telefone: (18) 3401-3742 – marciopsic@hotmail.com

Eneida Silveira Santiago

Professora Mestre – FAI

FAI – Faculdades Adamantinenses Integradas

Rua Nove de Julho, 730 – Adamantina/SP – CEP 17.800-000

Resumo

O indivíduo que ingressa na função de Agente de Segurança Penitenciária (ASP) se vê diante de um contexto em que deverá construir hábitos e valores em sintonia com o sistema prisional. Então, precisa se adaptar, adquirir novos hábitos e construir formas de enfrentamento para lidar com essa nova realidade, sendo que, esses novos hábitos, podem ser conflitantes com os já adquiridos. Os agentes entrevistados trabalharam no mínimo um ano em postos que implicam em contato direto e constante com o sentenciado. O referencial teórico utilizado é baseado no princípio de que o desenvolvimento do homem é um empreendimento social e que o trabalho pode ser uma fonte de prazer ou de sofrimento, dependendo do conteúdo significativo para o trabalhador. Fica evidenciado que estes profissionais desenvolvem características paranoídes, apresentando comportamento persecutório e tem afetado de forma negativa a convivência social fora do ambiente profissional.

Palavras-chave: Social. Sofrimento. Defesa.

Abstract

The individual that enters the function of Agent of Security Prison (ASP) faces itself ahead of a context where it will have to construct habits and values in tune with prisional system. Then, it needs to adapt, to acquire new habits and to construct confrontation forms to deal with this new reality, where, these new habits, may conflict with those already acquired. The interviewed agents had at least worked one year in ranks that imply in

direct and constant contact with the sentenced one. The used theoretical referencial is based on the beginning of that man's development is a social enterprise and that work can be a suffering or pleasure source, depending on the significant content for the worker. It is evidenced that these professionals develop paranoídes characteristics, presenting persecutory behavior and it has affected in a negative form the social companionship out of the professional environment.

Keywords: Social. Suffering. Defense.

Introdução

O homem ao nascer não vem com um repertório pronto de hábitos e valores, tem um corpo que lhe dá possibilidades de desenvolver ou não, determinadas capacidades dentro do contexto social em que está inserido. Um índio que nunca teve contato com a civilização ocidental, não iria compreender um objeto grande, cinza e que voa, como um avião, também não iria compreender a dinâmica de uma sociedade baseada no contrato social, que segundo Rousseau (2005) é a renúncia do indivíduo à liberdade natural e à posse natural de bens, riquezas e armas, concordando em transferir a um terceiro – o Estado – o poder para criar e aplicar as leis, ou ainda, o Deus cristão e os valores decorrentes de como ele são cultuado. Aliás, Voltaire (2005), diz que o catolicismo, principal religião cristã é intolerante e que tem um vasto histórico de violência, o que a tornaria contraditória, pois, como sustentar por meio de violência a religião de um Deus que morreu na cruz pelas mãos de algozes e que pregou senão a amabilidade e a paciência? Então, pode-se dizer

que o homem produz a si mesmo.

As sociedades são formadas por pessoas que tem valores, hábitos e crenças em comum, sendo que esses são repassados para os novos membros, afim de reafirmá-los, e a forma pela qual isso é feito, é a linguagem. Segundo Rego (2002), a linguagem seria um sistema de signos compartilhados por pessoas que tenham o mesmo sistema de representação da realidade, possibilitando o intercâmbio social entre eles, sendo que cada palavra indica um significado específico.

Para Berger & Luckmann (2005), na vida cotidiana participa-se conjuntamente com outras pessoas de um mundo intersubjetivo, em constante interação e comunicação, ou seja, não é possível compreender o indivíduo fora do contexto social em que foi formado. E, para se tornar membro da sociedade é necessário que o indivíduo compreenda seus semelhantes e que apreenda o mundo como realidade social dotada de sentido, sendo que esta apreensão começa quando a pessoa assume o mundo na qual os outros já vivem.

Dejours (2006) afirma que o sentido do sofrimento no trabalho depende do reconhecimento, ou seja, quando a qualidade do trabalho é reconhecida, todo esforço, angústia e dúvida do indivíduo adquirem sentido, ou seja, o reconhecimento é decisivo na dinâmica da mobilização subjetiva da inteligência e da personalidade no trabalho. Para Dejours (2005), uma organização de trabalho rígida e imutável, seria uma fonte de sofrimento, pois, com isso é reduzido o conteúdo significativo do trabalho, bem como as possibilidades de mudá-lo, aumentando o sofrimento.

Dentro das prisões, o convívio entre pessoas presas gera a construção de uma nova realidade social, tendo em vista que todos perderam a liberdade, sendo privados da antiga vivência cotidiana, e ainda mais, foram submetidos a horários e regras pré-determinados pelo Estado. Então, o indivíduo que ingressa na função de Agente de Segurança Penitenciária (ASP) se vê diante de um contexto em que deverá construir hábitos e valores em sintonia com o sistema prisional do qual agora faz parte. Ou seja, ele precisa se adaptar, adquirir novos hábitos e construir formas de enfrentamento para lidar com essa nova realidade.

Então, este trabalho tem por objetivo verificar como os Agentes de Segurança Penitenciária (ASPs) lidam com construções sociais tão diversas das suas, em hábitos,

costumes e valores, implicados pela vivência profissional quando estão no convívio com sua família e demais ambientes sociais extra-profissionais. Também se propõe a verificar de que maneira a vida, fora do trabalho, do Agente de Segurança Penitenciária é afetada ou não por sua rotina profissional. E, caso seja afetada, em que aspectos? E qual sistema/estratégia são utilizados para tornar isso suportável?

Metodologia

Os sujeitos da pesquisa foram quatro Agentes de Segurança Penitenciária (ASPs), que trabalham como plantonistas do período diurno, com carga horária de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso.

Os ASPs entrevistados trabalham ou trabalharam por pelo menos um ano em contato direto com os sentenciados, tendo em vista que dentro das penitenciária alguns ASPs trabalham em postos que não implicam em contato com o reeducando, ainda há os que são desviados de função, trabalhando em setores administrativos, o que reduz extremamente o contato direto.

O instrumento de coletas de dados foi a entrevista semi-dirigida, aplicada em horário de folga do ASP, em lugares escolhidos por estes, lugares estes que possibilitaram condições adequadas para aplicação, havendo uma explicação prévia a respeito do objetivo da entrevista.

Foi escolhida a entrevista semidirigida porque além de dados quantitativos, permite-se que se apresentem dados qualitativos, o que possibilitou atingir o objetivo do trabalho.

Resultados e discussões

As entrevistas transcorreram de forma tranquila, com poucas interrupções, exceto na segunda, onde no decorrer da entrevista chegaram à residência de Antonio, sua esposa e filha. Então, ele propôs ir até um bar próximo a sua casa, pois ali teria mais privacidade do que em sua residência. O que chama a atenção nesta situação da entrevista com Antonio é o fato que dentre outras possibilidades para dar continuidade à entrevista, a saída escolhida foi ir até o bar, e mais, pediu uma cerveja, olhou e disse: “...não se preocupa não que uma cervejinha só, não vai atrapalhar as respostas não!!!...”.

Dentre os entrevistados três disseram que costumam beber frequentemente, apesar de não associarem esse hábito ao trabalho. Almeida e Antonio dizem que trabalhando no sistema prisional passaram a ter mais tempo e dinheiro e por isso bebem mais que antes. Já André, diz que apenas manteve seu estilo de vida. Dentre os sujeitos da pesquisa apenas um, César, disse que bebe pouco, mas, acrescentou que vê muitos colegas bebendo, fumando e até usando drogas para esquecer a ‘pressão da cadeia’.

Para reafirmar as palavras de César, passados alguns dias após a realização da primeira entrevista, com Almeida, o mesmo pediu para conversar, então ele disse que achava que beber, fumar e fazer musculação, atividades por ele praticadas, eram formas de esquecer o serviço. Contou também que durante uma rebelião os sentenciados gritavam seu nome e o ameaçavam de morte, chegando a simular, em bonecos de pano, que o furavam com espetos de ferro. A bebida e a musculação parecem mesmo ter a função de ‘fuga para a pressão da cadeia’, aliás, uma fuga viril.

Apesar de os sujeitos da pesquisa trabalharem em penitenciárias, o termo usado, tanto por sentenciados, quanto por agentes, para se referirem à unidade prisional é ‘cadeia’, aliás, durante entrevista com Antonio, ao falar sobre os postos trabalhados enfatizou em sua fala que sempre trabalhou no ‘fundão da cadeia’, o que sugere uma divisão entre os agentes. Fica evidenciada a presença de dois grupos principais, o grupo do ‘fundão da cadeia’ que seriam os funcionários que trabalham em maior contato com o sentenciado, e o grupo dos agentes que têm menor contato com sentenciado, sendo em geral aqueles que trabalham em setores administrativos, o que levaria ao estabelecimento de uma relação diferenciada com o sentenciado se comparada com a relação do agente que esta no ‘fundão da cadeia’. Entretanto, esta relação diferenciada leva o grupo dos ASPs que tem menos contato com o sentenciado a não dividir da mesma maneira as defesas coletivas dos agentes do ‘fundão de cadeia’ ocasionando um certo atrito entre os grupos.

Dentre as perguntas inseridas no roteiro de entrevista encontram-se duas que abordam as percepções iniciais e atuais do entrevistado. Uma delas é sobre a imagem do sentenciado e a outra da imagem do ASP.

Ao comparar as respostas sobre a imagem que os entrevistados tinham sobre sentenciados e ASPs

quando entrou no sistema prisional e a imagem que têm atualmente, percebe-se uma inversão de polaridade em mão dupla. Almeida por exemplo quando começou a trabalhar, nove anos atrás, tinha a sensação de que penitenciária era um ‘depósito de gente’, mas agora acha que os sentenciados são articulados e organizados, ou seja, uma mudança drástica de perspectiva, quanto aos ASPs suas palavras são as seguintes: “Uma planta se fortalece, cresce, desabrocha e dá belas flores... isso eu imaginava... mas nesse lugar as flores são roxas, pretas, sei lá...”. Já André “... achava que era normal...”, mas, atualmente sua opinião sobre os ASPs é “...agora acho que são ‘chapados’...”. Na fala de Antonio também percebe-se uma drástica mudança: “...antes o guarda era respeitado, podia trabalhar tranquilo...”, quanto a atualidade ele resume: “...o guarda hoje é um coitado...”.

Fica nítido que enquanto a figura do sentenciado ganha positividade, afinal se articula e se organiza, a figura do ASPs recobre-se de negatividade. Esse fato pode estar associado à expansão da facção criminosa PCC – Primeiro Comando da Capital dentro do sistema prisional, pois, a partir de 1992, data da sua criação na hoje demolida Casa de Detenção, no complexo do Carandiru em São Paulo, o PCC tem arregimentado cada vez mais membros e simpatizantes, aumentando seu controle dentre a população carcerária num número cada vez maior de penitenciárias.

Para Foucault (2005) o método de ação das prisões dirigidos à recodificação existencial dos condenados, consiste na modulação da pena; no trabalho, como mecanismo de submissão ao poder e o isolamento, que causa uma ruptura das relações horizontais, substituídas por relações verticais de controle hierárquico. Portanto, conforme o PCC vai expandindo, os sentenciados vão se tornando mais organizados e articulados, também existe o fato da evolução da telefonia celular, que diminuiu em muito o tamanho dos aparelhos, facilitando a entrada ilegal de celulares nas penitenciárias. Combinados os fatores organização e comunicação criou-se de certa forma a possibilidade de uma quebra nas relações verticais, do estado para com o homem preso, pois, os sentenciados já não estão mais ‘tão’ isolados, afinal se comunicam constantemente com o ‘mundo extra-muralha’ e também, a partir do momento em que se organizam, adquirem um poder de barganha maior, ou seja, diminui sua submissão ao poder. Aliás, o PCC, em maio de 2006, vai além de diminuir sua submissão ao poder do Estado, eles se rebelam contra o governo. Portanto, o funcionário do

sistema prisional que tem construída historicamente uma relação vertical com o sentenciado vive um momento de reconstrução de sua identidade, onde por um lado, o Estado cobra que o funcionário mantenha a ordem e a disciplina que só uma relação vertical pode propiciar, e de outro lado, o funcionário percebe no seu cotidiano que suas relações com os sentenciados não são de fato verticais.

Após verificar essa mudança drástica de opinião sobre a auto-imagem do ASP, bem como da imagem do sentenciado, é possível compreender os risos de Almeida quando foi perguntado a respeito de segurança para desenvolver suas atividades profissionais. A sensação de segurança dentro da penitenciária para os ASPs diminui, ou seja, se faz necessário que as defesas coletivas sejam mais rígidas. Quando digo ‘sensação de segurança’ a unidade prisional onde trabalha Almeida mantém sua estrutura física desde a inauguração, ou seja, as condições físicas de trabalho continuam as mesmas, o que mudou foi a sensação de segurança.

Já no caso de Antônio, sua unidade passou por reformas estruturais que tiveram como efeito direto a diminuição do contato entre funcionários e sentenciados e mesmo assim o entrevistado pergunta se é brincadeira, quando interrogado se se sente seguro para desenvolver suas funções no trabalho, acrescenta ainda que segurança dentro da “cadeia” é piada, “...estamos nas mãos deles, quando quiserem ‘virar’ e ‘guentar’ um monte de guarda, viram...”. Quando interrogado se poderia haver mais segurança, o entrevistado diz que sim, “...é só o Estado querer...”, ele aponta modificações estruturais e funcionais que tem como resultado objetivo a diminuição do contato direto com o sentenciado, como a construção de uma passarela por sobre o pavilhão de onde através de um sistema de engrenagens o agente poderia efetuar a tranca e a soltura dos sentenciados para o banho de sol sem estar em contato direto, ou seja, sem estar exposto ao risco de tornar-se refém e mesmo sem ter de ouvir como diz Antônio: ‘perreco do ladrão’. (‘perreco’ significa algo próximo a reclamação contínua, enquanto que o termo ladrão é comumente usado por sentenciados e funcionários para se referir a qualquer reeducando; já os termos ‘virar’ e ‘guentar’, significam respectivamente, promover motim ou rebelião e fazer refém).

Percebe-se com as entrevistas que os funcionários se sentem ‘abandonados’ pelo Estado, André, por exemplo, declara que não se sente seguro para trabalhar, dizendo,

entretanto que “...é possível mais segurança, desde que o Estado se disponha a fazer acontecer...”, acrescenta ainda que acha muito difícil, pois o Estado nunca tinha demonstrado muito interesse pelas condições de trabalho da classe.

César critica e faz sugestões sobre o sistema prisional. Ele diz que “...enquanto os sentenciados fazem uso progressivo da tecnologia em seu favor, o sistema continua arcaico e alheio ao progresso...”. Neste momento ele mostra na internet uma série de artigos sobre a possibilidade de usar bloqueadores de celulares nas unidades prisionais, sendo que estes artigos mostram um funcionário da Administração Penitenciária justificando o não investimento em bloqueadores pelo motivo deles não bloquearem todos os tipos de sinais, e outro artigo tem um especialista em comunicação esclarecendo que existem bloqueadores com capacidade de bloquear os sinais de qualquer operadora dentro de uma área específica sem interferir na comunicação de áreas próximas e que a Secretaria de Administração Penitenciária teria apenas comprado um tipo de bloqueador que não tinha essa capacidade.

Segundo César, os sentenciados se comunicam através de celulares constantemente, enquanto que o Estado começou a investir num sistema de comunicação integrada, mas parou. O entrevistado diz ainda que só acabando com os celulares dentro das unidades é que se pode acabar com a organização criminosa PCC. Para César, “...o sistema precisa começar a agir com mais inteligência que os presos, pois hoje eles estão bem na nossa frente... é preciso usar a tecnologia a nosso favor...”

Não cabe ao presente trabalho opinar sobre o posicionamento político e estratégico do estado quanto à administração do sistema prisional, bem como do combate ao crime organizado, em especial à facção criminosa PCC (Primeiro Comando da capital) que nasceu, se fortaleceu e mantém sua base de atuação dentro das penitenciárias. Mas, se faz necessário registrar que essa percepção de abandono tem para os funcionários uma função dupla: o ASP não percebe que seu trabalho seja reconhecido/valorizado e ainda fica a impressão de que a situação não será alterada, que não haverá mudanças.

Então, de acordo com Dejours (2006), não podendo gozar os benefícios do reconhecimento de seu trabalho nem alcançar assim o sentido de sua relação para com o trabalho, o sujeito se vê reconduzido ao seu sofrimento e

somente a ele.

Acerca das vantagens e desvantagens de se trabalhar no sistema prisional, as respostas sobre as vantagens foram o salário e a estabilidade, sendo que apenas César citou dentre as vantagens, fazer o bem para a sociedade. Já sobre as desvantagens, todos citaram que a sociedade tem uma visão negativa da classe, César diz: "...não somos valorizados, a sociedade acha que somos aquilo que a mídia mostra, ou seja, corruptos que ganham bem pra não fazer nada... e ainda vem o secretario da segurança de São Paulo e diz na TV que agente não precisa de aumento, pois, só faz abrir e fechar porta o dia todo...". O entrevistado diz ainda que o agente acaba tendo que desempenhar várias funções, tais como: psicólogo, pois precisa ter controle construído pela via discursiva, controlando o emocional já que trabalha com pessoas confinadas; assistente social e advogado, já que o preso pede constantemente instruções sobre sua situação social e jurídica; enfermeiro/ farmacêutico, pois, é o agente que em muitas situações presta socorro e mesmo medica o sentenciado. Ou seja, o agente acaba exercendo atividades de várias profissões sem ao menos receber treinamento, e pior, no caso de dar medicamentos, incorre de ilegalidade, pois apenas aos médicos é permitido prescrever medicação. Mas, mesmo assim, os agentes têm uma imagem negativa perante a sociedade.

Almeida respondeu a pergunta se achava que o trabalho do ASP era reconhecido/valorizado, com uma sonora gargalhada. Entretanto, a gargalhada como resposta faz sentido quando se leva em conta que Almeida é solteiro e mora numa república com dois outros agentes, e sua resposta para a pergunta: "Por que o funcionário vai trabalhar sabendo que o 'clima da cadeia está pesado' (funcionários dizem que algumas vezes dá para perceber pelo 'clima mais pesado que o normal' que alguma coisa ruim está por acontecer na unidade) pondo sua vida em risco? foi: "...a cadeia é tocada na coragem do funcionário, que mesmo sabendo quando o clima tá ruim na cadeia, vai trabalhar arriscando a vida...", acrescenta: "...o camarada acorda, olha a patroa e ela pede pra ele ficar em casa, para não ir trabalhar pois ela está com medo, teve um sonho ruim a noite, mas ele se levanta, dá um beijo na companheira e vai..." Então, quando questionado por que alguém iria trabalhar nessas condições, respondeu: "...pelos companheiros..." Possivelmente, como não há percepção de reconhecimento externo, o ASP procura motivação no sentimento de pertença ao grupo através de comportamentos que ressaltam qualidades de 'macho', como virar as costas para as lágrimas, para o medo, que são 'coisas de mulher' e vai enfrentar o perigo, numa

atitude viril, de macho.

Pertencer ao grupo de funcionários que trabalham no 'fundão da cadeia', requer também o conhecimento de uma linguagem própria, com significação exclusiva daquele contexto e para os indivíduos que o formam. Todos os entrevistados relataram que tiveram dificuldades de comunicação com os sentenciados quando começaram a desenvolver suas atividades nos pavilhões.

Para Almeida, a linguagem usada dentro das penitenciárias é 'importada' das periferias das grandes cidades de onde viria a maior parte da população carcerária, sendo que por não fazer parte deste ambiente social, ele teria tido dificuldades no início, cita ainda que enquanto não aprende a linguagem, os sentenciados ficam 'tirando' ('tirando', significa algo parecido como 'fazer de bobo') o agente, o que dificultaria o trabalho.

Os entrevistados dizem policiar-se para não usar gírias fora da penitenciária, já que acreditam que a sociedade no geral desaprova o uso de gírias, ou seja, com a distribuição social do conhecimento, coube ao ASP adquirir alguns conhecimentos que são desvalorizados socialmente. César cita um fato presenciado por ele, onde o hábito de usar gírias interfere diretamente no relacionamento social extraprofissional do ASP: "o cara (agente) tava tentando 'cantar' a menina, mas, até ela conseguir entender o que ele queria dizer, ele já tava achando que ela tava 'tirando' ele..." . Durante as entrevistas, mesmo os entrevistados dizendo policiar-se quanto ao uso de gírias, acabam fazendo uso delas, alguns com mais, outros com menos frequência. O termo 'entendeu' por exemplo, foi usado por todos os entrevistados, e dentro das penitenciárias é usado como substituto de "entendi", sendo que entendi, é associado a homossexualidade.

A linguagem usada dentro da penitenciária é carregada de duplos sentidos, sendo que as partes geralmente procuram uma segunda intenção por trás de cada palavra. Essa postura, esse comportamento de desconfiança acaba se tornando um hábito que se estende às relações entre funcionários e ainda às relações extraprofissionais do agente. Almeida, por exemplo, relata que ao conversar com qualquer pessoa está sempre 'vendo uma segunda intenção', diz que fica 'cismado' e desconfia de todos, diz ainda que às vezes se sente mal por desconfiar de pessoas que não mereceriam desconfiança. Já Antonio acha que com o tempo de trabalho dentro da penitenciária tornou-se "...mais malandro nas 'idéia'".

Segundo Dejours (2005) o que é explorado pela organização do trabalho não é o sofrimento, em si mesmo, mas principalmente os mecanismos de defesa utilizados contra esse sofrimento. Então, quando os entrevistados afirmam que o trabalho os tornou ‘cismados’ e vendo segunda intenção em tudo, percebe-se que desenvolveram comportamentos persecutórios, características paranóides. Aliás, essas características são desejadas na dinâmica de funcionamento do sistema prisional.

As características paranóides não foram as únicas mudanças percebidas nos ASPs por eles e por seu círculo social extra-profissional. Os entrevistados, com exceção de André, disseram que se perceberam, ou ainda que receberam reclamações de familiares sobre sua ‘frieza’. Segundo Almeida, sua mãe reclamou que ele ficou diferente depois que começou a trabalhar no sistema prisional, sendo que o entrevistado disse que se sente mais ‘frio’, que não se emociona com facilidade. De acordo com a mãe de César, ele teria deixado de ser uma pessoa carinhosa, apaixonada, Ele discorda da mãe e acha que não mudou, entretanto, diz “...as pessoas falam do que estão vendo, a gente às vezes pode não perceber né!...”.

Para André, não houve reclamações acerca de mudanças comportamentais por parte de familiares, sendo que para ele quanto mais o agente vivencia o ambiente profissional, mais alterações comportamentais ele teria, ele diz: “... quem mais muda são os guardas que abraçam a cadeia...” (Abraçar, dentro da penitenciária tem significado semelhante a acreditar). Ao final da entrevista diz que se sente limitado dentro da penitenciária, explica a colocação dizendo que já frequentou 4 cursos superiores e acha que tem potencial para fazer coisa melhor do que trabalhar em penitenciária, onde não se aprende nada, pelo contrário, haveria um ‘emburrecimento’, segundo o entrevistado. Dentre todos os entrevistados, André é o único que relatou estar se mobilizando para pedir exoneração, aparentemente está transformando o sofrimento percebido no trabalho em motivação para concluir um curso técnico e poder sair do sistema prisional.

Sobre os entrevistados se sentirem ameaçados ou constrangidos na sua rotina fora do ambiente profissional, em função de ser ASP, Almeida e André dizem que não, mas também dizem que não podem frequentar qualquer lugar, Almeida diz: “apesar de boteco lembrar de alguma coisa no diminutivo, existem botecos e botecos”. Já César e Antonio admitem se sentirem ameaçados, César fala que o perigo faz parte da profissão, enquanto Antonio diz: “nem

nas ‘quebradas’ que eu frequentava posso ir sossegado, você sabe né! Tem muito malandro que não me conhece... vai que um dia eu ‘trombo um comédia a fim de fazer a cena’...”, (ele quer dizer que alguém querendo demonstrar ser perigoso poderia atentar contra sua pessoa) também diz que fica “ligeiro” no dia-a-dia. Ou seja, por ser ASP alguns ambientes, em determinados locais, frequentados por determinado estereótipo de pessoa, são proibidos, então, apesar de André e Almeida responderem que não, fica evidente que os entrevistados admitem que sua profissão limita seu direito de ir e vir devido possibilidades de se colocar em perigo em função da mesma.

A onda de ataques promovida pela facção criminosa PCC a partir de maio de 2006 acabou por agravar a situação do ASP, pois, além de o agente ter que se defender do sofrimento gerado pela possibilidade concreta de ser ‘guentado’, (pego como refém) durante o horário em que desenvolve suas atividades profissionais, agora precisa também lidar com a possibilidade real de, por causa de sua profissão, sofrer ele e sua família atentados contra a integridade física. Sobre possíveis alterações percebidas no cotidiano dos ASPs após a onda de ataques, Antonio diz que sim, que houve alterações em sua vida após os ataques, “p... meu, o partido matou um monte de irmão nosso, mataram até mulher de guarda”. Ele completa dizendo que a família ficou assustada, “qualquer coisa tá todo mundo ligando!”.

Os demais entrevistados também falam sobre alterações. César afirma que sua vida foi afetada, assim como a de todos, pois o medo foi geral. Ele afirma que “...durante a época dos ataques, eu ficava a maior parte do tempo dentro de casa, assustado com tudo, em alerta total...” . O entrevistado diz que sua rotina foi alterada somente naquela época, afinal “você ligava a TV e só PCC, você pegava estrada e só via barreiras policiais, todo mundo falando, não tinha como esquecer né!”. Percebe-se claramente na fala de Almeida a necessidade de esquecer o medo, esquecer a possibilidade real de perigo.

Conclusão

Para que se possa desempenhar atividades profissionais é necessário ao indivíduo adquirir um conhecimento específico relacionado a sua área de atuação, pois, cada profissão possui seus próprios hábitos, costumes e linguagem, ou seja, há uma distribuição social do conhecimento. No caso do Agente de Segurança Penitenciária, os conhecimentos

adquiridos, tal como a linguagem, é pertencente a um contexto onde seus integrantes, são compostos por homens excluídos da sociedade. E essa linguagem expressa características próprias desse contexto, com significação peculiar àquele ambiente, então, quando por hábito, ou economia de esforço, essa linguagem é expressa fora do contexto profissional, ela carrega consigo toda uma representação negativa, pois segundo os agentes, as gírias do sistema prisional são desaprovadas socialmente.

Todos os entrevistados disseram ter tido dificuldades no início com a linguagem, entretanto, a dificuldade não está relacionada apenas com conhecer as palavras utilizadas naquele meio, mas principalmente em adquirir a significação de valores e costumes que a linguagem encerra.

Percebe-se então que a vivência profissional afeta negativamente a vida cotidiana, fora do horário de trabalho, pois com a análise das entrevistas aparecem evidências de que os valores e costumes adquiridos no trabalho acabam por prejudicar o convívio com a família e demais pessoas de seu círculo social, bem como traz uma restrição de espaços a serem frequentados pelo agente, como por exemplo, restrição a bares e bairros.

O consumo de drogas lícitas e ilícitas aparece como alternativa para uma situação de fuga da pressão gerada pelo ambiente prisional. Outros comportamentos desenvolvidos pelos entrevistados que podem ser associados ao trabalho são a frieza emocional e o desenvolvimento de características paranóides.

O reconhecimento, segundo Dejours (2006) é uma forma de dar sentido a todo o esforço, a angústia, ou seja, ao sofrimento, então como os agentes dizem que seu trabalho tem uma imagem negativa perante a sociedade e também se sentem 'abandonados' pelo Estado, essas duas possíveis fontes de reconhecimento lhe são negadas. Quanto à sociedade, os agentes atribuem sua opinião negativa à mídia, que enfatizaria notícias associando a classe a aspectos negativos, como a corrupção. Já o estado, tem uma função dupla no sofrimento, pois, primeiro, não valoriza/reconhece a classe, segundo, a sensação de inércia quanto a atitudes do governo traz uma piora no sofrimento, pois não se tem perspectiva de mudança.

O perigo inerente à profissão que tende a ser ocultado pelas defesas coletivas acabou por vir à tona com as rebeliões em massa e a onda de ataques a agentes e familiares promovida

pela facção criminosa PCC, ocorrida em maio de 2006, fora das penitenciárias. Portanto, com a emergência do medo as defesas requerem mais rigidez. A defesa predominante entre os agentes é a virilidade que é associada ao poder, à força, agressividade, violência e dominação sobre outrem, aliás, dominação é uma característica desejada pelo Estado nas suas relações com o homem preso. Porém, esta defesa tem diminuída sua eficiência devido ao advento das facções criminosas, afinal, estas alteraram a relação verticalizada de controle hierárquico preconizada pelo Estado para com o homem preso.

Referências Bibliográficas

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2005.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez-Oboré, 2005.

DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise de relações prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

FOCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987

FOCAULT, M. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

MENDONÇA, M.; NUNES, W. Até quando?. **Revista Época**, São Paulo, p.24-55, jun. 2006.

REGO, T. C. **Uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROUSSEAU, J. J. **O contrato social**. São Paulo: Editora Escala, 2005.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

VOLTAIRE. **Tratado sobre a tolerância**. São Paulo: Editora Escala, 2005.

A cultura das mídias e as narrativas de convergência na América Latina

Media Culture and Narratives of Convergence in Latin America

Sebastião Guilherme Albano

Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília - UNB
Professor – Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN)

Resumo

Neste estudo apontar-se-á parte das constantes que orientam a apreensão e a elaboração efetuada na América Latina dos conteúdos modernos, notadamente daqueles relacionados à ascensão da indústria da comunicação e ao assentamento de uma cultura das mídias. Se em princípio, a crítica às noções de realismo e nacionalismo, patentes nas correntes artísticas regionais no século XX, pode ser contundente, nela parece estar inscrita também uma espécie de estratégia para se chegar aos consensos que propiciaram a inteligibilidade do mesmo sistema moderno, aqui embasado em práticas discursivas que serão chamadas, para simplificar, de narrativas de convergência. Essas práticas anulam a disjuntiva entre arte e ofício, comunicação e estética, mas seu efeito mais visível é o rompimento da dicotomia entre tradição e ruptura.

Palavras-chave: América Latina. Narrativas de convergência. Cultura das mídias. Modernidade.

Abstract

This study will attempt to point out a sort of concepts system which concerns about Latin American Modernity. In fact, most of those are part of an occidental trend which has arisen over the last centuries, which is the convergence of different contents into few discourses. Here, this phenomenon is called convergence narratives. Moreover, there will be a description of Latin America role in this process, regarding singularities of historical process within the region. Referring to some prominent categories such as Modernity, media culture, postcolonial and so on, that underline the problem of logocentric perspectives into humanities and social sciences, the proposal is to inquire the hegemonic of western epistemic systems by setting-up communication, cultural studies and literature as disciplines both critics, due to their

abilities to gather and organize different arguments in one great discourse on culture.

KeyWords: Latin America. Narrative of Convergence. Media Culture. Modernity.

Introdução

No âmbito das ciências humanas e sociais, a modernidade é um fenômeno de consensos e convergências. Seus grandes postulados, tais como a organização política em estados nacionais, as práticas econômicas capitalistas e a burocratização das relações sociais, são, sobretudo acordos formais que visam a homogeneizar as atitudes e resultam numa certa unificação das mentalidades. Na opinião de Octavio Paz, o caráter arbitrário dos enunciados modernos propicia inclusive, de alguma maneira, a aproximação espacial e a sincronia de tradições diversas em determinada cultura. Quando elaborou seu comentário sobre o fato de a época moderna parecer anular as distâncias temporais e conceituais entre passado e presente, memória e novidade, desvelou uma das chaves desse sistema.

De certo modo, o tema da tradição e da ruptura pode ser encontrado na base do pensamento latino-americano sobre a cultura na modernidade, talvez porque entre os seres humanos a ansiedade da influência se manifestasse desde as independências no século XIX. Mormente entre as elites produtoras e reprodutoras de opinião pública, chegou a ter conseqüências delirantes, a ponto de provocar o que Roberto Schwarz chamou de mal-estar intelectual (1997:35). Ocorre que o estágio imitativo do processo de aquisição e transmissão das formas discursivas ocidentais aqui pareceu projetar, sobretudo, o viés da dependência epistemológica em relação às metrópoles, ao invés de apenas franquear o acesso à síntese cultural.

Isso posto, não estranha ser a crítica aberta às noções

de realismo e nacionalismo (elas mesmas importadas) o que levou a solucionar, provisoriamente e já no século XX, a tensão causada pelo fato de que, em aparência, não criou-se nada novo em matéria de cultura. Para dar conta de alguns desses movimentos históricos, será apontada parte das constantes que orientam a apreensão e a elaboração efetuada na América Latina dos conteúdos modernos, notadamente daqueles relacionados à ascensão da indústria da comunicação e ao assentamento de uma cultura das mídias. Se em princípio a mencionada crítica às noções de realismo e nacionalismo pode ser contundente por evitar nela inscrita uma espécie de estratégia ardilosa que visa a fazer chegar aos consensos que propiciaram a inteligibilidade do mesmo sistema moderno, embasado em práticas discursivas que, para simplificar, chamadas de convergência. Essas práticas anulam a disjuntiva entre arte e ofício, comunicação e estética, mas seu efeito mais visível é o rompimento da dicotomia entre tradição e ruptura. Esses últimos termos passaram a se reunir em uma equação retórica composta pela tradição da ruptura e pela ruptura da tradição.

Material e métodos

A convivência e a eventual simbiose de modelos cognitivos dispares e anacrônicos configura para alguns um traço essencial da modernidade. Foi Octavio Paz quem observou uma tal ação dialética no plano da história das idéias e a identificou com o aludido movimento de tradição de ruptura e, conseqüentemente, de ruptura da tradição, para o poeta mexicano um dado incontornável para o equilíbrio da era moderna. “La oposición entre el pasado y el presente literalmente se evapora [...] Podemos hablar de tradición moderna sin que nos parezca incurrir en contradicción porque la era moderna ha limado, hasta desvanecerlo casi del todo, el antagonismo entre lo antiguo y lo actual, lo nuevo y lo tradicional” (1986:22).

Foi com o advento das vanguardas latino-americanas que as noções de realismo e nacionalismo adquiriram nuances imprevisíveis, favorecendo a substituição paulatina do complexo de êmulo por uma perspectiva mais pragmática, ao menos no campo da produção simbólica. Inicialmente, o realismo foi questionado de dentro, como sinal da crise da representação que os discursos da arte e sobre a arte vinham manifestando. Já o nacionalismo, no Brasil e em diversos países da região (Argentina, Peru, Uruguai etc.), despiu-se da roupagem oficial e ganhou uma conotação irônica e até cínica.

Os desdobramentos dessas modalidades na América Latina proporcionaram a chave para distender as idéias e revelar os conteúdos que sobressairiam no pensamento sobre a cultura. Basicamente, se aplacaria a urgência de rompimento com a tradição e se explicitaria uma variante histórica que a própria modernidade instituiu, isto é, o ânimo de renovar sem romper que, decerto, aparenta ter algo de conservador. Se os enunciados que caracterizam a ordem simbólica da modernidade aqui tiveram um viés de crítica (ao realismo e ao nacionalismo), de dissensão, ao fim e ao cabo se percebe que essa indisposição apenas representou uma maneira para que nosso pendur à convergência narrativa se instituisse como outro modo de pensar aquela mesma modernidade.

No Brasil, quando Mário de Andrade e Oswald de Andrade trouxeram a categoria de antropofagia para o sistema interpretativo da cultura local e as operações de consumo, processamento e reprocessamento tornaram-se os termos que determinaram o novo método de aproximação, anunciaram também um programa. No âmbito hispânico a categoria de transculturação, criada pelo cubano Fernando Ortiz, teve atuação semelhante, malgrado aí a síntese se reportasse a uma atitude mais cerebral do que nossa voracidade de cultura. E foi outro cubano, Alejo Carpentier, quem cunhou o termo realismo maravilhoso para especificar o que ocorria com certos procedimentos relacionados com a mimese na literatura latino-americana, em contraste com o surrealismo europeu.

O crítico Robert Stam estima que:

Since Latin America has been economically, politically, and culturally marginalized, critics such as Emir Rodriguez Monegal and Haroldo de Campos argue, its best artists have made this marginalization, this ironic sense of belonging to two cultures –one’s own and that of the metropolitan centers of power – absolutely central to their work. As necessarily bicultural and often tri-cultural people, Latin American artists and intellectuals inhabit a peculiar realm of irony where words and images are seldom taken at face value, whence the paradigmatic importance of parody and carnivalization as ‘ambivalent’ solutions within a situation of cultural asymmetry. Latin American art is necessarily parodic, caught in specular games of doubling and redoubling [...] (2005:318).

Em razão da vasta bibliografia sobre os temas do realismo mágico e da descolonização do imaginário que supuseram

as vanguardas, serão tomados como verdades adquiridas no sentido de desenvolver, sob novo enfoque, a noção de narrativas de convergência. Vários fatores confluíram para que os problemas e as soluções surgidas na reflexão sobre as formações culturais na América Latina se tornassem uma das matrizes do pensamento sobre a cultura realizada pelas ciências humanas e sociais a partir de meados do século XX. Entre as mais importantes estão os recentes movimentos de libertação da Ásia e da África e a experiência anterior de descolonização, ademais do propalado boom da literatura hispânica nos decênios de 1950, 1960 e 1970 (especialmente da literatura do realismo mágico), da emergência dos meios de comunicação como fenômenos de cultura popular internacional, da influência das teorias pós-modernas (pós-estruturalistas, pós-coloniais etc.) e, finalmente, da sanção desses movimentos pela academia norte-americana. Aqui as discursividades modernas foram propiciadas, explicitamente, por circunstâncias às vezes inóspitas, e sua legitimação teórica nos países centrais, suscitou, finalmente, a possibilidade de se reunir em um mesmo sistema de reflexão o modernismo artístico, a modernidade filosófica e o subdesenvolvimento político-econômico.

Discussão e resultados

Com efeito, a nossa modernidade epistemológica, cuja rubrica é demonstrar a possibilidade de reunião das antípodas, revelou-se em paralelo com a autocrítica das ciências humanas e sociais empreendida a partir da filosofia francesa (Michel Foucault e Jacques Derrida) e dos estudos culturais britânicos (Raymond Williams, Richard Hoggart), ambas as correntes desenvolvidas na academia norte-americana com grande presença de pesquisadores de origem asiática e latino-americana. Assim, estranhamente, a configuração do sistema da pós-modernidade atuou para despertar a consciência de nossa modernidade, precisamente porque tendíamos a colocar em cheque, há muito tempo, os modos de representação que no Ocidente tipicamente moderno estavam calcados na razão realista e na necessária cisão entre os campos do conhecimento científico. Exatamente as séries da civilização ocidental que entraram em crise.

O viés pseudo-integrador de estilos artísticos e de epistemes das ciências sociais na pós-modernidade justificou a antiga prática regional de entender qualquer enunciado em termos históricos e idiossincráticos,

inclusive submetendo o padrão das ciências duras ao arbítrio das interpretações culturais, e não o inverso como era hábito. O fato de que na América Latina, devido ao perfil da colonização, sempre houvesse a reunião das figuras do religioso, do político, do poeta, do homem de leis e do burocrata em uma só pessoa, resultou na combinação de argumentos de proveniência diversa em poucos discursos. Ángel Rama alude a uma tal situação em *La ciudad letrada*, mas Nelson Werneck Sodré deixa claro o modo como ocorreu quando recorda que no século XIX tratou-se

De formar, no meio ainda eivado dos sinais da estrutura colonial, elementos dignos de constituir a elite intelectual do novo país, capazes de dar a fisionomia, a aparência, o aspecto formal, ao aparelho de Estado, dos elementos que vão traduzir o pensamento político e que, por ser diminuta a camada dotada de instrução, vão também dar a forma das manifestações literárias (1976:145).

Já Antonio Candido reelabora a sentença para confirmar que, na América Latina, desde o século XVIII “tudo se banhou de literatura, desde o formalismo jurídico até o senso humanitário e a expressão familiar dos sentimentos” (1989:180).

Seguindo sinais teóricos mais gerais, talvez não seja arbitrário dizer que foi a partir de que David Ricardo, em 1817, agrupou em uma única disciplina as relações entre o valor das mercadorias, os impostos que incorrem sobre elas e suas conseqüências nas práticas sociais, que se pode advertir no pensamento ocidental moderno uma certa tendência à reunião das ramificações do saber humano. De qualquer maneira, é significativo que o judeu londrino não ensejasse associar apenas a economia e a política, mas dar-lhes um método de ciência natural.

Não se deve ignorar o afã de especificidade de disciplinas surgidas a partir do século XVII, concomitantes à crescente divisão do trabalho físico e intelectual necessária para o equilíbrio das sociedades capitalistas. Recorde-se, por exemplo, que o lema da Royal Society of London, instituição fundada em 1660, é *nulius in verba*, o que evoca uma espécie de cisma entre as modalidades retóricas e físicas já no alvorecer da era moderna. Mesmo assim, tampouco se deve deixar de perceber que o pensamento gerado na América ou sobre a América, cuja materialização se deu por intermédio de idiomas europeus em contato com os vernáculos, promoveu a visibilidade de uma razão derivada do encontro de saberes e costumes.

À parte, outros fatores históricos moldaram a inclinação pelo discurso menos rígido, talvez de perfil sociológico, de vez que houve, muitas vezes por lei, pouco fomento às ciências naturais aqui. Menciona-se a proibição de se manufaturar qualquer produto na região que não fosse estritamente funcional para o caráter exportador de matérias-primas que a colônia tinha. Também importa o veto à posse de máquinas de imprensa na América portuguesa até 1808 e as restrições ao seu uso na América espanhola. Estava delineado o contorno de um tipo de sociedade dependente de um conhecimento oficial gerado nas metrópoles.

De fato, a chamada crise da representação e o surgimento das ciências humanas e sociais por volta de 1800, referidas por Michel Foucault em *As palavras e as coisas* (1966), são mesmo o melhor exemplo do ponto em que, no que tange aos pressupostos da modernidade, houve a consciência da dissonância e da diferença como integrantes indissolúveis dos saberes e dos métodos de indagação dos fenômenos para a manutenção do formato de sociedade. De então a esta parte, a confluência da crítica aos procedimentos, no interior da ordem teórica que descreve os métodos, mostrou-se como uma constante e instaurou-se como outra das marcas recorrentes que aparece ao pensar-se a modernidade.

De modo geral, na América Latina essa preocupação epistemológica pode ser descrita nos objetos de estudo da literatura e da comunicação social na região, que, a meu ver, sempre incorporaram os sistemas interpretativos de cunho antropológico, estético e sociológico. Na atualidade, essa visão abrangente é sancionada pelos estudos culturais, que precisamente operam como expressão da modernização epistemológica, que visa a dar conta das constantes variações de textualização e simbolização que se coordenam nas práticas sociais contemporâneas. A noção de narrativa de convergência compreende, neste caso, tanto a consolidação da diferença nos processos de assimilação dos conteúdos da modernidade, como nos processos de representação dessas idiosincrasias, e funciona como um termo síntese para atestar essa atualização dos modelos cognitivos.

Na América Latina, a entrada à modernidade supôs rupturas relativas em relação ao seu passado cultural, o que sugere uma formação à margem das metrópoles européias. Muito embora o desenvolvimento aqui não tenha significado exatamente o que acredita Jesús Martín Barbero, isto é, “desarrollarse para los países del tercer

mundo se identificó con asumir la negación y superación de todas sus particularidades culturales y civilizatorias” (1999:35), coisa que de fato ocorreu na Europa, deve-se ter presente a distância entre desenvolvimento e modernidade. Constatou-se uma vertente do processo modernizador ancorada em uma racionalidade explicitamente dialógica, sem a preservação de limites rigorosos entre os modos de observar e de relatar o mundo. Ademais, nunca efetuou-se por completo o desencantamento da visão do mundo como parece haver ocorrido em outras sociedades complexas, que passaram do intercâmbio tradicional de saberes por via oral à modalidade escrita e racionalizada. Como diz ironicamente José Joaquín Brunner, “nuestra verdad, acaso no lo sabe usted, es mágico-real” (1992:121).

Alguns dados revelam estas especificidades. Por exemplo, o debate corrente no século XIX sobre a literatura pura ou a arte pela arte parecia apenas poder ser travado em sociedades em que era já um problema a circunstância de os artistas reconhecerem a ameaça do conluio entre as leis formais e as leis de mercado no interior de suas obras. É o caso da França e do Reino Unido, em que a média de romances publicados ao ano entre 1840 e 1890 foi superior a 400 (ADORNO, 1962:103 e ORTIZ, 1995:24). Na América Latina os índices de analfabetismo de cerca de 90% da população ao iniciar o século XX e de 50% em 1940 impõem novos parâmetros. Certamente, a hesitação de alguns intelectuais em se incluir no grande projeto do Ocidente vem de uma percepção enviesada dos planos de modernização sócio-econômica e das empresas do modernismo estético. Quando se percebe, por exemplo, que na América Latina até a imprensa ilustrada com charge, publicidade e com espaço dedicado ao romance de folhetim, portanto um meio já aclimatado a um público urbano com pouca disposição para a leitura pausada, estava longe do alcance das massas, pode-se ter uma idéia da dificuldade de alinhamento da região (BRUNNER, 1992:121).

Antonio Candido e Nicolau Sevcenko (1985 e 1985) dão indícios para a compreensão desse modelo latino-americano quando se referem ao campo literário no século XIX. Argumentam, por exemplo, que os escritores aqui faziam uma arte missionária, cujas produções encerravam tanto enunciados políticos como sociológicos. Daí, não obstante o analfabetismo, ocorre que as mensagens que circulavam nos livros e jornais não permaneciam confinadas à palavra escrita, de vez que se desdobravam em canais de ordinário vinculados à oralidade (da história oral, das lendas, da crítica aos costumes sociais e políticos

etc.), fazendo que o conteúdo dos textos adquirisse o tom da simbologia popular. Carlos Monsiváis registra esse fenômeno quando recorda que, mesmo analfabetos, os hispano-americanos no final do século XIX gostavam de declamar seus poetas favoritos (1995:205). Isso implica ainda a circunstância de que os estados nacionais aqui, à diferença do que afirmou Benedict Anderson acerca dos europeus e dos Estados Unidos, não puderam basear sua formação imaginária de todo nos romances e nos diários, devendo esperar até meados do século XX para que o rádio e o cinema terminassem de cumprir a tarefa de unificar as mentalidades institucionalmente. Carlos Monsiváis mesmo tem uma assertiva já famosa sobre o caso mexicano ao dizer que “el público no iba al cine a soñar, sino a aprender, sobre todo a aprender a ser mexicanos” (1976:446).

Dessa maneira, é natural se pensar de imediato em um fenômeno de latino-americanização na formação dos recortes epistemológicos ocidentais nos últimos quarenta anos do século XX, quando houve a ocorrência dos enunciados da chamada pós-modernidade e nossa inclusão nos debates. É certo que a pugna com o logocentrismo e o estatuto da palavra escrita como única instância legitimadora de argumentos e principal vínculo de significação, evidenciada com a emergência dos estudos subalternos, os estudos pós-coloniais, os estudos de gênero etc., incorporaram nossa agenda histórica à rotina acadêmica e filosófica do Ocidente (MIGNOLO, 1996). Mesmo assim, talvez fosse mais razoável admitir que a dinâmica gerada pelos novos meios de representação, intérpretes privilegiados das relações sociais, reivindicou a expansão do debate.

A elevação do status de processos cognitivos paralelos ilustra também o fim da cisão entre os estudos sobre a arte e a literatura e sobre as manifestações da cultura popular, notadamente o folclore, e as produções da mídia, distância que na América Latina em realidade nunca existira dada a peculiaridade da sociedade regional. Da última geração de pensadores, Carlos Monsiváis talvez seja o precursor da perspectiva convergente e provisória das definições de cultura entre nós, notadamente quando escreve que cultura popular é “aquello asimilado orgánicamente a la conducta y/o a la visión de las clases mayoritarias” (1991:98). No caso de países considerados centrais como a França e o Reino Unido, por exemplo, foi acentuada a distinção entre alta cultura e cultura de massas até meados do século XX (HOOGART, 1971 e ORTIZ, 1995).

Um dado importante na descrição da ascensão a sujeitos da reflexão cultural contemporânea pode ser que os projetos de autenticação dos estados nacionais na América Latina supuseram também a criação sob decreto de mercados internos e o conseqüente aumento da complexidade das relações sociais. O sistema educativo funcionou invariavelmente como propedêutico para a incorporação das massas à maioria do capitalismo periférico. Nesse sentido, pode-se afirmar que a Argentina e o Uruguai foram os países da região em que os conteúdos da modernidade repercutiram mais rapidamente na constituição das estruturas estatais. E isso tanto no que tange ao sistema de ensino público como à criação de uma indústria cultural que se incumbisse de replicar em código mundano os esquemas de formação da identidade.

Na Argentina, por exemplo, o governo de Hipólito Yrigoyen (1916-1930) apoiou o Consejo Nacional de Educación ao encarregá-lo, nos primeiros três decênios do século XX, de homogeneizar culturalmente um contingente escolar que em Buenos Aires tinha uma parcela de estrangeiros de quase 20%, muito embora essa fosse de cerca de 40% da população total do país. Para tanto, foi necessário a implementação de “uma cultura común, unificada y poco respetuosa de los pluralismos, pero, al mismo tiempo, instrumento eficaz en la incorporación a la ciudadanía y al mundo del trabajo, cuando los medios de comunicación emergentes [...] no habían planteado al Estado el desafío que le plantearían décadas después ni habían todavía comenzado a soñar que podrían desplazarlo como agente de identidad y cultura” (SARLO, 1989:76 e 77).

Sobre a conformação da infra-estrutura para a proliferação de um mercado cultural mais diversificado, se no Uruguai destacou-se sobretudo a excelente cadeia de exibição de filmes, na Argentina criou-se uma rede de distribuição que atualizou o mercado interno e também o do Chile, da Bolívia, do Paraguai, do Peru e mesmo do Uruguai com títulos do mundo todo. Ademais, mais importante ainda foi a fundação de uma pequena indústria cinematográfica que, guardadas as proporções, chegou a competir em penetração cultural com os filmes de Hollywood, da Europa e do México, projetando tangos e milongas e prescrevendo comportamentos para todo o continente na voz de Carlos Gardel e nas expressões de Libertad Lamarque (PARANAGUÁ, 2003:19).

Se a Argentina e o Uruguai são exceções na Região, no México o papel dos intelectuais durante a Revolução de

1910 e nos governos pós-revolucionários é a norma entre a relação de simbiose do estado com a cultura e a mídia para a constituição das nacionalidades na América Latina e a modernização relativa da sociedade. Primeiro pela atitude redentora que tais sujeitos assumiam diante da grei inculca. Segundo, devido à situação de dependência que os Estados Unidos mantinham particularmente em relação ao país, muito embora também sobre todo o continente. Terceiro, pelo alcance do programa autoritário de incorporação dos estamentos mais diversos da sociedade às estruturas estatais, prática que mais tarde seria classificada com o título de populismo.

José Vasconcelos, o reputado sábio nacionalista, encabeçou a secretaria de Educação Pública do México no primeiro governo gerado pela constituição revolucionária promulgada em 1917. Desde o início parece ter-se imbuído da tarefa de civilizar as hordas indígenas ou mestiças que em sua opinião estavam desprovidas de cultura valiosa. Foi o criador do conceito de raza cósmica, cujo embasamento metafísico se referia a que os valores exponenciais das raças indígena e branca se materializariam na mestiçagem, e levou adiante as missões alfabetizadoras, em que vários nomes de vulto da cultura latino-americana participaram, entre eles a poeta chilena Gabriela Mistral, e o intelectual dominicano, Pedro Henríquez Ureña.

Foi ainda o principal mecenas dos pintores muralistas Diego Rivera, David Alfaro Siqueiros, José Clemente Orozco e Roberto Montenegro, bem como do músico Silvestre Revueltas, entre outros artistas que de pronto viram suas obras serem plasmadas nas paredes dos edifícios públicos, ocuparem teatros e integrarem o currículo do ensino básico. O êxito de ambas as empreitadas foi relativo, mas, de qualquer maneira, criou-se um marco de referências formais e temáticas que determinou a produção artística no país ao longo de todo o século XX.

No terreno da alfabetização houve quase um fracasso. Em 1921 o México tinha 14.3 milhões de habitantes e cerca de 66.2 por cento de analfabetos, segundo cifras oficiais do Instituto Nacional de Estadísticas, Geografía e Informática (INEGI, 1999:93). Já em 1930 os iletrados alcançavam 62 por cento dos 16.5 milhões de mexicanos. Mesmo assim, o incentivo à subvenção na edição de livros e sua preocupação com a qualidade do currículo escolar resguardam seu mandato de críticas aviltantes (BLANCO E AMADOR, 1982:84).

Com as artes e os discursos midiáticos a situação foi mais complexa. Nos primeiros anos pós-revolucionários os artistas foram os grandes privilegiados pela enorme disposição do ministro, mas sua insistência no caráter didático da arte sobrecarregou o regime representativo. Nos primórdios da Época de Oro do cinema mexicano, iniciada em 1936 com a comédia campirana *Allá en el Rancho Grande*, de Fernando de Fuentes, a fórmula de evocar a paisagem rural como locus amoenus do nacionalismo permitiu uma elaboração estética que alcançou seu auge na dramatização trágica dos filmes de Emilio Indio Fernández e da fotografia de Gabriel Figueroa. Todavia, durante o governo liberal do revolucionário Manuel Ávila Camacho (1940-1946), quando os Estados Unidos ofereceram ajuda ao México para alavancar a sua produção filmica e minorar a influência da Argentina, país que teve uma ambigüidade incômoda em relação a quem apoiar durante a II Guerra Mundial, o acréscimo na produção não repercutiu na reformulação estética (BLANCO E AMADOR, 1982: 62).

De qualquer maneira, o apoio à produção foi tão significativo que repercutiu numa quase consolidação da indústria cinematográfica do México e numa supremacia incontestada na América Latina. Entre 1930 e 1996, por exemplo, foram produzidos onze mil filmes na região, sendo cinco mil deles no México, dois mil e quinhentos no Brasil e dois mil na Argentina. Essas cifras somam 89 por cento das películas rodadas na região (GETINO, 1988:50). Importa acrescentar que no que se refere a possíveis logros estéticos das produções, a partir do decênio de 1950 e até o final de 1970, as cinematografias da Argentina e do Brasil tiveram maior expressão.

A cultura das mídias, consolidada durante o avanço das massas heterogêneas e a necessidade de incorporá-las por completo ao mundo capitalista, é mesmo um produto do modelo de civilização forjado por valores norte-americanos, transformados em globais por uma espécie de ação ideológica, ou uma sistematização das idéias sem precedentes. Entre nós o interesse teórico pela sociedade de massas se consolidou a partir da ingerência dos meios de comunicação em duas instâncias sociais. Primeiro no campo da cultura e da arte, onde cabe recordar que nunca houve obsessão pela definição, por separado, de alta cultura, cultura popular ou cultura de massas, malgrado os libelos *Nuestra América*, 1891, do cubano José Martí, e *Ariel*, 1900, do uruguaio José Enrique Rodó, terem sido referências de contrariedade das novas consignas culturais. Segundo, no campo da reflexão política, ao

princípio orientado pelo terceiro-mundismo e depois pela resistência às ditaduras, notadamente as do Cone Sul.

A modernização ocidentalista das sociedades latino-americanas parece ter sido empreendida mediante a combinação de saberes de proveniência diversa que foram institucionalizados tanto pela modalidade escolar de aprendizado, como por um doutrinamento das mensagens próprio dos meios de comunicação. A despeito de sua estrutura técnica desnacionalizada, a produção midiática que os latino-americanos fruía teve, especialmente até o decênio de 1960, um acentuado subtexto nacionalista, porquanto os habitantes da região tornaram-se cidadãos multimidiáticos. Uma análise dos modos de representação de diversos programas e produtos dos meios, como o cinema, por exemplo, acusaria um pendor pela história nacional ou temas afins, o que denota o esforço da imaginação em retratar ou subverter os parâmetros de compreensão da identidade, certamente caudatária dos procedimentos modernistas (vanguardistas) de compreensão desses tópicos nacionais.

Conclusão

A complexidade da formação da identidade cultural da região inscreve-se na epistemologia abrangente do campo da comunicação, que encerra o interesse pelos modelos discursivos, pelas tecnologias de apreensão, elaboração e transmissão de conhecimento e seus efeitos. Esses tópicos são tutelados pela matriz de uma civilização vinculada ao advento do capitalismo transnacional e sua crescente necessidade de mobilizar e justificar conteúdos políticos e econômicos. Deve-se a isso o fato de alguns autores tenderem inclusive a matizar a existência de uma esfera pública burguesa na América Latina, ancorada no debate de idéias por escrito, e condicionarem a efetivação desse espaço de discussão ao advento dos meios eletrônicos, resultando em seu rebatizado como esfera pública plebéia (BRUNNER, 1988 e CANCLINI, 1994). Não foi apenas a modernidade epistemológica que se nos apresentou em formato de pós-modernidade, mas a mesma renovação dos nacionalismos no século XX foi empreendida ao mesmo tempo como uma espécie de crítica, pelo modernismo, e como neutralização dos seus postulados mais incisivos, pela estrutura transnacional dos meios de comunicação.

Jesús Martín Barbero e Germán Rey estimam o seguinte:

Por más escandaloso que suene, es un hecho cultural que

las mayorías en América Latina se están incorporando a, y apropiándose de la modernidad sin dejar su cultura oral, esto es, no de la mano del libro sino desde los géneros y las narrativas, los lenguajes y los saberes, de la industria y la experiencia audiovisual. [...] Lo que entonces necesitamos pensar es la profunda compenetración –la complicidad y complejidad de relaciones- que hoy se produce en América Latina entre la oralidad que perdura como experiencia cultural primaria de las mayorías y la visualidad tecnológica, esa forma de ‘oralidad secundaria’ que tejen y organizan las gramáticas tecnoperceptivas de la radio y el cine, del vídeo y la televisión. Pues esa complicidad entre oralidad y visualidad no remite a los exotismos de un analfabetismo tercermundista [...] (1999:34).

A tendência do pensamento contemporâneo sobre a comunicação e a cultura em verdade visa a incorporar os enunciados da economia, da política e das ciências naturais aos regimes do conhecimento simbólico (SAHLINS, 2003). Esse fato se deve a que já não parecem pertinentes as distinções tradicionais entre os saberes, mesmo que essa constatação se deva à falaciosa evidência de sua inter-relação no mundo da vida. Com efeito, um dos espaços mais propícios para ilustrar o nexo entre retórica, técnica e ciência é o que se vislumbra na ação dos discursos da comunicação, do jornal à Internet, mediadores do conhecimento nas sociedades contemporâneas.

Se bem é certo que estão permeados por estímulos de ordem técnica e científica (cibernética, biotecnologia etc.), os hábitos de produção e consumo da sociedade do conhecimento adquirem cada vez mais um certo matiz estético ou retórico, em muito devido à sua sofisticação prática e à impossibilidade de o homem leigo assimilar todos os pressupostos inscritos na apresentação dos objetos e demais manifestações da cultura. Dessa maneira, a tarefa de orientar sobre os modos de uso ou de explicar as possibilidades de comportamento perante os estímulos da civilização muitas vezes é efetuada pela mídia, ela mesma refinado artefato gerado e gerador de práticas sociais, notadamente aquelas que convertem em subjetividade os argumentos da vida material.

Referências

- ADORNO, Theodor W.. **Notas de literatura**, trad. de Manuel Sacristán. Barcelona: Ariel, 1962.
- BARBERO, Jesús Martín, “Globalización comunicacional y descentramiento cultural”. In: Rubens Bayardo e

- Mónica Lacarrieu (comp.). **La dinámica global/local**. Cultura y comunicación: nuevos desafíos. Buenos Aires: 1999.
- BARBERO, Jesús Martín e Germán Rey. **Los ejercicios del ver**. Hegemonía audiovisual y ficción televisiva. Barcelona: Gedisa, 1999.
- BLANCO, Jorge Ayala e María Luiza Amador. **Cartelera cinematográfica 1930-1939 y 1940-1949**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1982.
- BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975 [1956].
- BRUNNER, José Joaquín. **América Latina: cultura y modernidad**. México: Grijalbo/Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1992.
- _____, **Un espejo trizado**. Ensayos sobre cultura y políticas culturales. Santiago: Flacso, 1988.
- CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas. Estratégias para entrar y salir de la modernidad, op. cit., México: Grijalbo, 1990 [1990].
- _____, (coord.). **Los nuevos espectadores. Cine, televisión y video en México**. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes e Instituto Mexicano de Cinematografía, 1994.
- CANDIDO, Antonio. “Literatura de dois gumes”, **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1985.
- _____. **Estatísticas históricas de México**. Instituto Nacional de Geografía, Estadística e Informática (INEGI), 1999.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas, trad. de Antonio Ramos Rosa. Lisboa: Portugalia, 1966.
- GETINO, Octavio. **Cine y televisión en América Latina**. Producción y mercado. Santiago de Chile: LOM ediciones/Ediciones Ciccus, 1998.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **A modernização dos sentidos**, trad. Lawrence Torres Pereira. São Paulo: 34, 1998.
- HOGGAART, Richard, **La cultura obrera en la sociedad de masas**, trad. de Bertha Ruiz de la Concha. México: Grijalbo, 1971 [1957].
- MICELI Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 [1979].
- MIGNOLO, Walter. “**La razón postcolonial**. Herencias coloniales y teorías postcoloniales”, Gragoatá. Niterói: n.1, 2 sem. 1996.
- MONSIVÁIS, Carlos. “Literatura latinoamericana e industria cultural”. In: Néstor García Canclini (comp.), **Cultura y Pospolítica**. El debate sobre la modernidad en América Latina. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1995 [1991].
- _____. “Notas sobre la cultura mexicana en el siglo XX”, Historia general de México, vol. IV, México, El Colegio de México, 1976.
- ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1995 [1988].
- PARANAGUÁ, Paulo Antônio. **Tradição y modernidad en el cine de América Latina**. Madrid: Fondo de Cultura Económica de España, 2003.
- PAZ, Octavio. **Los hijos del limo**. Del romanticismo a la vanguardia. Barcelona: Seix Barral, 1987 [1986].
- RICARDO, David, **Princípios de economia política e de tributação**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002 [1817].
- ROWE, William e Vivian Schelling. **Memory and Modernity**. Popular Culture in Latin America. Londres-Nova York: Verso, 1991.
- SAHLINS, Marshal. **Cultura e razão prática**, trad. Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003 [1976].
- SARLO, Beatriz. **La máquina cultural**. Maestras, traductores y vanguardistas. Buenos Aires: Ariel, 1989.
- SCHWARZ, Roberto. “**Nacional por subtração**”, Que horas são?. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 [1987].
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São

Paulo: Brasiliense, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Historia da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

STAM, Robert. **Literature Through Film**. Realism, Magic, and the Art of Adaptation, Massachussets, Oxford e Victoria: Blackwell, 2005.

A questão do alternativo no jornalismo e na comunicação

The question of the alternative in journalism and communication

Maria do Socorro Furtado Veloso

Doutora em Ciências da Comunicação – ECA/USP
Professora – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

Este artigo recupera diferentes conceitos atribuídos ao termo alternativo no jornalismo e, de modo mais amplo, na comunicação. O objetivo é discutir os problemas que afetam a categorização deste campo, principalmente em decorrência de sua estrutura cambiante. No Brasil, a expressão é comumente associada a jornais surgidos após o golpe militar de 1964, que operavam à margem dos grandes veículos e tinham por objetivo central a resistência ao regime. Neste início de século, contudo, alternativo também pode ser entendido como o uso estético e estratégico de canais midiáticos por pessoas e grupos empenhados na militância contra as corporações.

Palavras-chave: Alternativo. Jornais Alternativos. Comunicação Alternativa. Comunicação Contra-Hegemônica.

Abstract

This paper works with the different concepts assigned to the term alternative at journalism and, in a bigger perspective, the communication. Its objective is to discuss the issues which affect categorization in this field, specially its changing structure. In Brazil, the expression usually is associated to newspapers that arose after the 1964 military coup that operated aside the mainstream media and had as main goal to resist to the regime. In the beginning of the century, the term was understood as the aesthetic and strategic use of media by people or groups interested in militancy against corporations.

Keywords: Alternative. Alternative Newspapers. Alternative Communication. Anti-hegemonic Communication.

Introdução

Na história da imprensa brasileira, o termo alternativo é

comumente associado a um tipo de jornalismo produzido durante a ditadura militar (1964-1985), à margem dos grandes veículos. Seu objetivo central foi a resistência ao regime autoritário de então.

Os historiadores só registram impulso da mesma natureza na proliferação dos pasquins, ocorrida na primeira metade do século 19, em meio às lutas políticas contra Portugal. Resultado de iniciativas na maioria das vezes solitárias e quase sempre condenadas a não passar da primeira edição, essa pequena imprensa panfletária tinha como marca a linguagem violenta e apaixonada, conforme atesta Nelson Werneck Sodré (1999).

Quanto aos veículos criados com o objetivo de confrontar o regime instalado em 1964, Bernardo Kucinski (1991) observa que, em contraponto à complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, “os jornais alternativos denunciavam sistematicamente as torturas e violações dos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. [...] Opunham-se por princípio ao discurso oficial” (1991, p. XIII).

Origens e sentidos da expressão

Alberto Dines afirma ter criado a expressão imprensa alternativa em 1975, ao traduzi-la literalmente do inglês alternative press. Antes, observa, falava-se em imprensa underground ou nanica (LINS DA SILVA, 1982, p. 151). Kucinski tenta iluminar o debate em torno desses termos. Informa que a palavra nanica, quando referente a um modelo de imprensa, inspirou-se no formato tablóide dos jornais e foi popularizada principalmente por publicitários. “Enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa”, sugerindo “imaturidade” e “certo tratamento paternal” (KUCINSKI, 1991, p. XIII).

É na expressão alternativa, contudo, que essa imprensa produzida em um contexto social e político específico,

como foi o último período militar, encontra quatro significados essenciais:

[...] o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o desejo das gerações dos anos 60 e 70, de protagonizar as transformações sociais que pregavam (KUCINSKI, 1991, p. XIII).

Perseu Abramo (1997) também analisou o sentido da palavra, quando aplicada a um tipo de imprensa surgido nos anos 1960. Segundo ele, por falta de condições financeiras, esses veículos nunca foram de fato uma alternativa aos jornais burgueses e nem uma opção de leitura que fizesse o leitor trocar, por exemplo, a Folha de S. Paulo por Opinião. Segundo Abramo, tratava-se “muito mais de fazer um contraponto à imprensa burguesa do que efetivamente substituí-la” (1997, p. 328), estabelecendo-se da parte dos alternativos uma “dependência contraditória” em relação aos grandes jornais:

Era preciso que os grandes jornais e revistas dissessem alguma coisa para que os pequenos alternativos pudessem dizer o contrário, ou completar o que não fora dito, corrigir o dito, desmistificar a distorção, desvendar os mistérios habilmente escondidos pelas palavras oficiais. Enfim, clarear o obscuro (ABRAMO, 1997, p. 328).

As informações veiculadas na grande imprensa eram a base dos textos produzidos para os jornais alternativos, o que comprometeria a qualidade destes. A diferença estava na abordagem: “os informantes ouvidos em off, a orientação oposicionista de análise e interpretação e, naturalmente, o posicionamento ideológico e político diante do assunto tratado” (ABRAMO, 1997, p. 329).

Personagem ativo nas redações brasileiras durante o regime ditatorial, quando esteve à frente de dois dos principais projetos alternativos daquele período – Opinião e Movimento –, Raimundo Rodrigues Pereira afirma que o termo “alternativo” foi usado indevidamente para caracterizar um modelo de imprensa produzido durante a ditadura militar. Ele rejeita a tese de que os jornais alternativos dos anos 70 pretenderam funcionar como “um mecanismo de correção” da imprensa hegemônica, que não estaria cumprindo seu papel:

Enquanto a grande imprensa brasileira tomava o rumo da

monopolização impulsionada pelo grande capital nacional e internacional e, a despeito de divergências de setores seus com o regime político, o apoiava, a imprensa alternativa foi expressão da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia, defendeu seus interesses nacionais e populares, portanto, condenava o regime (PEREIRA, in: FESTA; LINS DA SILVA, 1986, p. 55).

Regina Festa (1986) segue a mesma perspectiva, ao classificar os alternativos como publicações de caráter cultural e político produzidas por grupos de oposição, e que “emitiam uma corajosa condenação ao regime político”. Entre as razões para o desaparecimento dessa imprensa após a abertura, cita a criação de novos espaços políticos na sociedade e a perseguição econômica que sucedeu o fim da censura prévia aos jornais, evidenciada em medidas como a fiscalização contábil redobrada.

A memória que se construiu em torno da imprensa alternativa no Brasil, vinculando-a à censura e justificando o término de sua fase mais laboriosa com o fim da repressão, quando não mais existiriam motivações para sua continuidade, também chamaram atenção de Maria Aparecida Aquino (1999). Num importante estudo sobre os canais de resistência constituídos nos jornais O Estado de S. Paulo e Movimento, nos anos 1970, a historiadora define a imprensa alternativa como “opção”, considerando-se que busca formas de ocupar os espaços desprezados pela grande imprensa.

A alternativa não se pretende neutra, assumindo-se a serviço da defesa de interesses de grupos [...]. Faz um jornalismo engajado, orientado a não separar opinião de informação. Sua sustentação financeira advém basicamente da venda em bancas ou de assinaturas, de seus associados [...], de filiados [...] e de fiéis [...]. Como alternativa à imprensa convencional, de uma maneira geral, seu esquema de produção de informações busca recuperar a figura do jornalista/repórter que constrói pela pesquisa a matéria a ser veiculada, tentando fugir da homogeneização da informação que ocorre nas grandes empresas (AQUINO, 1999, p. 122-123).

A constituição do alternativo na comunicação

Tomando por base a experiência brasileira, é possível entender por alternativos os veículos que prezam pelo descomprometimento de sua linha editorial com o poder dominante, operando a revelia de pressões econômicas.

Neste sentido, tal modelo é comumente denominado de “alternativo”, “underground”, “radical”, “independente”, “dissidente”, “de resistência” ou “do leitor”.

Em uma perspectiva mais ampla, a constituição do alternativo no campo da comunicação se dá, fundamentalmente, pelo rechaço à estrutura vigente. Mar de Fontcuberta e Josep Mompert (1983) afirmam que o surgimento dessa expressão pode ser associado, historicamente, aos episódios de maio de 1968 na França. Citando Hans Enzensberger, lembram a reação dos estudantes ao “informacionismo” e a ênfase na “volta às origens”, quando os rebeldes recorreram a formas artesanais de impressão para produzir seus manifestos (FONTCUBERTA; MOMPART, 1983, p. 22).

Os autores destacam, ainda, as quatro vertentes históricas propostas por Fernando Reyes Matta (1980) visando determinar a dinâmica alternativa, tanto do ponto de vista da forma como do conteúdo: as lutas contra o colonialismo na Ásia e África, as reações nacionais e internacionais contra o neocolonialismo no Terceiro Mundo, o movimento pela qualidade de vida (liberação feminina, defesa da paz, alimentação saudável) e as reações frente a autoritarismos políticos e econômicos, que geram a deterioração da democracia – especialmente na América Latina.

Ao percorrer estudos produzidos pela escola funcionalista norte-americana e outros de inspiração marxista, constatam, no entanto, que a variedade de definições para a comunicação afeta frontalmente o que se entende por “meios alternativos” ou “alternativas aos meios”. Deste modo, não é possível dar ao alternativo uma definição estável.

Os conceitos são cambiantes e ao longo da história recente comportaram a comunicação popular, marginal, contra o sistema capitalista e até mesmo a comunicação estatal socializada. Por conta disso, podem incluir de panfletos clandestinos a emissoras de TV a cabo. “O alternativo depende da conjuntura concreta de cada panorama comunicativo” e, neste sentido, “mais do que falar de comunicação alternativa, há que referir-se a elementos alternativos na comunicação” (FONTCUBERTA; MOMPART, 1983, p. 26).

Dentro dessa perspectiva mais ampla, com experiências de contestação que vão do movimento negro a grupos punks, um autor de referência na atualidade é John Downing

(2003). Ele observa que muitos dos meios alternativos foram gestados dentro de um modelo destinado a confrontar as estruturas ideológicas dominantes, a partir da noção de contra-hegemonia que se popularizou entre os grupos influenciados pelo pensamento gramsciano:

[Gramsci] esperava que os comunicadores intelectuais/ativistas se integrassem organicamente com as classes trabalhadoras para o desenvolvimento de uma ordem social justa e culturalmente superior, ao contrário dos intelectuais organicamente integrados com as classes dominantes, cujos esforços comunicativos fortaleceram a hegemonia do capital (DOWNING, 2003, p. 48).

Encorajar a diversidade no jornalismo é o papel central dos intelectuais, afirma Lauren Kessler (1991). A autora investigou a luta de grupos sociais, políticos e culturais que tiveram negado o acesso ao mercado da mídia dominante. Incapazes de obter um espaço justo para expor suas idéias, os dissidentes se retiram para criar os próprios canais de comunicação.

Kessler se refere à imprensa alternativa produzida nos EUA por socialistas, negros e feministas, entre outros segmentos sociais, como “dissidente”. Ao abordar as liberdades garantidas pela primeira emenda da Constituição daquele país, propõe o conceito de “supermercado de idéias”, segundo o qual a imprensa deve funcionar como um fórum “que ofereça ao público uma diversidade de teorias, pensamentos, sentimentos e opiniões” (KESSLER, 1991, p. 8). Lendo, ouvindo ou vendo os meios de comunicação de massa, o público pode decidir entre “comprar” (aceitar, concordar com) idéias e rejeitar outras.

Existência e tolerância à diversidade de idéias e opiniões são premissas da imprensa livre. Seus fundamentos podem ser encontrados na Areopagítica de John Milton, datada do século XVII – “Deixemos que a verdade e a falsidade se batam. Quem jamais viu a verdade levar a pior num combate franco e livre?” – e nas argumentações de John Stuart Mill, filósofo americano do século XIX – “Se toda a humanidade tivesse uma opinião e apenas uma pessoa tivesse opinião contrária, a humanidade não teria mais justificativa para silenciá-la, do que essa pessoa teria para silenciar a humanidade” (apud KESSLER, 1991, p. 9).

Lembra a autora que na América do pós-guerra, em 1947, um grupo de intelectuais liderados pelo reitor da Universidade de Chicago, Robert Maynard Hutchins,

elaborou diretrizes para uma imprensa democrática e responsável. Os jornalistas, segundo a chamada Comissão Hutchins, deveriam fornecer, entre outros, uma cobertura verdadeira, compreensiva e inteligente dos eventos do dia, em um contexto que lhes desse significado; a projeção de um quadro representativo dos grupos que constituem a sociedade, retratando justamente os grupos em conflito, sem estereótipos baseados em indivíduos; e total acesso à “inteligência do dia”.

Como observa Kessler, os membros da comissão, bem como outros críticos do século XX, ressaltaram a importância da participação de todos no “mercado de idéias”. A participação não deveria se basear na riqueza pessoal ou corporativa. De fato, eles insistiram para que o poder corporativo fosse amenizado a fim de se criar condições sob as quais cada indivíduo e grupo minoritário pudesse defender suas posições.

Os tribunais, particularmente no século XX, também apoiaram o conceito de mercado livre, prossegue Kessler. O juiz norte-americano Brandeis escreveu em 1927 que a liberdade “de pensar como quiser e de falar como se pensa” foi essencial para a busca da verdade política. Embora a liberdade de discurso tenha permitido que informações falsas ou equivocadas fizessem parte da discussão pública, para Brandeis, nada garantiria que a intervenção do governo prevenisse ou punisse a falsidade.

Citado por Kessler, um defensor mais recente da livre manifestação das idéias, o juiz Hugo Black, lembra que a diversidade na imprensa foi necessária para o bem estar da sociedade democrática. A primeira emenda escreveu Black em um caso antitruste contra a Associated Press, “baseia-se no pressuposto de que a ampla possibilidade de disseminação da informação, por fontes diferentes e antagonistas, é essencial para o bem estar do público; assim, a liberdade de imprensa é condição para uma sociedade livre” (KESSLER, 1991, p.11).

A pesquisadora norte-americana aponta a inexistência de uma troca aberta de idéias nas instituições convencionais de comunicação de massa, que só falam para um grupo médio na condição de defensoras do status quo. A nova história social, algumas vezes chamada de “história de baixo para cima”, pode oferecer o contexto necessário, visto enfatizar “vozes humanas, não institucionais”:

Nesse contexto, a história de imprensa pode se tornar a

investigação dessas pessoas, cujos esforços fazem parte de nossa herança jornalística, mas que não são parte do mainstream institucional. Olhando para a história da imprensa de baixo para cima é possível redescobrir um complexo mercado de idéias na apaixonada retórica dos despossuídos (KESSLER, 1991, p. 15).

A imprensa alternativa sempre coexistiu com a mídia convencional ao longo da história americana e é uma parcela relevante da herança jornalística daquele país, assim como o New York Times, o Chicago Tribune e a revista Times. Os veículos alternativos do passado compõem, segundo Kessler, uma “crônica esquecida de idéias, metas e ações daqueles que foram estranhos às regras de seu tempo” (1991, p. 154).

Foi a necessidade de comunicar idéias normalmente inaceitáveis, associada à falta de acesso à mídia de massa, que levou ao desenvolvimento de canais de notícias específicos de grupos dissidentes. Em muitos casos, observa Kessler, esses grupos teriam preferido usar a mídia convencional ao invés de criar suas próprias publicações. Não apenas porque gostariam de se comunicar com grandes audiências, mas também porque dessa forma não teriam de arcar com despesas extras. Muitos grupos dissidentes funcionaram com pouco dinheiro. Estabelecer e manter suas próprias publicações era parte de um grande esforço financeiro e eles só o fizeram por não ter outra alternativa.

Os homens e mulheres que devotaram seu tempo e energia para publicar jornais dissidentes eram pessoas convencidas tanto da correção de sua causa como do poder da imprensa. Eles eram os descontentes que queriam mudanças e os idealistas que acreditavam que essas mudanças eram possíveis. Muitos eram ao mesmo tempo líderes e cronistas de suas causas. [...] Para a maioria, jornalismo não era uma profissão ou um chamado separado de sua causa. Publicar um jornal ou uma revista não era o caminho da riqueza, era o caminho para um mundo melhor (KESSLER, 1991, p. 156).

Nos estudos sobre as formas contra-hegemônicas de comunicação, os meios são entendidos como parte do bem comum (naturais, econômicos, sociais e culturais), aos quais deve ter acesso o maior número possível de pessoas, como enfatiza Carlos Ayala Ramírez (1997, p.7): “O desenvolvimento dos meios de comunicação alternativos [...] que promovem e asseguram o exercício da liberdade de expressão e comunicação da sociedade é

uma necessária e oportuna opção para salvaguardar esse caráter de bem comum”.

Os grandes meios massivos nem sempre servem à verdade, ao pluralismo ou à paz, mas sim a preferências políticas e interesses privados, atesta o autor – que analisou experiências latino-americanas. Como conseqüência, esses meios vêm ocupando os espaços abertos em nome da liberdade de expressão para vender opinião e propaganda como se fossem informação. Nesses casos, o que é partidário torna-se interesse nacional, em detrimento dos interesses mais amplos “e em prejuízo de uma genuína liberdade de expressão” (RAMÍREZ, 1997, p. 12).

Em busca de uma conceituação possível para os meios alternativos, o autor enumera um conjunto de características, entre elas o fato de serem populares, participativos e plurais, além de contribuírem para a melhoria da qualidade de vida, buscar a excelência profissional e propor novos temas à agenda pública e política. Em resumo, tratariam-se de veículos que “mantêm um vínculo estreito com a maior parte da sociedade”; permitem uma relação mais horizontal entre emissores e receptores, “dando o poder da palavra a todos os setores sociais, especialmente aos que historicamente foram privados” desse poder; estão abertos a todos os segmentos, sem distinção; “são um lugar de campanhas em favor da saúde, educação, meio ambiente e dos direitos humanos”; visam à qualidade técnica e de conteúdo, “para saber responder às exigências dos novos tempos”; e investem na consciência crítica, estimulando a argumentação e o debate (RAMÍREZ, 1997, p. 32).

Na tentativa de esclarecer em que consiste essa experiência comunicativa e de onde deriva sua necessidade, Ramírez afirma que o alternativo resulta de um conceito histórico: “[...] por referir-se a realidades cambiantes que dependem da situação estrutural e conjuntural na qual se dá, vem cobrando um significado distinto, segundo o momento do processo e segundo o contexto no qual surge” (1997, p. 42). Não se trata, acrescenta, da mesma comunicação alternativa que se manifesta num quadro de negação total dos direitos dos cidadãos, como o último período das ditaduras militares na América Latina:

[...] naquelas etapas de nossa história de maior fechamento dos espaços de comunicação e de expressão, de maior distorção e ocultamento da verdade, de maior perseguição a pessoas e instituições identificadas com os setores populares, o alternativo se definiu por sua oposição à ordem

vigente. A ênfase principal estava em ser instância crítica e desmascaradora da ideologia e interesses predominantes. [...] para ocultar ou negar o que havia de legítimo neste tipo de comunicação, os mantenedores da ‘ordem’ passaram a satanizar o alternativo, qualificando-o de prática clandestina e desestabilizadora (RAMÍREZ, 1997, p. 42).

Em um contexto de maior abertura democrática, o cenário é diferente. Neste caso, a ênfase recai na maior pluralidade de fontes, no acesso irrestrito aos canais e no desenvolvimento de uma “consciência coletiva responsável, crítica e criadora”.

Diante da prática excludente no acesso à mídia, o alternativo se propõe a estabelecer o direito à liberdade de expressão para o conjunto da sociedade, democratizando meios escritos e audiovisuais. “O alternativo parte da convicção de que a ação comunicativa começa com a inserção na realidade [grifo do autor] de seus destinatários, isto é, se situa no mundo daquela parte majoritária da sociedade” (RAMÍREZ, 1997, p. 43-44).

Em um quadro de passividade, de esquecimento e indiferença, o alternativo aponta para a instauração de uma consciência coletiva com memória histórica, capaz de levar a uma atitude responsável, crítica e criadora. “Em outras palavras, se busca passar do obscurantismo e da censura ao exercício ativo do pensar e do divergir” (RAMÍREZ, 1997, p. 44). Em resumo, diz o autor, comunicação alternativa é:

[...] participação dos cidadãos, defesa do bem comum, serviço à verdade, mediação para resolver problemas da vida cotidiana, cultivo do debate responsável e pluralista, garantia efetiva de recepção e expressão para os legítimos movimentos sociais, políticos e culturais (RAMÍREZ, 1997, p. 45).

Neste cenário, conclui Ramírez, a comunicação alternativa aparece como a opção mais difícil, mais cara e perigosa, mas também como a experiência mais humanizadora, humanizante e democrática. Mais difícil porque supõe ir além dos modelos impostos pelo mercado de comunicação tradicional, que limita e condiciona suas mensagens à combinação entre publicidade, entretenimento e informação, e porque exige de quem a pratica “um grande esforço de criatividade e formação”. Mais cara, porque se a intenção é democratizar a palavra e fortalecer a sociedade civil, isto demanda recursos, ainda que modestos. Mais perigosa, porque se o comunicador

aposta na luta contra a injustiça e a corrupção, no “respeito à dignidade humana frente a pragmatismos utilitaristas”, em algum momento terá de enfrentar pessoas e/ou instituições.

O contraponto a esses desafios, acrescenta o autor, reside no fato de que a comunicação alternativa é democrática porque estende a palavra à parcela da sociedade despossuída de direitos fundamentais, e favorece o pluralismo comprometido com o bem comum. Humanizadora e humanizante, “eleva a qualidade da consciência coletiva e pessoal mediante o cultivo da racionalidade e da sensatez”, e, frente a uma cultura tomada pelo consumismo e narcisismo, propõe valores: “[...] a solidariedade compartilhada; a justiça como juízo crítico da arbitrariedade e da impunidade; a austeridade como freio ao luxo excludente e esbanjado; o fomento dos valores ecológicos frente à crise do meio ambiente, produto da chamada ‘civilização industrial’.” (RAMÍREZ, 1997, p. 52-54)

Experiências alternativas levadas a efeito no continente latino-americano também foram objeto da reflexão de Máximo Grinberg (1987). Ao constatar a proliferação de meios de informação e comunicação alternativos como “antídoto” ao monopólio da palavra por parte daqueles que exercem o poder político e econômico, o autor aponta dificuldades para a delimitação do conceito.

Ao defender que o “alternativo é factível através de diferentes meios e formas de comunicação”, não propõe uma opção aos “media como tais”, mas enquanto instrumentos do poder; do modo inverso, “o meio não é em si o alternativo (ou não o é necessariamente) mas o instrumento de uma opção promovida por um grupo de pessoas ou por um setor social” (GRINBERG, 1987, p. 19-20).

Para Grinberg, é alternativo todo meio que, num contexto onde setores privilegiados detêm o poder político, econômico e cultural, representa uma “opção frente ao discurso dominante”. O surgimento dessas vias alternativas de comunicação e informação é o “sintoma de processos que se verificam no fundo da vida social, uma tentativa de romper o cerco das estruturas informativas predominantes” (1987, p. 30-32). Recusando-se a adotar a tese frankfurtiana, observa que os meios são poderosos, mas não onipotentes:

Ao longo da história, as elites sempre usufruíram do monopólio da palavra escrita. E hoje acrescentam ainda

o monopólio da voz e da imagem, em escala de ficção científica. Se os meios fossem, porém, realmente, esses maravilhosos reprodutores da submissão, esses todopoderosos conformadores de consciências, a ordem social seria inamovível. Neste caso, deveria ser fechada, com resignação fatalista, toda possibilidade de mudança; teríamos que renunciar a todo projeto, por modesto que fosse, no sentido de construir as pontes para a democratização das estruturas econômicas, políticas e sociais, e, por conseguinte, das próprias estruturas de comunicação. Mas, felizmente, não vence a guerra de palavras e das imagens, mas o princípio de realidade (GRINBERG, 1987, p. 31).

Para Ciro Marcondes Filho (1989), no entanto, o jornalismo conformista de consciências, produtor de “mentes mal-informadas”, é uma questão central neste debate. Ao tratar da imprensa alternativa, o autor aborda experiências modestas e isoladas da imprensa europeia não-alinhada, “e subordinadas, evidentemente, à realidade histórico-social de que emergiram”. Cita publicações surgidas a partir do maio de 1968, como o italiano *Lotta Continua*, o francês *Liberation*, fundado por Jean Paul Sartre, e o alemão *Taz*. Apresenta teses, defendidas por esses jornais não-alinhados, de como poderia ser um “outro” jornal, não submetido às condições de produção impostas pelo campo hegemônico.

Esta nova imprensa não alinhada objetiva desvincular-se de correntes políticas, dando publicidade apenas aos movimentos e grupos postos à margem de processos políticos, econômicos e sociais. Os clichês que caracterizam a transmissão de notícias são, neste cenário, substituídos pelas novas técnicas do pensar, onde o receptor pode ponderar aspectos da questão sem receber definições prontas para serem consumidas. “Significa usar a capacidade de discernimento do receptor e permitir que ele, a partir do contrato com os elementos que compõem os fatos, possa formar sua opinião” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 151).

Deste modo, é fundamental que a transmissão de informação crítica esteja vinculada à prática concreta do receptor, colocando-o na condição de “agente da transformação” e não simplesmente de “conhecedor”. Quanto ao jornalismo brasileiro, atesta “um vazio”: A grande imprensa não satisfaz, em termos de substância, vitalidade e crítica, o espaço deixado pela pequena imprensa na década passada [anos 70]. Há, por outro lado, um público que salta de jornal em jornal, de revista em revista, sem encontrar um veículo seu. O vácuo

jornalístico na vida política e cultural brasileira é cada vez mais gritante e os veículos da grande imprensa cada vez menos o preenchem (MARCONDES FILHO, 1989, p. 178).

Não é somente nos períodos de exceção, porém, que o jornalismo desvinculado do poder dominante se manifesta. No final dos anos 1990, ao constatar o discurso neoliberalizante da grande imprensa brasileira, Werneck Sodré acusou-a de assumir uma tarefa sem precedentes em sua história: “a de deformar a realidade, ou de escondê-la”. No entanto, “por razões que a dialética explica”, identificou, naquele cenário, o grande esforço representado pelo aparecimento de centenas de jornais pequenos, alguns efêmeros, “preenchendo o vazio que a grande imprensa estabeleceu em relação ao que é nacional e ao que é democrático” (1999, p. XVI-XVIII).

Para o historiador, o “Brasil real”, reconhecido pela enorme diversidade, poderia redefinir seus traços e rumos na “proliferação de jornais que contrastam, em tudo e por tudo, com o quadro estabelecido pela grande imprensa, a imprensa tradicional”. Esses veículos de menor porte “refletem com mais clareza e justeza a paisagem social e política do País”, ao abrir espaço aos problemas das classes menos favorecidas, com a discussão de propostas que comportam os “interesses daquelas camadas de opinião que não encontram guarida nem vez na imprensa oligopolizada” (SODRÉ, 1999, p. XVIII).

Considerações finais

Evidentemente, as singularidades históricas não permitem que se busque importar, para o presente, o modelo de jornalismo contra-hegemônico produzido no país durante a fase mais tenebrosa do regime ditatorial para a imprensa alternativa – que vai da decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, à onda de atentados contra bancas de revistas que vendiam jornais dissidentes, no início dos anos 1980 (cf. KUCINSKI, 1991).

Se nos anos 1960 e 70 o embate se dava especialmente contra o autoritarismo do regime, hoje tem como alvo preferencial o discurso unissonante da grande imprensa. Novos formatos e linguagens e a defesa de causas vistas com desprezo pela mídia dominante se materializam nessas iniciativas recentes.

Seja na forma impressa, audiovisual ou por meio de sites e blogs, essas formas alternativas de jornalismo no Brasil

da pós-ditadura têm em comum a proposta de atuarem como uma espécie de contrapoder no campo midiático, buscando meios de trazer à tona um outro discurso da realidade, cuja marca singular é a recusa ao consenso.

Entre os exemplos que consideramos modelares, neste campo, estão a revista mensal *Caros Amigos*; a agência online *Carta Maior*; o jornal *Brasil de Fato*, e o quinzenário *Jornal Pessoal*, de Belém do Pará. Esses veículos expressam um modelo de jornalismo que pode se apresentar como alternativo, dissidente ou de resistência. A discussão fundamental reside no fato de que são experiências contra-hegemônicas, conduzidas de modo a ecoar não só questões historicamente recusadas pela grande imprensa, mas também no sentido de uma outra leitura possível para o modo como os fatos são narrados.

Esses periódicos operam em um segmento da esfera pública onde podem ser encontradas entidades como o FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação) e *Intervozes*. A exemplo dos veículos alternativos, essas organizações não-governamentais têm a tarefa comum de estimular o olhar vigilante e crítico dos cidadãos ao “segundo poder”, ou “poder midiático” de que fala Ignácio Ramonet (1999, 2003), quando atribui às corporações de mídia o papel de gerir ideologicamente a globalização.

Nesse campo também ganha ênfase o chamado “midiativismo” (cf. PASQUINELLI, 2002), que pode ser entendido como o uso político, estético e estratégico dos novos e antigos canais midiáticos por pessoas, grupos e entidades empenhados na militância anticorporação. Essa militância é definida por Naomi Klein (2003) como a oposição à lógica segundo a qual o que é bom para os negócios é bom para a sociedade.

Trata-se de fenômeno típico do final do século XX e início do século XXI, sobretudo nos Estados Unidos e Europa, com as manifestações de Seattle, em 1999, e Gênova, em 2001, onde as redes de comunicação foram decisivas para a mobilização popular. O que une tantas e tão distintas aventuras humanas, em suma, é o rechaço ao consenso fabricado pelas elites econômicas, políticas e midiáticas.

Em síntese, como alertam Luiz Ramiro Beltrán e Elizabeth Fox (1982), num ambiente de dominação onde a prática jornalística é alvo de omissões, distorções e manipulação deliberadas, os meios alternativos têm a possibilidade de discutir o pouco que se informa, mas também o que não

se informa, quem informa e como o faz.

REFERÊNCIAS

- BALDELLI, P. **Informazione e controinformazione**. Milão: Mazzota, 1972.
- DOWNING, J. D. H. **Mídia radical - Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2002.
- ENZENSBERGER, H. M. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. São Paulo: Conrad, 2003.
- FONTCUBERTA, M. de; MOMPART, Josep L. G. **Alternativas en comunicació**. Barcelona: Mitre, 1983.
- GRINBERG, M. S. (Org.). **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- KESSLER, L. **The dissident press: alternative journalism in America**. California (EUA): Sage Publications, 1991.
- KLEIN, N. **Cercas e janelas: na linha de frente do debate sobre globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.
- _____. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- LINS DA SILVA, C. E. **Comunicação, hegemonia e contra-informação**. São Paulo: Cortez; Intercom, 1982.
- MARCONDES FILHO, C. **“Contra-comunicação oficial e espontânea”**. In: LINS DA SILVA, Carlos E. **Comunicação, hegemonia e contra-informação**. São Paulo: Cortez; Intercom, 1982. p. 59-69.
- _____. **O capital da notícia – Jornalismo como produção social de segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1989.
- MORAES, D. **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 243-252.
- PASQUINELLI, M. **Mediactivismo - Estratégias y prácticas de la comunicación independiente**. Roma: DeriveApprodi, 2002.
- RAMÍREZ, C. A. (Org.). **Comunicación alternativa y sociedad civil**. San Salvador: Fundação Konrad Adenauer, 1997.
- RAMONET, I. **A tirania da comunicação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- _____. **“O poder midiático”**. In: MORAES, Dênis de. **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 243-252.
- REYES MATTA, F. (Org.). **A informação na nova ordem internacional**. Coleção Educação e Comunicação. Vol.3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Machado de Assis: Teoria literária e leitor - modelo na demiurgia lingüística

Machado de Assis: Literary Theory and model - reader in linguistic demiurge

Orlando Antunes Batista

Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo

Resumo

No ano do centenário da morte de Machado de Assis julgamos importante retomar as discussões sobre a classificação do autor dentro da Literatura Brasileira. O ensaio discute a presença de indícios que demonstram as distorções estéticas que pairam sobre os críticos literários e autores de livros didáticos. A marginalização de Machadinho não tem razão de ser e os preconceitos sobre os textos podem ser destruídos a qualquer momento. No caso d' *O enfermeiro*, a discussão sobre a relação entre a Bíblia sagrada e o texto do autor brasileiro se retoma a antiga proposição da teoria literária onde o mito de interesse alimentaria o desenvolvimento de novas formas estéticas. Nem sempre a teoria da literária fornece informações sobre a conduta a ser exercida pelo leitor e o fracasso na compreensão passa a ser um produto impregnado de incoerências. Destacaremos ainda o valor da obra *Várias histórias* (1896) enquanto um núcleo simbólico da trajetória de Machado de Assis, abrindo, assim, novas veredas para futuras hermenêuticas.

Palavras-chave: Teoria literária. Literatura Brasileira. Teoria da recepção. Teoria da leitura.

Abstract

In the year of the centenary of the death of Machado de Assis deem important to resume the discussions on the classification of the author in the Brazilian Literature. The test discusses the presence of evidence that shows the distortions aesthetic that hover on the literary critics and authors of textbooks. The marginalization of Machadinho has no reason to be and the prejudices on the texts can be destroyed at any time. In the case d' 'The nurse, the discussion on the relationship between the Bible and the sacred text of the Brazilian author takes up where the old proposition of literary theory where the myth of food interest the development of new aesthetic forms. Not

always the theory of literary provides information on the conduct to be exercised by the reader in understanding and failure becomes a product impregnated with inconsistencies. We will detached the value of the work *Several stories* (1896) as a symbolic nucleus of the trajectory of Machado de Assis, hence open up new paths for future hermeneutic.

Keyword: Literary theory. Brazilian Literature. Theory of receipt. Theory of reading.

Introdução

Como o barro está nas mãos do oleiro,
Que o amolda e o dispõe,
Dando-lhe todas as formas que deseja,
Assim é o homem na mão de quem o criou,
E que lhe retribuirá segundo o seu juízo.
Eclesiástico: 33,13-14

1. O texto e o leitor

A sabedoria do escriba lhe vem no tempo de lazer.
Aquele que pouco se agita adquirirá sabedoria.
Eclesiástico: 38,25

Durante a constituição do ato de leitura literária necessitamos de estabelecer um confronto entre os tipos de textos e os tipos de leitores e para discutir a questão da possibilidade de se obter uma teoria sobre o ato de leitura selecionamos o conto *O enfermeiro* (In- *Várias histórias*, 1896) de Machado de Assis.

Partimos do ponto de vista de que a partir de 1873, Machado de Assis já está de posse do virtuosismo literário, pelo modo de catalogar suas obras posteriormente em obras ironicamente intituladas de *Várias histórias* (1896), onde encontramos com o texto *O enfermeiro* integrado entre dezesseis contos. Posteriormente, iriam surgir as obras

Papéis avulsos (1882) e Histórias sem data (1896).

Em se tratando de um texto controvertido para a crítica literária tentamos ilustrar o contexto onde a consciência do leitor deve atuar. Inicialmente, ordenamos as pragas que afligiriam, via de regra, o comportamento do leitor.

Frisamos que entre o espaço entre o leitor comum e o leitor modelo devem ocupar no ato de leitura se projetam as dez pragas (Batista, Saberes para a educação do futuro, 2005) criando vícios no processo de formação do leitor. Esta submissão do leitor a um comportamento incorreto provocaria a construção do ato de leitura de maneira inconsistente e que poderia tornar esta análise, à primeira vista, um tanto desprovida de sentido.

Eis aqui as pragas: 1 - cobra: o leitor tem pudor ou medo de abordar semioticamente o signo; 2- sangue: adentrar o texto de modo inconseqüente; 3- rã: o leitor salta de um lado para o outro no texto; 4- mosquito: ter receio de olhar o valor simbólico da imagem; 5 - moscas: o leitor se fixa num único ponto de leitura; 6- peste: a percepção do leitor não consegue se livrar da dependência do questionário; 7- chuva de pedras: joga o leitor precipitadamente a emoção e atinge o texto aleatoriamente; 8- gafanhoto: a consciência do leitor enfileira os significados na ordem da paráfrase do texto; 9 - trevas: não consegue o leitor descobrir um eixo de leitura para obter a compreensão no texto; 10 - morte dos primogênitos: o leitor implode a interação com o texto por escolher uma impressão de leitura como verdadeira; 11- Páscoa da leitura: só acontece com o uso de um ritual pelo leitor centrado no protocolo de leitura que privilegia, por sua vez, a seleção de um eixo de interpretação.

Partindo do conceito de ‘pragas do leitor’, aventuramos na seguinte hipótese de leitura: em que sentido a Bíblia Sagrada poderia ter motivado Machado de Assis a escrever o conto O enfermeiro? Apoiamo-nos, de início, nas palavras de D. Hugo Bressane de Araújo (O aspecto religioso da obra de Machado de Assis, 1978:

Machado de Assis buscou nas Escrituras, como em Dante e Shakespeare, belezas literárias e usava com frequência de reminiscências, episódios ou versículos do livro santo como roupagem elegante dos humorismos e de lirismo que aos milhares lhe marchetam os livros.

Ressalte-se que D. Hugo Bressane de Araujo não faz menção ao conto O enfermeiro e de suas relações com a Bíblia.

2. Teoria literária

No início de nossa formação de leitor encontramos referência à conceituação de personagens dentro da tipologia de planos e redondos (Forster, 1922). Logo em seguida observamos que aparecia uma visão sobre a motivação estética (Formalistas russos, 1925), que ampliava a rígida divisão da teoria americana. Posteriormente, nos deparamos com o conceito de nomes falantes, organizado primeiramente por Roland Barthes (Proust e os nomes, Paris, 1969) e depois adotado pela Lingüística (Dicionário de narratologia, 1980). A partir deste conceito de nome falante que pretendemos revolver a estrutura narrativa de O enfermeiro para atualizar o valor dessa narrativa no contexto obra machadiana dentro de princípios críticos mais científicos e demonstrar que se trata o texto O enfermeiro de uma obra prima para a literatura universal.

Todo texto deveria proporcionar uma experiência pelo ato de leitura. No entanto, essa atividade não é cobrada por ninguém e o leitor não tem nenhuma preocupação com uma explicação sobre o texto e, quando o faz, não expõe provas de que realmente compreendeu o texto. Outro dado importante que apresentamos situa-se dentro do grau de compreensão obtido pelo leitor e que precisaria ser medido dentro de uma síntese. De que modo inserir uma síntese, enquanto Compreensão, se a obrigação de um texto seria a de camuflar sempre um veneno sutil, tal qual previu Vigostki na obra Psicologia da arte?

O conflito entre as subjetividades do autor e do leitor preponderam sobre a construção do ato de leitura e nem sempre o Sentido aparece de forma nítida na concretização do ato de leitura. A vagância entre os pontos de indeterminação é tanta que a consciência do leitor não consegue apreender os pontos que poderiam ser elementos a serem conectados para a construção de uma síntese.

Via de regra, a teoria literária se afasta do problema da motivação estética quando não atenta para o fato de que se não existe texto puro também não deveria existir um texto distante do outro. Assim, nos propomos a mostrar que os dezesseis contos de Várias Histórias compõem, na realidade, um projeto estético cuja definição seria explicada por este verbete contido em Dicionário de Símbolo e que tem esta organização: Este número, múltiplo de quatro, indica a realização da força material. Enquanto tal, toma também uma força moral perigosa, a

da exaltação de um orgulho, de uma vontade de poder sem controle: Jacob Boheme designa, através desse número, o oposto ao Nirvana. A valoração do conto O enfermeiro aparece mais consolidada quando tem, ainda, o valor da multiplicação da vicissitude e do renascimento.

3. Os mandamentos e a consciência do leitor

Bem sabemos que a leitura depende do comportamento da consciência do leitor e para que haja uma educação da consciência do leitor necessita ela de um conjunto de regras estabelecidas sob o rótulo de mandamentos do leitor. Se nem os mandamentos religiosos na maioria das vezes não são respeitados imaginem o que se poderia dizer a respeito dos mandamentos literários.

As dificuldades para a análise de um texto literário se encontram no comportamento do leitor que é muito exigido na teoria e pouco cumprido na prática pela maioria dos analistas de textos literários. O que mais tem predominado sobre a visão de um texto é o impressionismo, provocado, na maioria das vezes, pela má formação lingüística do leitor e pelo receio dele em tentar romper os padrões anteriormente estabelecidos pela História da Literatura e crítica literária. Assim, temos, nesse contexto, o conto ora analisado observado enquanto um dos mais marginalizados em antologias e livros didáticos.

De que modo representar a produção de conhecimento extraída de um texto, eis o ângulo que nem sempre é considerado quando se trata da construção de um ato de leitura. Representar a concretização nos parece um momento importante para frisar até que ponto o leitor conseguiu apalpar a consciência de vida, segundo conceito de Roman Ingarden, existente no texto, enquanto comportamento para projetar uma Forma, reveladora de que a compreensão esteve presente no texto e extraiu um conhecimento portentoso e singularmente definidor do perfil do leitor.

4. Não existe texto puro

No caso do eixo de nossa leitura literária pretendemos avançar na análise questão da teoria da influência textual (Harold Bloom, *A angústia da influência*: 1974) e na teoria da intertextualidade e para tanto tentaremos discutir a projeção da consciência de Machado de Assis agindo dentro do conceito de mito de interesse (Northrop Frye, 1969) ao observar de que modo Machado de Assis

veio, ironicamente, provocar uma re-análise das bem-aventuranças contidas na Bíblia e de outros mitos nela instalados.

Para que uma compreensão do texto seja instalada exige-se que o leitor apresente um poder de análise oriundo de uma consciência lingüística que não respeite fronteiras e procure adentrar um limite abissal na estrutura profunda dessa obra de arte machadiana. Uma vez que não existe texto puro e que o texto tem de depender sempre doutro texto, nada mais natural do que se propugnar também a usar as mesmas imagens que aparecem no discurso de um texto para tentar compreendê-lo. Assim, o emprego de Cores, Figuras e Símbolos nos parece ser um modo natural de agir para lutar pela compreensão do que existe no emaranhado de uma massa verbal denominada de discurso.

5. A questão da consciência e a consciência de vida no texto

N'O enfermeiro visualizamos Machado de Assis lutando para conquistar um espaço dentro da Literatura Brasileira e para afirmar o grau de sua nacionalidade literária, ainda em pleno Império, vem o autor colocar em crise uma suma religiosa intitulada de Bíblia Sagrada. Observemos que o escritor brasileiro procura caracterizar de forma magistral a função do texto literário destinado a ser um espaço de discussão e revisão de valores, enquanto a História da Literatura Brasileira ainda insiste em dividir a produção machadiana em duas fases.

Pelo nosso eixo de leitura, centrado apenas no plano onomástico, procuramos discutir a teoria literária e o papel do próprio professor quando se serve da Literatura para analisar valores existenciais dentro do discurso literário (Batista, 2005).

Pretendemos mostrar na análise que a partir apenas de dois nomes de personagens o nosso Machadinho, como era ironicamente chamado pela crítica literária de seu tempo, estabelece uma luta entre o que se poderia chamar simplesmente de inspiração e transpiração intelectual. Na realidade, há que se dizer que O enfermeiro é o produto da fusão de experiências realizadas anteriormente pelo escritor.

Para a determinação do que denominamos de consciência de vida nos servimos do apoio oferecido por Roman Ingarden (*A obra de arte literária*, 1930, capítulo 13) e curiosamente denominado de A vida a obra literária e

que, sob o nosso ponto de vista só poderia a Vida exposta no texto ser apreendida se o leitor estivesse de posse de um protocolo de leitura onde esteja circunscrita nele uma fase denominada por nós, curiosamente, de consciência de vida (Batista, 2005) e que culminaria com a epifania do Sentido através de uma síntese semiótica.

Neste momento da análise caberia a inserção da questão biográfica de Machado de Assis que anota em si o fato de que esse autor foi sacristão enquanto que Procópio havia sido 'copista'. Não fosse somente este detalhe e a pura coincidência seria uma dedução natural e, no entanto, temos espaço para propor outra analogia onde se vê a ascensão gradativa de Machado ao sair da origem pobre e atingir o cume da evolução social ao se tornar escritor e Presidente da Academia Brasileira de Letras.

Uma vez que não existe texto puro, procuramos as raízes do texto O enfermeiro e detectamos que a estrutura de Procópio (Iaiá Garcia, 1878), José (Nem uma nem outra, In – Contos fluminenses, 1870) Gomes (O segredo de Augusta, In - Contos fluminenses, 1870) e Valongo passam a estabelecer um novo conceito de produtividade textual onde a personagem se vê diante do número quatro, organizador do nome falante que multiplicado por si mesmo daria o número dezesseis, correspondente ao número de contos. Vê-se que O enfermeiro se torna o digladio da Mente contra si mesma ao desejar construir simbolicamente uma Torre de Babel onde se diluíssem as humanas dúvidas com relação à Verdade. O Silêncio, não percebido pela pobreza mental leitor, estabeleceria muros e dele a Torre nasce e procura elevar a alma até a Deus.

6. A construção do ato de leitura

Vamos nos servir da visão de Tzvetan Todorov (Os gêneros literários, 1978) para agir hermenêuticamente dentro do discurso, utilizando-se dos conceitos de narrativa do autor, imaginário do autor, imaginário do leitor e narrativa do leitor.

No conceito de imaginário do autor devemos projetar as crenças admitidas e as que devem ser questionadas. Desse conflito é que se propõe a análise a perscrutar a psique de Machado através de uma pormenorizada sondagem.

O direito do leitor seria o de possui um imaginário organizado teoricamente para que o mundo da leitura fosse vivenciado num espaço onde as contradições estabelecidas dentro da má sistematização de conceitos e princípios existentes na teoria literária fossem dissipadas.

Os estudiosos do fenômeno lingüístico ainda não se deram conta de que a teoria pode ser falível e sendo os experimentos no campo da leitura escassos o que vamos apresentar, enquanto construção e concretização, pareceria, à primeira vista, no mínimo rotulado de absurdo.

De que modo estabelecer o mínimo de intersecção exigido por Antoine Compagnon (O demônio da teoria, 2001) dentro da consideração do ato de leitura como tarefa aberta e visto como um teste instrutivo para o leitor?

Caracterizamos o texto O enfermeiro enquanto o nono texto e o valorizaremos enquanto imagem de Plenitude, onde a Mente procuraria uma análise completa e portadora dos significados de solidariedade cósmica e de redenção que tem consciência de que após um fim, ocorrido no texto, acontecerá um reinício, a ser provocado talvez com o surgimento de Memória Póstumas de Brás Cubas.

Desenvolvimento

1. Quem é quem na ciranda da vida

Tristeza vale mais do que riso,
Porque a tristeza do semblante é boa
Para o coração.

Eclesiastes: 7,1

Machado de Assis pretende criticar as relações humanas e lutando por ultrapassar a visão que Honoré de Balzac inseria em suas obras literárias. Nesse sentido, cabe-nos a responsabilidade de mostrar a necessidade do leitor possuir uma formação lingüística do mais elevado grau para apreender o que se encontra na região abissal do texto e, contrariando o que a maioria dos críticos tem feito a respeito da obra machadiana (Batista, 1989, inédito), ao partir do todo para as partes, optamos por iniciar a análise indo das partes para a compreensão do todo.

Do choque entre os nomes Felisberto e Procópio José Gomes Valongo retiramos os valores para construção do nosso ato de leitura. Existe um cruzamento de valores semióticos entre estes nomes, que se estabeleceria desta forma:

FE	LIS	BER	TO
PROCÓPIO	JOSÉ	GOMES	VALONGO

Para o leitor ingênuo e até para a crítica literária o texto ronda o campo de ser rotulado na categoria de conto fantástico ou absurdo. No entanto, para o leitor modelo, o texto tem um fundamento lingüístico que só poderia ser encontrado através de pormenorizado levantamento de detalhes, surgido pela inserção do pensamento matemático na análise. Este tipo de ação levaria o leitor a atentar também para as personagens que não possuem nome e tentar compor um raciocínio de precisão na análise.

Nesta fase do ato de leitura mostramos que a estrutura onomástica dos dois personagens possui quatro partes. Aqui, a despeito da descrença do leitor ingênuo, a heurística de probabilidade relativa entra em ação e impulsiona o horizonte lingüístico existente no texto para um campo de conjecturas mais sólidas, a serem retomadas mais adiante em nossa análise.

A relação entre fragmentos do texto e da biografia de Machado de Assis mostra o texto *O enfermeiro de espaço* para reflexão sobre o fato de que Procópio é ajudado por um anjo da guarda e biograficamente podemos considerar Maria José de Mendonça Barroso, a ‘madrinha’ enquanto um dos guias da trajetória existencial do mulatinho, como foi considerado por Renard Perez. Seria apenas coincidência o fato de que Procópio possuía um José na sua estrutura nominal?

1.1. O plano onomástico

A construção da obra, enquanto resultado de soma de experiências anteriores, mostra o ardid criado por Machado de Assis em *O enfermeiro*. Procópio tem em sua etimologia o significado de ‘o que prospera’ e Felisberto ‘o que tem idéias brilhantes’. A partir desta constatação semântica o jogo no ato de leitura pode ser iniciado, sob pena de ocorrer confusão entre as consciências do narrador, narratário e o próprio leitor ser enviado para um labirinto de significados e atingir uma dispersão.

Pela questão do emprego da intuição, inserida na quarta fase de nosso protocolo de leitura, conseguimos ultrapassar a fase da emoção e de julgar, impressionisticamente, o conto *O enfermeiro* e deixar de seguir até as opiniões da crítica literária e da própria História da literatura brasileira. O método de leitura, usando a intuição, nos levaria a usar as matrizes onomásticas para ultrapassar também a fase do sentimento e ir pela fase da inteligência ao encontro de outras justificativas para a determinação

do valor de uma obra de arte.

Ao nos propormos a analisar o texto pela estrutura onomástica verificaremos que a fase da espiritualidade se torna mais concreta dentro da experiência da leitura. Desse modo, fomos nos orientando até atingirmos a fase da vontade, quando a determinação do horizonte de leitura ia se tornando cada vez mais fácil. Embora Roman Ingarden conceitue o ato de leitura como uma fantasia (*A obra de arte literária*, terceira parte, capítulo 13, parágrafo 63,4) poderemos afirmar que ela não é inerente somente aos textos verbais e poderia ser extraída dos discursos teatral e cinematográfico.

Desde 1930, a questão da estrutura tem perturbado o andamento da construção dos manuais de teoria literária e raramente a vivência desse conceito aparece em estudos literários. Para discutir a diferença entre modo ‘errado de ler’ e atitude original’ (Ingarden, op. cit., capítulo 13, parágrafo 64) a análise nos levou a pesquisar uma maneira de projetar uma estrutura ou mecânica das idéias pelo uso do protocolo de leitura.

Cite-se, no decorrer desta análise um outro fato que associado a outros de índole biográfica demonstra que as coincidências vão aumentando entre *Texto e Autobiografia* porque com o falecimento de Manuel Antonio de Almeida, em 1861, foi rezada uma missa, tal qual aparece ela mencionada no conto *O enfermeiro*. Descarte-se a pura analogia porque o conto foi escrito em 1873.

1.2.1. Sempre há um ponto de partida

A análise do plano onomástico de Felisberto provoca a descoberta de uma ambigüidade para o nome desse personagem. Há a superposição de ‘Fel’ e ‘Feliz’ na primeira sílaba e ainda daria a oportunidade de uma terceira alusão de significado, lendo dentro do conceito de terceiridade o sentido de ‘cinza’ através da paronomásia entre ‘lis’ e ‘lix’ e o de ‘lis’ com ‘flor de lis’.

Não seria descabido de nossa parte afirmar que, com relação à metáfora ‘flor de lis’, caberia um relacionamento com o provérbio ‘não é flor que se cheire’, pertinente ao controverso comportamento de Felisberto dentro do texto.

A missão desse personagem no texto deve ser cumprida a qualquer custo e as peripécias vivenciadas por Procópio demonstram que na primeira sílaba de Felisberto ainda seria possível encontrar o sentido de ‘Fé’, que estaria,

por sua vez, aliado às virtudes teológicas da Esperança e Caridade.

No conjunto do plano onomástico de Felisberto encontraríamos também o produto alcançado pela existência do personagem, revelando-o simultaneamente ‘Feliz’ e ‘liberto’ por ter cumprido o seu Destino, ainda que escrito por linhas tortas. Se fossemos pela análise do ícone presente na letra F diríamos que a relação entre Céu e Terra está na linha reta I e a confusão do destino de Felisberto está nas duas linhas horizontais que formam a letra inicial de seu pré-nome. Opondo-se a esta dispersão de forças temos na letra P do nome do enfermeiro a relação Céu e Terra e no círculo o aprisionamento de tudo aquilo que saiu das mãos de Felisberto e passou para a de Procópio.

Partindo da análise da Letra na estrutura nominal das personagens, não deixamos em nenhum momento de agir contra a teoria literária visto que o próprio Roman Ingarden recomenda que o leitor observe e escolha os pontos de indeterminação que estão difusos na massa verbal do discurso.

O conto O enfermeiro nos parece ser um ponto interessante na trajetória de Machado de Assis porque entre 1867 e 1873 ‘dificuldades financeiras’ continuaram afligindo o homem que havia nascido na pobreza, em 1839. Vejamos este trecho do Esboço biográfico, de Renard Perez:

“Vinha, pois, de São Cristóvão diretamente para a velha igreja, ajudava a missa, embolsava a pequena espórtula que lhe assegurava o pão de cada dia – conjetura sua biografia.”

Seria o texto O enfermeiro um exemplar de sua conduta diante das pseudo -autobiografia que costumava exercitar no decorrer de suas obras, tais como Memórias Póstumas, Memorial de Aires, Dom Casmurro?

1.2.3. No fluxo do Caos

Quanto ao papel representado por Procópio temos a esclarecer que na primeira sílaba encontramos em ‘Pró’ o sentido de ‘favorecimento’, ‘a favor’. Na segunda sílaba, ‘cópio’, detectamos nessa partícula o trabalho de ‘copista’ e pelo desmembramento dela percebemos a unidade ‘pio’, indiciando a imagem de ‘piedoso’, a ser exercitada quando a personagem atua enquanto enfermeiro de Felisberto. A sagacidade argumentativa de Machado de Assis aparece quando em José vislumbramos duas sílabas

representando passagens do conto. Em ‘Jo’ surge uma alusão a Jó, projetado no sofrimento de Procópio diante das agruras proporcionadas pelo Destino, antes e depois da morte de Felisberto. Na segunda sílaba ‘se’/‘zé’ surge a idéia de anonimato, estabelecida antes do encontro com o primeiro padre.

Outro exemplo, agora desmembrado da riqueza semântica diluída dentro do texto, surge quando encontramos em Valongo as imagens de Tempo e Espaço a serem percorridas durante a vida de Procópio. A separação das sílabas cria um jogo de valores aonde ‘Vá’ sugere a concepção de que o imperativo jogaria Procópio nas malhas do Destino e ‘longo’ indicaria o Futuro enquanto espaço de realização existencial. O jogo de Tempo e Espaço surge neste conto delimitado pela estrutura onomástica de Procópio José Gomes Valongo, senão vejamos:

Procópio	José	Gomes	Valongo
Água	Fogo	Terra	Ar
Fé	lix	lis	berto

À medida que procurávamos analisar o texto outros destaques surgiam em nossa mente e o fato de Procópio José Gomes Valongo ter obtido uma tranqüilidade financeira pode ser intercalado no ponto biográfico onde o salto entre pobreza e riqueza será medido em 31 de dezembro de 1873, quando Machadinho é nomeado primeiro oficial da Secretaria da Agricultura, com um nobilíssimo salário. Não foi digamos assim, um ‘vá-longe’ a comparação entre Passado e Presente do escritor.

2. O Destino escreve torto por letras certas

Meu filho, se acolheres minhas palavras
E guardares com carinho meus preceitos,
Ouvindo com atenção a sabedoria,
E inclinando teu coração para o entendimento;
Se tu apelares à penetração,
Se invocares a inteligência,
Buscando-a como se procura a prata;
Se a pesquisares como um tesouro,
Então compreenderás o temor do Senhor
E descobrirás o conhecimento de Deus,
Porque é o Senhor quem dá a sabedoria,
E de sua boca é que procedem a ciência e a prudência.

Provérbios: 2,1-6

Nesta parte da análise procuraremos extrair o comportamento da consciência lingüística de Machado de Assis, servindo-nos dos procedimentos da intuição e dedução para revelar a construção de uma forma que solidificasse a visão de uma filosofia existencial ordenada na poética machadiana.

O saber filosófico de Machado de Assis aparece no conto O enfermeiro convertendo a Terra num palco onde cada ser tem de desempenhar o seu papel. O plano da Terra corresponderia à imagem do Kosmos (significando Ordem e Beleza) e o Céu estaria significando o Panta Rhei (onde tudo flui em várias direções). Há que se observar o fato de que três padres aparecem no destino de Procópio, simbolizando o Céu. A luta entre o que há no Céu, simbolizado pelos três padres, e o que Terra, indicado pelos três gatinhos, insere nossa linha de leitura para projetar na fase da síntese a figura do hexagrama, a ser visto mais adiante em nossa análise.

O sentido de Ordem está disperso no discurso do narrador Procópio. Tem ele um amontoado de fatos que estão sendo alinhavados no seu discurso e entregues a um narratário. A dispersão das anotações sobre o Passado deixam entrever que no Futuro o narratário irá tentar decifrar o enigma, visto que o Presente permanece como um turbulento Caos. Ao leitor, concebendo-se a hipótese de que o narratário trocará opiniões com o Leitor sobre o que foi transmitido ao narratário, caberia a responsabilidade de tentar organizar a Incerteza num máximo de probabilidade possível. Há que se fazer neste momento da hermênutica textual um contraponto entre o conto Aurora sem dia (In - Contos fluminenses, 1870), onde a personagem Luís Tinoco sentia-se disperso diante das inquietudes do futuro, com a personagem Procópio onde o sobrenome

enquanto ponto nevrálgico da biografia de Machado, visto que não encontramos uma destas analogias nas biografias do escritor.

2.1. O Todo em migalhas

O simples moralista, esse sim, pode orgulhar-se da sua moralidade, do seu altruísmo, porque não conheceu nenhuma concepção mística, oriunda da alma do Universo. A moralidade é fabricação humana - a ética é uma invasão cósmica da mística.

Huberto Rodhen- Einstein- O enigma do universo, p. 139-140

O ato de ler corresponderia a um momento onde as forças da ascese, êxtase, catarse e sublimação se harmonizariam para a produção de conhecimento. Neste horizonte de leitura o movimento da consciência do leitor iria encontrar sobre a estrutura onomástica de Procópio José Gomes Valongo a projeção de sete raios, correspondendo, metaforicamente, à presença do Espírito Santo protegendo a existência do copista Procópio. Visualizamos a estrutura onomástica distribuída na tabela vocálica para confirmar as ações do enfermeiro no texto:

Pela análise numérica do nome de Procópio encontramos no plano vocálico a síntese numérica no número quatro, considerado enquanto representação da solidez e da própria obstinação que impulsiona essa personagem e faz o plano vocálico juz às quatro partes que compõem a estrutura onomástica do herói. A contradição entre Procópio e Felisberto se mostra mais evidente quando notamos que o seu plano vocálico situa-se na síntese numérica onze e que denota tensão e transgressão, por ser este um número mestre e irreduzível numa soma. O que vem sendo discutido até pela crítica textual pode ser

A	E	I	O	U
1	2	1	6	1
partida de um ponto em duas direções por um propósito vital	três direções para conflito entre seres	impulso de unificação entre seres	união entre seres	harmonia entre seres

Va-longo é o oposto de Tino-oco. O conto ora trazido à baila demonstra que o fato de em 12 de janeiro de 1861 descortinar-se o futuro promissor acentua ainda mais o poder da ficção para auto-análise e coloca O enfermeiro

usado para confirmar o nosso ato de leitura dentro de um momento de coleta/colheita entre os signos para a criação de fractais entre as unidades significativas do signo! O que proporcionamos neste ato de leitura surge apenas para

exemplo do que deveria estar sempre ocorrendo em todos os atos de leitura, para que o confronto entre texto e leitor fosse, rotineiramente, um teste para a real capacidade do escritor diante do poder da História Literária e porque não dizer da própria mídia literária!

Não seria o Padre Silveira Sarmento, Paula Brito e Manuel Antonio de Almeida os ‘três anjos da guarda’ que são citados no início do conto O enfermeiro?

2.2. O Narrador e o leitor modelo e suas batalhas pela Verdade

É ela (a Sabedoria), com efeito, mais bela que o sol
E ultrapassa o conjunto dos astros
Porque à luz sucede a noite,
Enquanto que, contra a sabedoria, o mal não
prevalece.

Sabedoria: 7,29-30

Os conflitos que são distribuídos pelo narrador ao narratário estabelecem um caos porque para cada vez mais sobre as palavras de Procópio ora uma turbulência ora uma certeza diante dos fatos acumulados no decorrer da confissão.

A imagem do Sol, contrapontada com a da Noite, vem mostrar que há a necessidade de se ter um olhar atento para ultrapassar o impressionismo do senso comum para que a verdade venha à tona. Os três gatunos, indicando a presença do mistério que para sobre os três enfermeiros, visto que, de certa forma, Felisberto tem a intuição de que Procópio vai ‘roubar’ a sua fortuna.

O estudo do texto vai, lentamente, proporcionando ao leitor-modelo a oportunidade de pensar a síntese semiótica baseando-se no quadrado, inserido nos elementos terra, água, ar e fogo e dentro dele um triângulo dividido ao meio, sendo uma parte pertencente ao Sol e outra à Noite.

O número de personagens, compondo a roda da fortuna que envolve a vida de Felisberto, será representado por um círculo, a abarcar, respectivamente, o quadrado e o triângulo dividido em duas partes.

As relações entre as proposições servem para demonstrar de que modo os símbolos se apresentam encadeados dentro do discurso de Procópio e servem também para confundir o leitor-modelo. A ambigüidade no discurso do narrador deixa entrever que o mês de agosto envolve o sentido de mau agouro e que os fatos se desenrolam a gosto do

Destino, maquiavelicamente urdido em tortas linhas!

A lógica de leitura, que pode determinar se houve a compreensão do texto, tem de ser determinada pela sinergia entre os elementos selecionados enquanto proposição para a qualificação de uma síntese diante do texto e para tanto não podemos dispensar a figuratividade enquanto momento de concretização do ato de leitura. Diante do que argumentamos, a figuratividade proposta seria esta: 1- Círculo (Sol, na cor vermelha) 2- outro Círculo, agora com as cores preto e azul; 3- Um quadrado, portando dentro de si um triângulo com ponta para cima (azul) e sendo o de baixo dividido ao meio ao meio (na cor cinza e vermelha).

Esta figuratividade procuraria ser a expressão do que se denomina estrutura no estudo de um texto e se converte na revelação da Necessidade Interior (Kandinsky, O espiritual na arte) projetada pela consciência do autor e recuperada somente pelo Leitor que apela para a Mente transformá-lo em leitor-modelo. O primeiro Círculo, com a cor vermelha significa o Sol, que esconde a Sabedoria dispersa no discurso do autor. O outro Círculo tem, na cor preta, a presença do Destino, que trama os fatos e o azul estaria a representar o infinito que os contém. O quadrado, extraído do nome de Procópio José Gomes Valongo, abarcaria o hexagrama contendo os três gatunos, na parte de baixo, estabelecendo o plano da Terra, e os três padres, na parte de cima, indiciando a parte do Céu.

Conclusão

1. Uma luta entre os tipos de textos

O ato de leitura, dentro de nossa visão teórica, nasceria a partir da concepção de que a Matemática precede o problema da Inspiração, concebida já por nós enquanto apenas Motivação.

Há que se vislumbrar o fato de que O enfermeiro, se bem analisado, poderia ser concebido enquanto um contraponto do conto A igreja do diabo. Machado de Assis se viu obrigado a pesquisar o Conhecimento na Bíblia sagrada agiu diante dela dentro de dois campos.

O primeiro, relativo à influência e o segundo, quanto à projeção da Bíblia enquanto influência de filosofia e por último, na qualidade de livro predileto. Tais proposições, elencadas por Afrânio Coutinho, vão se ajustando para que nossa releitura da obra proponha outras definições para os leitores.

Seria da Intuição o papel de verticalizar a construção do ato de leitura, ao se distribuírem os signos contendo, primariamente, as idéias. A imagem de que o texto se faz com palavras e não com idéias, seguindo as palavras de Paul Valéry, está comprovada e serve de fundamentação teórica para a formação de um leitor hermenêutico-reflexivo, isto é, aquele que luta por se transformar em leitor-modelo e, ao mesmo tempo, ajustar-se às condições semiológicas do texto.

Partindo do princípio de que a crítica estrangeira não se manifesta muito favorável à Literatura Brasileira e que a própria Literatura Brasileira luta por não emancipar valores pelo uso da História Literária, obtivemos, com a nossa exposição teórica e prática condições de superar o raro valor antológico concedido ao conto O enfermeiro e inserindo-o qual uma obra-prima no painel do conto universal.

Além de se tornar um exemplo de que modo poder-se-ia discutir um texto da magnitude da Bíblia Sagrada, Machado de Assis lança-se enquanto um modelo para os artistas que teimam em se julgarem poetas federais quando, na realidade, seriam apenas poetas municipais, tal qual a classificação proposta por Carlos Drummond de Andrade.

Temos de considerar a probabilidade do Sermão da Montanha ser o núcleo do texto O enfermeiro porque Procópio José Gomes Valongo as vivencia totalmente. A relação entre um Sermão e um Texto demonstra claramente o poder de Machado de Assis em questionar um gênero discursivo através de outro e transformar uma Parábola em Metáfora. Eis aqui o problema que tem gerado a incompreensão dos estudiosos de Machado de Assis.

Enquanto a Parábola atua 'alegoricamente', o Sermão da Montanha, contendo as bem-aventuranças, esclarece um caminho espiritual a ser percorrido de modo isolado, cabendo a cada Mente um tipo de serviço a ser prestado em favor da renovação espiritual de si e da humanidade. No caso de Procópio José Gomes Valongo, acontece a possibilidade delas estarem reunidas num único protagonista:

1- Bem-aventurados os pobres de espírito porque deles é o reino dos céus.- Procópio tem origem humilde.

2- Bem-aventurados os mansos porque eles possuirão a

terra – Procópio recebe a herança de Felisberto.

3- Bem-aventurados os que choram porque eles serão consolados – Procópio não compreende a angústia em que mergulhou por se entregar ao Destino.

4- Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça: porque eles fartos. – Procópio não teve nenhuma culpa na morte de Felisberto.

5- Bem-aventurados os misericordiosos: porque eles alcançarão misericórdia. – Procópio atua enquanto teólogo e depois como enfermeiro.

6- Bem-aventurados os limpos de coração: porque eles verão a Deus. Felisberto sabia que, pelo plano espiritual, Procópio deveria ser o seu herdeiro.

7- Bem-aventurados os pacíficos: porque eles verão a Deus. –Procópio não tinha cometido nenhum crime e não haveria razão para o seu remorso.

8- Bem-aventurados os que padecem perseguição por amor da justiça: porque deles é o reino dos céus. – Procópio não havia sido compreendido pela Sociedade porque estava apenas cumprindo um plano espiritual.

9- Bem-aventurados sois quando vos injuriarem, e vos perseguirem, e disserem todo o mal contra vós, mentindo a meu respeito.- Os seres humanos não compreendem a relação do ser humano e sua circunstância existencial advinda do plano celeste.

10- Folgai exultai, porque o vosso galardão é copioso nos céus: pois assim também perseguiram os profetas que foram antes de vós. – Não é sem razão que o sintagma 'cópia' (fatura, riqueza) aparece na estrutura nominal de Procópio José Gomes Valongo".

2. O enfermeiro seria uma aventura autobiográfica?

Há a possibilidade de se julgar O enfermeiro enquanto uma autobiografia, metaforicamente estruturada.

O personagem Procópio José Gomes Valongo tem diversas áreas para ser discutido enquanto embrião de uma autobiografia. Primeiramente, ele seria o anti-herói do conto A igreja do diabo, contido em Histórias sem data (1884), valendo como antítese das relações entre a Mente e a Igreja:

Escritura contra Escritura, breviário contra breviário.

Terei a minha missa com vinho e pão à farta, as minhas prédicas, bulas, novenas, e todo o demais aparelho eclesiástico. O meu credo será o núcleo universal dos espíritos, a minha igreja uma tenda de Abraão.

O conto O apólogo, por sua vez, seria uma espécie de tese para a síntese de O enfermeiro. A Agulha, enquanto espelho das angústias de Procópio, daria a resposta que o herói de O enfermeiro tanto procurava: Onde me espeto fico.

Machado ofereceu com o livro de contos Várias histórias um exemplo de instinto de nacionalidade, que tanto pregou durante sua profícua vida de escritor. Tanto isso pode se tornar verdade a partir do que usamos enquanto encerramento de nossa releitura de O enfermeiro. Ao mesmo tempo antecipou a teoria de Fernando Pessoa ao exercitar a teoria do fingimento poético.

O volume de contos Várias histórias se configura enquanto o primeiro volume de contos elaborado maquiavelicamente na História da literatura Brasileira. A prova de tal complexidade aparece quando encontramos uma relação absurda pelo concreto interrelacionamento dos dezesseis contos. Um passa a ser contraponto do outro. Não podemos nos esquecer que esta obra poderia ser concebida enquanto um embrião da Humanistas que vai ser exercitada em Memórias Póstumas e que Quincas Borba haveria de ser o contraponto perfeito de Procópio, visto que o primeiro tinha a Teoria e o segundo somente a Prática.

Bibliografia

ARAÚJO, D. Hugo Bressane de – O aspecto religioso na obra de Machado de Assis. S.P.: Edições Paulinas, 1978.
BATISTA, Orlando Antunes – Segredos machadianos em Histórias da meia-noite e Contos fluminenses. Prêmio Silvio Romero de Crítica Literária. Academia Brasileira de Letras. 1989. Inédito.

----- – Saberes para a educação do futuro. Educação para a leitura literária. Adamantina. Edições Omnia, 2005.

BLEICHER, Josef – Hermenêutica contemporânea. Lisboa, Edições 70, 1980

BRONOWSKI, Jacob – O olho visionário. Tradução de Sérgio Bath. Brasília, Editora da UNB, 1988.

INGARDEN, Roman – A obra de arte literária. Tradução de Albin E. Beau. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian,

1979, 2ª. edição.

LEITE, Dante Moreira – Psicologia e Literatura. S.P.: Cia. Editora Nacional/Editora da USP, 1967.

MEYER, Augusto – Machado de Assis. R.J.: Presença/MEC, 1975, 3ª. edição.

MORIN, Edgar – Sete saberes para a educação do futuro. Tradução de Catarina Eleanora F. da Silva e Jeanne Sawaia. S.P.: Cortez Editora, 1999.